Control programme of Salmonella in breeding, laying and broiler flocks (*Gallus gallus*) and in flocks of turkeys (*Meleagris gallopavo*)

Approved* for 2010 by Commission Decision 2009/883/EC

Portugal

* in accordance with Council Decision 2009/470/EC
PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLO DE SALMONELAS EM BANDOS DE PERÚS 2010

Direcção Geral de Veterinária
Direcção de Serviços de Saúde e Protecção Animal
Divisão de Epidemiologia
PORTUGAL
Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de perus

Decisão da Comissão n° 2008/425/CE de 25 de Abril de 2008

Anexo II - Parte A

Requisitos gerais aplicáveis aos programas nacionais de controlo de salmonelas

a) Objectivo do programa

O objectivo comunitário previsto para a redução de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis em perus consiste numa redução até 31 de Dezembro de 2012, para 1% ou menos, da percentagem máxima de bandos de perus de engorda e de reprodução que permanecem positivos.

Com este programa pretende-se monitorizar a taxa de infecção de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis existente nas explorações nacionais de perus, uma vez que, de acordo com os resultados obtidos no estudo de base efectuado ao abrigo do n° 1 do artigo 7º da Decisão 2006/662/CE, a prevalência destes serótipos de Salmonella foi de 6%.

b) Apresentação de provas – serão disponibilizadas evidências documentais de que foram cumpridos os requisitos mínimos de amostragem estabelecidos na parte B do Anexo II do Regulamento (CE) n° 2160/2003 do Parlamento Europeu e do conselho que indica a população animal em questão e as fases da produção que a amostragem deve cobrir, bem como dos resultados das pesquisas laboratoriais.

Bandos de perus de reprodução

A amostragem de bandos de perus de reprodução por iniciativa do operador ocorrerá:

- Na fase de cria, em aves do dia, os quatro semanas de idade e duas semanas antes de serem transferidas para a fase de postura;
- Bandos adultos, de três em três semanas durante o período de postura na exploração ou no centro de incubação e nas três semanas anteriores ao transporte das aves para o matadouro. Os resultados são válidos por um máximo de seis semanas após a colheita das amostras e, por conseguinte, pode ser necessário repetir a amostragem para um mesmo bando.

A amostragem efectuada pela autoridade competente deve incluir, pelo menos:

- Uma vez por ano, todos os bandos em 10% das explorações com, pelo menos, 250 perus de reprodução adultos com idades compreendidas entre os 30 e os 45 semanas, mas incluindo em qualquer caso todas as explorações em que se tenha detectado, nas últimas doze meses, Salmonella Enteritidis ou Salmonella Typhimurium e todas as explorações onde existam perus reprodutores de efeito (trisavós) assim como bisavós e avós. Esta amostragem também pode ser efectuada no centro de incubação;
- Todos os bandos nas explorações, em caso de detecção de Salmonella Enteritidis ou de Salmonella Typhimurium em amostras colhidas nos centros de incubação pelos operadores das empresas do sector alimentar ou no quadro dos controlos oficiais, a fim de investigar a origem da infecção.
Bandes de perus de engorda
A amostragem efectuar-se, nas três semanas anteriores ao transporte das aves para o matadouro. Os resultados serão válidos por um máximo de 3 semanas após a colheita das amostras.

c) Apresentação de provas – serão apresentadas evidências documentais de que serão cumpridos os requisitos específicos estabelecidos nas partes C.D.E do Anexo II do Regulamento (CE) n° 2160/2003

Requisitos específicos aplicáveis aos bandes de perus
Serão tomadas as medidas estabelecidas nos pontos 3 a 5 do parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n° 2160/2003 sempre que a análise das amostras efectuadas em conformidade com os regimes de testes indicados no Anexo do Regulamento (CE) n° 1003/2005 e (CE) n° 584/2008 indicar a presença de Salmonella Enteritidis ou Salmonella Typhimurium num bando de perus de reprodução ou de engorda.

1. Aspectos Gerais

1.1. Ocorrência de Salmonelose em Portugal

No relatório anual sobre os agentes zoonóticos publicado pela EFSA/ECDC estão referidos os dados disponíveis relativos à ocorrência de salmonelas nos animais e nos humanos, bem como nos alimentos para animais.

Em Portugal, a semelhança do que ocorre em outros Estados-Membro os serovares mais frequentemente associados à doença em humanos são a Salmonella Enteritidis e a Salmonella Typhimurium. No gráfico seguinte encontra-se a evolução do nº de casos de Salmonelose em humanos em Portugal notificados desde o ano de 1998 e até ao ano de 2007.

Gráfico A - Nº de casos de Salmonelose Humana - Portugal (1998 - 2007) (notificados)

Como se pode constatar no Relatório da EFSA/ECDC o número de casos humanos de Salmonelose em Portugal tem uma incidência muito inferior à média europeia (3,4 casos/100.000 habitantes).
Na sequência do estudo base efectuado ao abrigo do n.º 1 do artigo 1.º da Decisão 2006/662/CE constatou-se que a taxa de infecção por *Salmonella Typhimurium* e *Salmonella Enteritidis* existente nas explorações nacionais de perus, encontrada no âmbito do referido estudo, foi de 0%.

1.2. Estrutura e organização das autoridades competentes - Fluxograma de informação entre as entidades envolvidas na execução do programa

A Direcção Geral de Veterinária (DGV) é a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional responsável pela elaboração, coordenação e aplicação do Plano.

As Direcções de Serviços Veterinários Regionais (DSVR) têm a seu cargo o controlo e execução das diferentes acções nas suas áreas de influência, incluindo a colheita de amostras oficiais.

São cinco as Direcções de Serviços Veterinários nas regiões do Continente. Nas Regiões Autónomas da Madeira (RAM) e Açores (RAA) as entidades oficiais responsáveis são a Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, respectivamente.

As cinco Direcções de Serviços Veterinários nas regiões no Continente designam-se pelas seguintes siglas:

1. N (Norte)
2. C (Centro)
3. LVT (Lisboa e Vila do Tejo)
4. ALT (Alentejo)
5. ALG (Algarve)

As amostras cuja colheita é realizada pelo operador serão efectuadas sob responsabilidade do médico veterinário assistente das explorações ou "Vetorénario responsável".

O circuito de informação estabelecido para o controlo do programa encontra-se discriminado no Anexo 4.

1.3. Laboratórios aprovados nos quais são analisadas as amostras colhidas no âmbito do programa

A lista de laboratórios autorizados pela DGV a participar nos PNCS encontra-se no Anexo 2.

1.4. Métodos utilizados no exame das amostras no âmbito do programa

A metodologia utilizada no exame das amostras no âmbito do programa encontra-se descrita no Anexo 3 e está de acordo com a metodologia descrita no Regulamento (CE) nº 584/2008 e Regulamento (CE) nº 213/2009.

1.5. Controlos oficiais a nível dos alimentos para animais de bandos e ou dos efectivos

No momento da colheita de amostras oficiais numa exploração ou em caso de suspeita podem ser efectuadas colheitas dos alimentos compostos utilizados na produção das aves. ao abrigo do referido no Capítulo II do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Sempre que surgir um resultado positivo a *Salmonella*, será conduzida uma investigação epidemiológica como previsto no Artigo 8.º do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.
Encontra-se em execução um Plano Nacional para o controlo Oficial da alimentação animal (CAA), o qual é planificado ao abrigo do Reg (CE) nº 882/2004, que inclui controlo físico e documental nos operadores do sector dos alimentos para animais. Nesse plano, e na sequência da recolha de amostras para análises laboratoriais, prevê-se a pesquisa de Salmonella em 10% das amostras a colher em todo o universo dos fabricantes nacionais de alimentos compostos (sejam industriais ou auto-produtores). As amostras prevêem alimentos compostos para todas as espécies/categorias de animais de exploração.

A colheita de amostras de alimentos para animais segue o procedimento estabelecido na NF 3236, a qual homologou a 1ª Directiva da Comissão 76/371/CEE de 1 de Marco, que estabelece os métodos de amostragem comunitários para o controlo oficial da alimentação animal, tendo ainda em consideração a EN/ISO 6579. A pesquisa de Salmonella nos alimentos para animais é efectuada de acordo com o procedimento descr. na EN ISO 6579.

1.6. Medidas aplicadas aos animais ou produtos nos quais foi detectada a presença de Salmonella spp. designadamente para prevenir a saúde pública e outros medidas

Serão tomadas as medidas previstas no ponto 3.6 da parte B do presente Programa sempre que as análises efectuadas em conformidade com os regimes de testes indicados no Anexo do Regulamento (CE) nº 1069/2009 e (CE) nº 854/2008 indicarem a presença de Salmonella Enteritidis ou Salmonella Typhimurium num bando de perus de reprodução ou de engorda.

Complementarmente são adoptadas medidas de destruição dos alimentos compostos caso se revelem positivos. Os choares são encaminhados de acordo com o previsto no Regulamento (CE) nº 174/2002 de 3 de Outubro e classificados como produtos de categoria 3.

A água de bebida é monitorizada e sujeita a procedimentos de sanificação de modo a satisfazer os requisitos específicos constantes da Lei nº 58/2005 de 29 de Dezembro.

1.7. Legislação nacional pertinente para a execução dos programas, incluindo quaisquer disposições nacionais relativas às actividades previstas no programa

A Legislação Nacional aplicável ao Programa Nacional de Controlo encontra-se descrita no Anexo 1.

1.8. Eventual auxílio financeiro concedido às empresas do sector da alimentação humana e animal no contexto do programa

No caso específico do Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de perus não estão previstas quaisquer compensações às empresas.

2. Empresas do sector da alimentação humana e animais abrangidas pelo programa

2.1. Estrutura da produção da espécie em questão e dos produtos derivados.

Actualmente, não existem em Portugal explorações de reprodução de perus. Os operadores importam os ovos de incubação ou adquirem no mercado externo os perus do dia para recria e engrada.

Estimamos que em 2008 cerca de 50% dos perus existentes em Portugal foi adquirido directamente no exterior. Em Portugal, não são criados estádios genéticos pesados, utilizando-se mais as linhas ligeiras e médias da B.U.T. (British United Turkeys), Nicholas Turkeys ou Hiblidi.
O ciclo de produção, prolonga-se até à 12ª a 14ª semanas para as fêmeas (com pesos médios de entre 5.5kg e 6.5kg) e até às 16ª a 18ª semanas para os machos (com pesos superiores a 10 kg).

As explorações existentes são praticamente todas de produção intensiva, não tendo expressão conhecida a produção extensiva do perus em Portugal.

2.2. A estrutura da produção dos alimentos para animais.

A alimentação de trancos de engorda, perus, galinhas poedeiras e aves de reprodução passa pelo recurso a alimentos compostos especificamente formulados com vista a assegurar as necessidades das diversas espécies animais fases de desenvolvimento consideradas. A nível nacional a produção de alimentos compostos para animais é da responsabilidade dos fabricantes do sector, sendo eles industriais ou auto-produtores que carecem de registro e aprovação perante a DGV enquanto Autoridade Competente Nacional, ao abrigo do art.º 10.º do Regulamento (CE) n.º 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Janeiro, relativo aos requisitos de higiene dos alimentos para animais. Para o efeito, todos os estabelecimentos necessitam de visita técnica prévia por parte dos técnicos da Divisão de Alimentação Animal (DAA) da Direção-Geral de Veterinária (DGV), antes de dar início à elaboração, para verificação e constatação do cumprimento das condições estabelecidas no Anexo II do referido regulamento comunitário. Entre estas salienta-se a avaliação das estruturas físicas sob o ponto de vista de adequabilidade e segurança, a caracterização técnica da linha de produção em função das espécies/categorias animais de destino dos alimentos fabricados, a natureza e origem das matérias-primas, aditivos e pré-misturas utilizadas com apreciação de rastreabilidade e respectivas condições de armazenamento. São ainda avaliadas as medidas de caráter organizacional que garantam evitar contaminações cruzadas, arrastamentos e efeitos, bem como a implementação de um sistema eficaz de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC) devidamente complementado através de um plano de controlo de qualidade adequado. Na sequência da visita técnica é emitido relatório de aprovação de acordo com o Mod. 602/DGV.

Os alimentos compostos para as diversas espécies avícolas podem igualmente ser provenientes de tracas intra-comunitárias, pelo que os agentes económicos deverão estar devidamente registados como intermediários do sector dos alimentos para animais ao abrigo do art.º 9.º do Reg.(CE) n.º 183/2005 e cumprir com os requisitos relevantes previstos igualmente no Anexo II do referido diploma legal.

A comprovação da manutenção dos requisitos especificados em ambos os tipos de actividade referenciados, é efectuada a jusante mediante acções de inspecção periódicas no âmbito do controlo oficial da alimentação animal, com elaboração de relatório de verificação segundo Mod. 721/DGV.

Pese embora a Importação de países terceiros de alimentos compostos para animais produtores de gêneros alimentícios seja legalmente admisível, esta é uma realidade que não se verifica a nível nacional.

Em termos de estrutura de produção, os alimentos para aves lideram o mercado nacional com cerca de 36-37% da produção anual.

Em termos de estrutura de produção, os alimentos para aves lideram o mercado nacional com cerca de 36-37% da produção anual. Os dados relativos ao fabrico de alimentos compostos para aves nos últimos cinco anos pode ser descrito segundo a tabela que se segue.
Produção Nacional de alimentos para aves (TON)

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2004</th>
<th>2005</th>
<th>2006</th>
<th>2007</th>
<th>2008</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Perus (lin. e cres.)</td>
<td>29 175</td>
<td>32 775</td>
<td>35 916</td>
<td>36 182</td>
<td>30 658</td>
</tr>
<tr>
<td>Perus (engorda)</td>
<td>74 818</td>
<td>78 913</td>
<td>81 871</td>
<td>86 411</td>
<td>98 342</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.3. Guia de boas práticas de criação animal ou outras directrizes:

Existe um manual de boas práticas para a produção animal em Portugal elaborado de acordo com a parte B do Anexo I do Regulamento (CE) n° 852/2004 de 29 de Abril, transitado para o ordem jurídica nacional pelo Decreto-Lei n° 113/2006 de 12 de Junho.

2.4. Supervisão veterinária de rotina nas explorações

O monóxido de carbono, sanitário e clínico das explorações de aves é da competência do responsável sanitário das explorações que tem a seu cargo, nomeadamente, o controlo dos Planos e Programas de Profilaxia e Sanitários das Explorações bem como de controlar directamente a execução do Plano Higién-sanitário dos estabelecimentos, de orientar e vigiar a administração de produtos biológicos de acordo com o legalmente previsto e controlar as condições de biossegurança da exploração.

A autoridade sanitária veterinária nacional – Direcção Geral de Veterinária – possui um sistema de atribuição de uma marca específica para cada exploração e intervém directamente nas explorações sempre que exista motivo de natureza sanitária que justifique essa intervenção. A DGVS actua directamente sobre as explorações no contexto dos diferentes Planos de Controlo Oficiais, nomeadamente, no âmbito do vigilância da Gripe aviar, da Doença de Newcastle, da Salmonelose, do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos Bem-Estar Animal, verificação do Livro de Registo de Medicamentos e sempre que o cenário de "emergência" sanitária assim o justifique.

2.5. Registo das explorações

Todos os avícolas de perus do território nacional abrangidos por este Programa, de acordo com o Decreto-lei n° 214/2008 de 10 de Novembro, devem estar registados numa base de dados nacional.

2.6. Manutenção de registos nas explorações

Os Proprietários e Responsáveis das Avícolas de perus devem zelar para que os registos disponham de registos clínicos, actualizados, nos quais se encontre informação relativamente a:

- Receção de mercadorias: aves da cria, alimentos compostos, medicamentos e biocidas (origem, datas e quantidades)
- Parâmetros sanitários: mortalidade, triagem, vacinações, medições e análises (fichas de produção)
- Parâmetros zootécnicos: taxas de crescimento, consumo de água e de alimentos

2.7. Documentos que acompanham os animais quando da sua expedição

Cada um dos bandos de perus enviado para abate é acompanhado por uma mensagem IRCA da qual consta todo o histórico sanitário do bando, nos termos do Regulamento n° 2074/2005 de 5 de Dezembro.

A descaçação de aves para produção, reprodutiva ou para abate imediato é feita a coberto de uma guia de circulação, de acordo com o Decreto-lei n° 142/2006 de 21 de Agosto com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-lei n° 214/2008 de 10 de Novembro.
2.8. Outras medidas destinadas a assegurar a rastreabilidade dos animais.
As explorações industriais possuem uma identificação inequívoca (Nº de Registo de Exploração) que é inscrita em todos os documentos de circulação que acompanham qualquer deslocação da totalidade ou parte dos animais dessa exploração, de acordo com o Decreto-Lei nº 214/2008 de 10 de Novembro.
Programa Nacional de Controlo de Salmonelias em bandos de perus

Parte B

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Estado Membro: Portugal
Doença: infeção de animais com Salmonella spp zoonótica (Salmonella Enteritidis e Salmonella Typhimurium)
População animal abrangida pelo programa: Bandos de perus
Ano de Execução: 2010
Prazo de co-financiamento comunitário para: 2010
Referência do presente documento: Salm/Perús/PT/2010
Contacto (Nome, Tel., Fax, E-mail): Ana Filipa Lourenço tel: 213239651, fax: 213239644, alourenco@dag.mim-agricultura.pt
Data de envio à Comissão: 30 de Abril de 2009

2. ANTECEDENTES DA EVOLUÇÃO EPIDEMIOLOGICA DA DOENÇA

Na sequência do estudo base efectuado ao abrigo do n.º 1 do artigo 1º da Decisão 2006/662/CE foi observado que o nível de prevalência de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis existente nas explorações nacionais de perus amostrado no âmbito do referido estudo foi de 0%.

Não existem outros dados disponíveis, 2010 será o primeiro ano de implementação do programa nas explorações de perus.

3. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA APRESENTADO

3.1. Introdução

O Programa terá início em 2010 e foi elaborado para um período de 3 anos consecutivos, tendo por base a seguinte legislação comunitária:
- Regulamento (CE) nº 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003
- Regulamento (CE) nº 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto de 2006
- Regulamento (CE) nº 584/2008 do Conselho de 20 de Junho de 2008
- Regulamento (CE) nº 213/2009 da Comissão de 18 de Março de 2009

Neste documento estão contemplados os procedimentos para a execução do Programa em 2010 a nível Nacional (Continente, Açores e Madeira).

O presente programa segue a metodologia dada pelo Regulamento (CE) nº 584/2008 para verificar a consecução do objectivo comunitário de redução da prevalência de salmonelas, define a metodologia a ser utilizada pelos proprietários ou responsáveis pelas explorações de perus e define também a metodologia das colectas oficiais.

3.2. Objectivo do programa

O objectivo comunitário previsto para a redução de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis em perus consiste numa redução até 31 de Dezembro de 2012 para 1% ou menos, da prevalência máxima de bandos de perus de erupda e de reprodução que permanecem positivos.
Com este programa pretende-se monitorizar o nível de prevalência de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis existente nas explorações nacionais de perus.

3.3. Metodologia de Execução e Controlo do Plano

3.3.1 Base de Amostragem

A base de amostragem cobre todos os bandos de perus de engorda e reprodução abrangidos pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CE) nº 2160/2003.

Os bandos de perus são submetidos a amostragem por iniciativa da operador e pela autoridade competente.

UNIVERSO DE APLICAÇÃO DO PLANO

Em Portugal não existem explorações de perus de reprodução declaradas durante ano de 2008.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº de Explorações</th>
<th>Nº Explorações com mais de 500 aves</th>
<th>Nº estimado de bandos/ano</th>
<th>Nº médio aves/ano</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>2</td>
<td>300.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>39</td>
<td>38</td>
<td>95</td>
<td>332.500</td>
</tr>
<tr>
<td>Estremadura</td>
<td>113</td>
<td>113</td>
<td>283</td>
<td>1.226.333</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
<td>5</td>
<td>25.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>155</td>
<td>154</td>
<td>385</td>
<td>1.413.833</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A - Bandos de perus de reprodução

A amostragem de bandos de perus de reprodução por iniciativa do operador ocorrerá:

- Na fase de criação: em pontos do dia, às quatro semanas de idade e duas semanas antes de serem transferidos para a fase de postura;
- Bandos adultos: de três em três semanas durante o período de postura na exploração ou no centro de incubação e nas três semanas anteriores ao transporte das aves para o matadouro. Os resultados são válidos por um máximo de seis semanas após a colheita das amostras e, por conseguinte, pode ser necessário repetir a amostragem para um mesmo bando.

A-1.2 Protocolo de amostragem efectuada pelo operador

A amostragem será efectuada obedecendo ao disposto nos pontos 2.2.1 e 2.2.2 do anexo do Regulamento (CE) nº 1003/2003.

A-2- Amostragem efectuada pela autoridade competente

A amostragem pela autoridade competente deve incluir, pelo menos:

- Uma vez por ano, todos os bandos em 10% das explorações com, pelo menos, 250 perus de reprodução adultos com idades compreendidas entre as 30 e as 45 semanas, mas incluindo em qualquer caso todas as explorações em que se tenha detectado, nos últimos doze meses, Salmonella Enteritidis ou Salmonella Typhimurium e todas as explorações onde existam perus reprodutores de elite (travos) assim como bissovós e avos. Esta amostragem também pode ser efectuada no centro de incubação.
Todos os bandos nas explorações, em caso de detecção de Salmonella Enteritidis ou de Salmonella Typhimurium em amostras colhidas nos centros de incubação pelas operadores das empresas do sector alimentar ou no quadro dos controlos oficiais, o fim de investigar a origem da infecção.

Uma amostragem realizada pela autoridade competente pode substituir a amostragem realizada pelo operador.

A-2.1 Protocolo de amostragem efectuada pela autoridade competente

A amostragem será efectuada obedecendo ao disposto nos pontos 2.2.1 e 2.2.2.2 do anexo do Regulamento (CE) n° 1063/2005.

B- Bandos de perus de engorda

B.1. Amostragem efectuada pelo operador

A amostragem efectua-se, nas três semanas anteriores ao transporte das aves para o matadouro. Os resultados serão válidos por um máximo de 6 semanas após a colheita das amostras.

A detecção de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis, durante a amostragem por iniciativa do operador será notificada, sem demora, à autoridade competente pelo laboratório que realiza as análises.

B.1.2. Protocolo de amostragem efectuada pelo operador

A amostragem consiste na recolha de amostras de matéria fecal. Devem colher-se pelo menos dois pares de esfregas em botas/meias. Para os bandos de perus de criação ao ar livre, as amostras devem apenas ser colhidas em zonas do interior da instalação.

Todas as esfregas em botas/meias são reunidas numa única amostra.

Em bandos com menos de 100 perus, em que não seja possível utilizar botas/meias para esfregaça por não ser possível entrar nas instalações, estas podem ser substituídas por esfregaça colhido pela passagem da mão, utilizando-se as botas/meias para esfregaça por cima da mão enluvada que é esfregada nas superfícies contaminadas com excrementos recentes ou, se tal não for possível, por outras técnicas de amostragem adequadas para excrementos.

Antes de calcar as botas/meias para esfregaça, a sua superfície deve ser humedecida com diluente adequado (como 0,8 % cloreto de sódio, 0,1 % peptona em água desionizada estéril ou água estéril, água estéril ou qualquer outro solvente aprovado pelo laboratório nacional de referência). É proibida a utilização de água da exploração contendo agentes antimicrobianos ou outros desinfetantes.

A forma recomendada para humedecer as botas para esfregaça é verter o líquido no seu inferior antes de as calcar. De forma alternativa, os botas ou meias para esfregaça podem ser autoclavadas com o solvente em sacos ou jarros de autoclavagem antes da utilização. O solvente também pode ser aplicado após as botas terem sido calçadas utilizando um spray ou uma garrão de esguicho.

Deve garantir-se que todas as secções da instalação se encontrem representadas proporcionalmente na amostragem. Com cada por deve cobrir-se cerca de 50% da superfície de instalação.
Concluída a amostragem, devem retirar-se cuidadosamente as botas ou meias para estreçagão de modo a não remover o material adherente. As botas para estreçagão podem ser viradas ao contrário para retirar o material e serão colocadas num saco ou recipiente, que será rotulado identificando assim a amostra.

A autoridade competente irá supervisionar a formação dos operadores das empresas do sector alimentar a fim de assegurar a execução correcta do protocolo de amostragem.

3.2.1 Amostragem de controlo oficial

A autoridade competente irá proceder à amostragem, uma vez por ano, de todos os bancos em 10% das explorações com pelo menos 500 peças de engorda.

Adicionalmente à amostragem pela autoridade competente realizar-se-á:

- Em todos os bancos de uma exploração em que se tenha, para um bando, detectado a presença de Salmonella Enteritidis ou de Salmonella Typhimurium em amostras colhidas pelo operador da empresa do sector alimentar, a menos que a carne dos peus dos bancos se destine a tratamento térmico industrial ou a um outro tratamento que eliminate as salmonelas;
- Em todos os bancos numa exploração em que se tenha, para um bando, detectado a presença de Salmonella Enteritidis ou Salmonella Typhimurium no leite anterior em amostras colhidas pelo operador da empresa do sector alimentar, e
- Sempre que a autoridade competente o considerar adequado.

Uma amostragem realizada pela autoridade competente pode substituir uma amostragem realizada por iniciativa do operador da empresa do sector alimentar.

3.2.2. Protocolo de Amostragem oficial

a) A amostragem de rotina é a descrita no ponto 3.1.2

Alternativamente, a autoridade competente pode decidir colher um por de estreçagações em botas, abrangendo 100% da superfície da instalação, desde que combinado com uma amostra de pez, colhida em diversos locais da total instalação em superfícies onde o presença de pez seja visível.

b) Casos suspeitos

Se a autoridade competente efectuar a amostragem por suspeita de infecção por salmonelas ou por outro motivo válido, certificando-se, mediante a realização dos testes suplementares apropriados, de que os resultados da pesquisa de salmonelas em bancos de peus não são afectados pela utilização de antibióticos nesses bancos.

Sempre que não for detectada a presença de Salmonella Enteritidis e/ou Salmonella Typhimurium mas forem encontrados agentes antimicrobianos ou efeito inibidor do crescimento bacteriano, o bando de peus deve ser considerado como um bando infectado para efeitos do objectivo comunitário referido no nº 1 do artigo 1º do Regulamento (CE) nº 584/2008 da Comissão de 20 de Junho.

3.4. Métodos de amostragem e de análise laboratorial
3.4.1 Laboratórios

O Instituto Nacional de Recursos Biológicos - Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (INRB-LNIV) é o laboratório nacional de referência para as Salmoneloses Aviárias a quem compete coordenar e aprovar os laboratórios de restrição oficiais e privados [Anexo 2].

Laboratório de Referência Nacional:
Laboratório Nacional de Investigação Veterinária - Lisboa
Estrada de Benfica n.º 791
1 500 Lisboa
Telefone: 217115200
Fax: 217160039

Todos os laboratórios onde são analisadas as amostras oficiais ou do operador efectuadas ao abrigo do presente plano são reconhecidos pelo INRB-LNIV, posteriormente autorizados pelo DGV [Anexo 2] e comprometem-se, através da celebração de um protocolo, a respeitar o circuito de informação definido pela autoridade competente [Anexo 4].

3.4.2. Metodologia de análise das amostras

A metodologia de análise das amostras a realizar no laboratório está descrita no Anexo 3.

3.5. – Declaração de um caso suspeito ou de confirmação da doença

Um bando de perus é considerado positivo para efeitos de verificação da consecução do objectivo comunitário, sempre que for detectada no bando a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis, exceto estípites de vacina.

Os bandos positivos serão contabilizados apenas uma vez, independentemente do número de operações de coleta de amostras e de análises efectuadas.

3.5.1 Detecção De Positividade Nos Alimentos Compostos

No momento da coleta de amostras oficiais numa exploração ou em caso de suspeita podem ser efectuadas coletas nas salas de food processing utilizadas para a alimentação das aves de capoeira, ao abrigo do referido no Capítulo II do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Sempre que se verificar que uma amostra é positiva ao que se refere à Salmonella, será conduzida uma investigação epidemiológica como previsto no Artigo 8º do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Está igualmente implementado um Plano Nacional para o controlo Oficial da alimentação animal (CAA), o qual é planeado ao abrigo do Reg. [CE] nº 882/2004, que inclui controlo físico e documental nos operadores do sector das alimentações para animais. Neste plano, e na sequência da recolha de amostras para ensaios laboratoriais, prevê-se a pesquisa de salmonela em 10% das amostras a coletar em todo o universo dos fabricantes nacionais de alimentos compostos (sejam industriais ou auto-produtores). As amostras prevêem alimentos compostos para todas as espécies/categorias de animais de exploração, estando incluídas os alimentos compostos para aves e nomeadamente para frangos de crescimento.
O CAA prevê o controle em todos os operadores do sector da alimentação animal considerados ao abrigo do Reg (CE) 183/2003, nomeadamente:
A- Explorações pecuárias,
B- Fabricantes de aditivos, fabricantes de pré-misturas e fabricantes de alimentos compostos (industriais e auto-produutores).
C- Intermediários (distribuidores, operadores/receptores EU e importadores de países terceiros).
D- Transportadores
E- Venda a retalho

O controlo pode ser simplesmente documental (auditoria de verificação) como em D e E, ou documental e físico com colheita de amostras nos restantes casos. A pesquisas de Salmonella é feita ao abrigo do CAA nos fabricantes de alimentos compostos (industriais - feed mills e auto-produutores - on-farm mixers) em 10% das amostras colhidas, de forma a garantir a inocuidade dos produtos fabricados a nível nacional.

Diagrama relativo ao Controlo Oficial da Alimentação Animal

Legendas:
DGV: Direcção Geral de Veterinária.
DAA: Direção de Alimentação Animal.
INRB: Instituto Nacional de Recursos Biológicos.
DGAEV: Direcção-Geral das Aduanas e Impostos Especiais sobre o Consumo.

BIP - Postos de Inspeção Fronteiriços (Border Inspection Points);
ASAE - Autoridades para a Segurança Alimentar e Económica;
DSVR - Direcções de Serviços Veterinários Regionais;
Também durante as visitas para controlo documental é avaliado o sistema de HACCP implementado pelos estabelecimentos do sector, bem como os resultados dos respectivos auto-controles, em que se constata a decisão de presença de Salmonella como PCC e respectivas resultados obtidos com acções preventivas e correctivas aquando de não conformidades.

Esta situação também é válida aquando das visitas técnicas para aprovação dos estabelecimentos ao abrigo do artigo 16º do Reg. (CE) 183/2005 relativo aos requisitos de higiene dos alimentos para animais. A nível das importações de países terceiros a pesquisa de Salmonella é obrigatória em todas as remessas de farinha de peixe ou outras proteínas animais transformadas importadas ao abrigo da legislação comunitária em vigor – Reg. 1774/2002 não sendo possível a concessão de livre prática sem se comprovar a respectiva negatividade nas amostras. Nos restantes produtos a importação de países terceiros está igualmente prevista no CAA a amostragem com carácter aleatório de cereais e de alimentos destinados a animais, arroios de exploração e de comum utilização para pesquisa de Salmonella.

As amostras de alimentos para animais são colhidas pelos serviços veterinários regionais (DSVR) da DG e a nível dos operadores do sector de alimentação animal bem como pelos PIF e pelo nivel dos importadores de países terceiros e são enviadas para pesquisa de Salmonella e outras determinações para o INRB. IP/LNIV que é o Laboratório de Referência Nacional para alimentação animal ao abrigo do artigo 21º da Dir. 98/53/CE, bem como o Laboratório de Referência Nacional para a Salmonella.

Tal como já referido o CAA é efectuado ao abrigo do Reg (CE) 882/2004, cujas normas nacionais de execução estão em elaboração.

A colheita de amostras de alimentos para animais segue o procedimento estabelecido na NP 3256, a qual homologa o 1º Directiva da Comissão 76/371/CEE de 1 de Março, que estabelece os métodos de amostragem comunitários para o controlo oficial da alimentação animal, tendo ainda em consideração a EN/ISO 6497. A pesquisa de Salmonella nos alimentos para animais é efectuada de acordo com o procedimento descrito na EN ISO 6579.

3.5.2. Detecção de positividade em alimentos

No âmbito do plano oficial de controlo dos estabelecimentos (PACE – Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos) os serviços oficiais verificam o cumprimento, por parte dos operadores, dos critérios de segurança e higiene estipulados pelo Regulamento n.º 2073/2005, no qual está incluído o controlo da Salmonella (critério de segurança - pontos 1.4, 1.5, 1.7, 1.8, 1.9; critério de higiene - 2.1.5).

- Sempre que os controlos efectuados pelos operadores ocorrerem resultados positivos existe a obrigatoriamente de comunicação dos mesmos à autoridade competente, disposição prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 193/2004 de 17 de Agosto, que transpõe para ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/99 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro.

É implementado anualmente um Plano Nacional Oficial para a Vigilância das Zoonoses e Pesquisa de Agentes Zoonóticos, que contempla colheita de amostras ao longo da cadeia alimentar, em diversas marés em função do agente zoonótico em causa.
3.6 - Medidas adoptadas pelas Autoridades Competentes

3.6.1. Medidas em caso de positividade

Sempre que se confirmar a presença de *Salmonella Typhimurium* e/ou *Salmonella Enteritidis*, num avíario de perus, serão tomadas as seguintes medidas:

- **Sequestro sanitário da bando e vigilância da exploração.**
- **Nenhuma ave do bando deve ser retirada da exploração sem o controlo da autoridade competente.**

Sempre que se esteja na presença de sinais clínicos, será efectuado o abate em Matadouro autorizado, com acompanhamento da autoridade competente, por forma a permitir que, adequadamente, sejam tomadas todas as medidas necessárias à realização do mesmo e à eliminação de todas as aves para subprodutos, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1774/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002.

Caso não haja evidência de sinais clínicos, será o abate realizado em estabelecimento de abate de aves aprovado, indicado pelo avicultor e sob controlo da DSVR. Conforme critérios da Inspeção Sanitária, podem as aves ter como destino:

- **Aprovação para consumo de acordo com a legislação comunitária em matéria de higiene dos géneros alimentícios. Os produtos aprovados derivados das referidas aves poderão ser colocados no mercado, para consumo humano, em conformidade com a legislação comunitária em matéria de higiene alimentar.**
- **Reprovação e eliminação como subprodutos em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1774/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002, que estabelece as regras sanitárias relativos a subprodutos animais não destinados ao consumo humano.**

Uma vez esvazados os pavilhões ocupados pelos efectivos positivos, deve proceder-se a uma limpeza e desinfeção eficazes, incluindo a eliminação higiénica dos objectos e coisas, segundo os processos fixados pela Autoridade competente em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1774/2002.

**Reapovoamento**

O reapovoamento dos pavilhões só poderá efectuar-se depois das colheitas de amostras ambientais terem sido negativas e após autorização da respectiva DSVR. Para tal, tem o avicultor que apresentar à autoridade competente evidências dos resultados dos referidos análises. Sempre que os serviços oficiais assim o determinem, poderá ser efectuada colheita oficial de amostras ambientais.

Deve a reapovoamento ser assegurado com aves do dia com a seguinte provetência:

a) **Explorações avícolas regularmente inspecionadas pelas autoridades veterinárias.**

b) **Explorações avícolas e Centros de Incubação que sejam submetidos a controlos regulares para pesquisa de *Salmonella* ao abrigo do Programa Nacional de controlo.**

c) **Explorações avícolas e Centros de Incubação onde não tenha sido isolada nem *Salmonella Enteritidis* e/ou *Salmonella Typhimurium*.**

d) **Explorações avícolas e Centros de Incubação que satisfaçam as regras de higiene e sanitidade previstas no Decreto-Lei 141/98 de 16 de Maio.
3.6.2. Medidas de Biossegurança

Para evitar a (re)introdução de Salmonella num avíario de pombos serão reforçadas as seguintes medidas de biossegurança:

**Proteção Sanitária das explorações:**
Todas as explorações devem ter o seu perímetro vedado de forma a impedir a entrada de animais domésticos e selvagens, pessoas e veículos não essenciais. O acesso deve ser reservado apenas aos veículos estritamente indispensáveis (transporte de animais e alimentos); estes devem ser previamente desinfetados.

O acesso à exploração deve ser estritamente limitado ao pessoal indispensável: proprietários e tratadores devem evitar quaisquer contactos com aves de outras explorações ou de criação doméstica e outros animais. Deverá existir vestuário de proteção completo (tato, botas e gorro) para uso exclusivo na exploração.

Verificar cuidadosamente a integridade dos dispositivos de protecção contra a entrada de animais silvestres (redes das janelas, grelhas dos ventiladores).

Interditar o uso de bobedouros (excepto pipetes) nos parques exteriores a que têm acesso as aves criadas em regimes especiais (ar livre).

Interditar o fornecimento de alimento nos parques exteriores.

Garantir a integridade das embalagens e armazenagem em local fechado e com protecção integral contra aves e roedores. Qualquer derrame acidental deverá ser prontamente limpo, inclusive com o recurso à água corrente.

Deve proceder-se à recolha de aves mortas duas vezes por dia efectuando a destruição dos cadáveres de acordo com as disposições legais aplicáveis.

**Medidas gerais de higiene**
As camas, as penas e os restos de cascas de ovos devem ser encaminhados para sistemas de tratamento que garantam a respectiva descontaminação (compostagem, sistemas de biogás, deposição em terra, incineração). Os estufas e as peões devem ser removidos do pavilhão logo que recolhidos as aves.

Deve proceder-se à desinfecção sistemática, entre ciclos de produção, de todos os locais, equipamentos e utensílios, recorrendo, de preferência, à utilização consecutiva de dois desinfetantes.

Deve promover-se uma desinfeção eficaz dos equipamentos, locais, materiais, veículos de transporte (irradiação), vestuário e calçado (podendo-se); interdição de entrada de pessoas estranhas à exploração e de todo o tipo de animais domésticos.

Cada exploração deverá dispor de um protocolo escrito de limpeza, desinfecção, e de aplicação de programas de controle de pragas, com especial incidência nos roedores, com supervisão do Médico Veterinário responsável, que deverá ser rigorosamente aplicado após o voo sanitário. Os váios sanitários devem ser efectuados de forma correcta, utilizando desinfetantes de uso veterinário previstos na lista referida no Anexo 4.

Utilização de água potável/tratada na exploração e manutenção de registo de análises periódicas de água.

**Condições de armazenagem**
O eventual armazenamento de oropas de madeira ou quaisquer outros materiais a aplicar na cama das aves deve ser efectuado em espaço fechado devidamente protegido contra a infusão de aves silvestres.

O obastecimento e armazenagem de ruas ou matérias-primas e a distribuição da alimentação às aves de produção, deve ser efectuada de forma a não atrair aves selvagens.

Qualquer derrame de ruas ou de matérias-primas deve ser objecto de limpeza imediata.
Evite quaisquer derrames de ração efectuados a limpeza criteriosa, incluindo lavagem com água corrente, do espaço envolvente ao sótão de armazenagem após as entregas de alimento composto.

Após a lavagem e a desinfeção, as jaulas variadas e outros utensílios associados a produção devem ser armazenadas em espaço tecnado por forma a evitar o contacto com aves silvestres.

**Registo nas explorações**

Os Proprietários e Responsáveis dos Aviários de perus devem zelar para que as explorações disponham de registos próprios, actualizados, nos quais se encontre informação relativamente a:

- Recepção de mercadorias: aves do dia, alimentos compostos, medicamentos e biocidas (origem, datas e quantidades)
- Parâmetros sanitários: mortalidade, tiagem, vacinações, medições de análises (fichas de produção)
- Parâmetros zootécnicos: taxas de crescimento, consumos de água e de alimentos

Os registos devem ser mantidos por três anos.

Os aviários de perus devem ter assegurada a assistência de um Médico Veterinário que tem como responsabilidade, nomeadamente, o envio à Autoridade Competente dos Planos e Programas de Profilaxia e Sanitarização mas também de controlar directamente a execução do Plano Higiénico-Sanitário dos Estabelecimentos e de orientar e vigiar a administração de produtos biológicos de acordo com o legalmente previsto.

**3.7. Medidas De Controlo No Que Diz Respeito À Aplicação De Vacinas/Tratamentos**


Os agentes antimicrobianos não serão utilizados como um método específico para controlar as salmonelas nas aves de capoeira, podendo apenas ser utilizados nas circunstâncias excepcionais previstas no artigo nº 2 do Regulamento (CE) nº 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto.
4. MEDIDAS DO PROGRAMA APRESENTADO

4.1 Resumo das medidas ao abrigo do programa

Duração do programa: 3 anos

Primeiro ano: 2010 - Último Ano: 2012
- Vigilância
- Testes
- Eliminação dos produtos
- Controle
- Testes
- Eliminação dos produtos

4.2. Designação da autoridade central encarregada do controlo e da coordenação dos serviços competentes para a execução do plano

A Direcção Geral de Veterinária (DGV) é a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional responsável pela elaboração, coordenação e aplicação do Plano.

As Direcções de Serviços Veterinários Regionais (DSVR) têm o seu cargo o controlo e execução das diferentes acções nas suas áreas de influência, incluindo a coleta de amostras oficiais.

São cinco as Direcções de Serviços Veterinários Regionais no Continente. Nas Regiões Autónomas da Madeira (RAM) e Açores (RAA) as entidades oficiais responsáveis são a Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, respectivamente.

As cinco Direcções de Serviços Veterinários Regionais no Continente designam-se pelas seguintes siglas:

6. N - Norte
7. C - Centro
8. LVT - Lisboa e Vale do Tejo
9. ALT - Alentejo
10. ALG - Algarve

As coletas de amostras do operador serão efectuadas sob responsabilidade do médico veterinário assistente das explorações.
4.3 Descrição e delimitação das áreas geográficas e administrativas em que o Programa vai ser executado

O programa será aplicado em todo o território de Portugal Continental e nas Regiões Autónomas de Madeira e Açores (mapas que se seguem).

UNIDADES ORGANICAS FLEXÍVEIS
Despacho nº 27-G/2008
4.4 Medidas aplicadas ao abrigo do Programa

4.4.1. Medidas e legislação aplicável relativamente ao registo de explorações

Todos os avíários de porcos do território nacional abrangidos por este Programa, de acordo com o Decreto-lei nº 214/2008 de 10 de Novembro, devem estar registados numa base de dados nacional.

4.4.2. Medidas e legislação aplicável relativamente à identificação de animais

Não aplicável às aves de caipoeira.

4.4.3. Medidas e legislação aplicável relativamente à notificação da doença

A salmonelose é uma doença de declaração obrigatória desde 1953, fazendo parte do quadro nosológico anexo ao Decreto-Lei nº 39209 de 1953.

4.4.4. Medidas e legislação aplicável relativamente às medidas em caso de resultado positivo

Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Directiva n.º 2003/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro são confirmadas as suspeitas e definidas as medidas de controlo. Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis, num avíário de porcos, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.6.1

4.4.5. Medidas e legislação aplicável relativamente às diferentes qualificações dos animais e dos efectivos

Não aplicável.

4.4.6. Procedimentos de controlo e, nomeadamente, as regras relativas à circulação dos animais suscetíveis de serem afectados ou contaminados por uma determinada doença e ao exame regular das explorações ou zonas em causa:

Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis, num avíário de porcos, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.6.1. Os avíários de porcos são controlados sempre que são realizadas as colheitas oficiais de amostras e sempre que a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional assim o determine.

4.4.7. Medidas e legislação aplicável relativamente ao controlo da doença

A legislação de suporte é o Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto e os procedimentos estão descritos no ponto 3 do presente documento.

4.4.8. Medidas e legislação aplicável relativamente à compensação dos proprietários de animais abatidos e sujeitos a ocasião:

Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis num bando de porcos, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.6.1

Não está prevista qualquer tipo de indenização a pagar ao proprietário.

4.4.9. Informações e avaliação sobre gestão e infra-estrutura de medidas de biossegurança em vigor nos/nas bandas/explorações abrangidas:

As medidas de biossegurança implementadas nas explorações serão verificadas no âmbito dos controlos oficiais, através do preenchimento de uma check-list citada para o efeito (Anexo 5).
5. Descrição geral dos custos e dos benefícios do programa

O Programa irá ser aplicado nos avíários de perus.

Numa definição de custo/benefício há que ter em conta diversos factores entre os quais o custo da doença que corresponde às perdas directas (custo da mortalidade e custo da diminuição da produção) e às perdas indirectas (por exemplo os entraves ao livre comércio).

A implementação do Programa permite avaliar a situação epidemiológica da doença nos Aviários de perus e consequentemente diminuir a sua prevalência através das medidas sanitárias que vierem a ser implementadas.

De referir ainda os benefícios resultantes da diminuição das taxas de infecção da população animal em causa, associados à diminuição da probabilidade de transmissão da doença à população humana, com os benefícios socio-económicos ali inerentes.

Os custos do Plano são apresentados em capítulo próprio.

6. Dados sobre a evolução epidemiológica durante os últimos 5 anos

Não disponíveis.
# 7. Objectivos

7.1 Objectivos relacionados com os testes

7.1.1. Objectivos em termos de testes de diagnóstico

**Ano: 2010**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Tipo de teste</th>
<th>População abrangida</th>
<th>Tipo de amostra</th>
<th>Objectivo</th>
<th>Nº de testes previstos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>Análise bacteriológica (deteção)</td>
<td>Bandas de perus de engorda</td>
<td>Fezes</td>
<td>Controlo</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>203</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>385</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Tipo de teste</th>
<th>População abrangida</th>
<th>Tipo de amostra</th>
<th>Objectivo</th>
<th>Nº de testes previstos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>Seralização e TSA</td>
<td>Bandas de perus de engorda</td>
<td>Isolados dos amostras positivas</td>
<td>Controlo</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>24</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>34</td>
</tr>
</tbody>
</table>
7.1.2. Objectivo em termos de teste bandos

Ano: 2010

Espécie animal: Bandos de panos de engorda

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Tipo de banda</th>
<th>Nº total de bandos</th>
<th>Nº total estimado de animais</th>
<th>Nº total de bandos no âmbito do programa</th>
<th>Nº total de animais no âmbito do programa</th>
<th>Nº de bandos que se prevê concluir</th>
<th>Nº de bandos que se prevê não concluir</th>
<th>Nº total de animais que se prevê não terem desembarcado</th>
<th>Quantidade prevista de ovos destinados</th>
<th>Quantidade prevista de ovos destinados para espécies comuns</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>Panos crioulos</td>
<td>2</td>
<td>90.000</td>
<td>7</td>
<td>30.000</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>Panos crioulos</td>
<td>15</td>
<td>393.000</td>
<td>91</td>
<td>292.000</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Sul</td>
<td>Panos crioulos</td>
<td>5</td>
<td>176.333</td>
<td>255</td>
<td>152.333</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>Panos crioulos</td>
<td>19</td>
<td>669.333</td>
<td>572</td>
<td>447</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

1.2. Outros pedidos

a1 = Salmonella Enteritidis, a2 = Salmonella Typhimurium, a3 = Salmonella Enterolata, a4 = Salmonella Typhimurium.
8 - ANÁLISE FORMENORIZADA DO CUSTO DO PROGRAMA

8.1 - Plano de Acção

a) COLHEITA DE AMOSTRAS (Responsabilidade do operador)
Operador colhe uma amostra em todos os bando nas três semanas anteriores ao transporte das aves para o matadouro.
Nº de análises de detecção = 385 - 38 (SO) = 347

b) COLHEITA DE AMOSTRAS (Responsabilidade das autoridades oficiais)
A autoridade competente irá amostrar, uma vez por ano, todos os bandos em 10% das explorações com pelo menos 200 perus de engorda.
Nº de análises de detecção = 38

Para uma positividade esperada de 8% para Salmonella spp (de acordo com os resultados do estudo de base) estão previstas cerca de 34 serotipificações.

c) SITUAÇÃO DE POSITIVIDADE (Responsabilidade das autoridades oficiais)
Em função das prevalências consideradas e prevendo-se cerca de 34 amostras positivas, outros testes terão de ser levados a efeito:
34 Análises de serotipificação e identificação do agente
34 testes de sensibilidade à resistência antimicrobiana

8.2. - Tabela de Preços de Análises

<table>
<thead>
<tr>
<th>Pesquisa bacteriológica de Salmonella</th>
<th>20 €/pesquisa</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>TSA - Teste sensibilidade à resistência antimicrobiana</td>
<td>9,5 €/pesquisa</td>
</tr>
<tr>
<td>Serotipificação</td>
<td>36 €/pesquisa</td>
</tr>
</tbody>
</table>

8.3. Previsões financeiras em função das acções a desenvolver:

a) Colheita de amostras (responsabilidade do operador)
347 análises de detecção x 20 = € 6.940

b) Colheita de amostras (responsabilidade da Autoridade Veterinária)
38 análises de detecção x 20 = € 760

c) Situações de positividade
34 análises de serotipificação x 36 = € 1.224,00
34 Teste de Sensibilidade aos Antibióticos (TSA) x 9,5 = € 323,00

d) Indemnizações – Abates Sanitários: não estão previstos

RESUMO DAS PREVISÕES FINANCEIRAS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Valor total de análises (Responsabilidade da Autoridade Veterinária): € 2.307,00.
### Análise detalhada dos Custos do Programa

<table>
<thead>
<tr>
<th>Custo relacionado com</th>
<th>Discriminação</th>
<th>Número de unidades</th>
<th>Custos unitários em €</th>
<th>Montante total em €</th>
<th>Financiamento Comunitário solicitado (Sim/Não)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1. Taida</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.1. Custos dos animais</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Análise.</td>
<td>Exame de seleção Sistêmica</td>
<td>30</td>
<td>20.12 €</td>
<td>603.60 €</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Análise.</td>
<td>Exame de identificação</td>
<td>35</td>
<td>35.45 €</td>
<td>1.241.25 €</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Análise.</td>
<td>Exame de inspeção</td>
<td>32</td>
<td>9.20 €</td>
<td>302.40 €</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2. Custo de coleta de amostras</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.3. Outros Custos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2. Vacinação</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.1. Compra da vacina</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.2. Custos de distribuição</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.3. Custos relacionados com a administração da vacina/tratamento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.4. Custos relacionados com o contínuo</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3. Abate e destruição</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.1. Inoculação de animais</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.1. Indenização pecuária</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.2. Custos de transporte</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.3. Custos de demolição</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.4. Peca em peso do abate</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.5. Custos dos tratamentos de produtos animais (leite, ovos, uvas de incubação, etc.)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4. Limpeza e desinfeção</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5. Salários (pessoal contratado apenas para fins do programa)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>6. Consumíveis e equipamento específico</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>7. Outros Custos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Total:** 7.657.20 €
ANEXOS
ANEXO 1

A seguir se junta a legislação aplicável a este Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de perus que fundamenta o Plano de Actividades:

1. LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA


- Regulamento (CE) n.º 1774/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002, que estabelece as regras sanitárias relativas a subprodutos animais não destinados ao consumo humano.

- Directiva 2003/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003, relativa à vigilância das zoonoses e dos agentes zoonóticos que altera a Decisão 90/424/CEE do Conselho e revoga a Directiva 99/117/CEE do Conselho.

- Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003, relativo ao controlo de Salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos de origem alimentar.

- Regulamento (CE) n.º 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto de 2006 que aplica o Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente à utilização de métodos específicos de controlo no âmbito dos programas nacionais de controlo de salmonelas nas aves de capoeira.

- Regulamento (CE) n.º 584/2008 da Comissão de 20 de Junho de 2008 que dá execução ao Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere ao objectivo comunitário de redução de prevalência de Salmonella Enteritidis e Salmonella Typhymurium em perus.

- Regulamento (CE) n.º 1441/2007 da Comissão de 5 de Dezembro que altera o Regulamento (CE) n.º 2073/2005 relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios.

- Decisão (2006/965/CE) do Conselho de 19 de Dezembro de 2006 que altera a Decisão 90/424/CEE, relativa a determinadas despesas no domínio veterinário.

- Regulamento (CE) n.º 213/2009 da Comissão de 18 de Março de 2009 que altera o Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento e do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 1003/2005 no que diz respeito ao controlo e aos testes de detecção de salmonelas em bandos de reprodução de Gallus gallus e de perus.
2. LEGISLAÇÃO NACIONAL

- Decreto-Lei nº 214/2008 de 10 de Novembro - Estabelece o Regime do Exercício da Actividade Pecuária (REAP).

- Portaria nº 637/2009 de 9 de Junho - Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de animais de espécies avícolas.

- Decreto-Lei nº 142/2006 de 27 de Julho - Cria o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), que estabelece as regras para identificação, registo e circulação dos animais.

- Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto - Transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Directiva nº 2003/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro, relativa à vigilância das zoonoses e de agentes zoonóticos, que altera a Decisão n.º 90/424/CEE, do Conselho, de 26 de Junho, relativa a determinadas despesas no domínio veterinário e revoga a Directiva n.º 92/117/CEE, do Conselho, de 17 de Dezembro.

- Decreto-Lei nº 141/98 de 16 de Maio - Transpõe para o direito interno o disposto na Directiva n.º 90/539/CEE, do Conselho, de 13 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Decisão n.º 92/369/CEE, de 24 de Junho e pela Directiva n.º 93/120/CEE, do Conselho de 22 de Dezembro, relativa às condições de polícia sanitária que regem o comércio intracomunitário e as importações provenientes de países terceiros de aves de capoeira e ovos de incubação. Publica em anexo o "Regulamento do Comércio Intracomunitário e das Importações de Países Terceiros de Aves de Capoeira e Ovos para Incubação".

- Decreto-Lei nº 39209 de 14 de Maio de 1953
**Anexo 2**

**Lista de laboratórios autorizados pela DGV para análises de Salmonella no âmbito dos PNCS**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Laboratório</th>
<th>Receita</th>
<th>Responsável</th>
<th>Morada</th>
<th>Código Postal</th>
<th>Telefone</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>UNIV. Lisboa</td>
<td>Habitação</td>
<td>Alves Amado</td>
<td>Estação de Identificação, 291</td>
<td>1154-001 Lisboa</td>
<td>21111232078</td>
</tr>
<tr>
<td>UNIV. Venda</td>
<td>Norte</td>
<td>António Teixeira</td>
<td>Rua dos Moisés, Largo da Madeira</td>
<td>252600600</td>
<td>292600605</td>
</tr>
<tr>
<td>SJFAI AIB - Laboratório de</td>
<td>Norte</td>
<td>João Maria Ribante</td>
<td>Rua de Bemventura, 2a linha</td>
<td>2251321090</td>
<td>2251321009</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Diagnostico Veterinário e</td>
<td>Centro</td>
<td>Manuela Moreira</td>
<td>Quinta das Freiras</td>
<td>3504-304 Vila</td>
<td>2251321009</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Medicação Veterinária e</td>
<td>Icinho</td>
<td>Ana Gasco</td>
<td>Lugar da Serrada, Anilina</td>
<td>2251321009</td>
<td>2251321009</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório Regional de</td>
<td>Aveiro</td>
<td>Lidia Hol</td>
<td>Rua do Visconde de Sá, 5</td>
<td>295290505</td>
<td>295290505</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório Regional de</td>
<td>Cascais</td>
<td>Margarida Costa</td>
<td>Rua de Moles, nº 10</td>
<td>201711460</td>
<td>201711460</td>
</tr>
<tr>
<td>Universidade de</td>
<td>Norte</td>
<td>Gonçalo Almeida</td>
<td>Rua Dr. António Bernardes de</td>
<td>225591111</td>
<td>225591111</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto de Inovação Tecnológica de Agri-</td>
<td>Aveiro</td>
<td>Manuela Cabral</td>
<td>Estação de N. Gonçalves</td>
<td>289501777</td>
<td>289501777</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório Tecnológico Agro-</td>
<td>Centro</td>
<td>Ana Pires</td>
<td>Av. Maia de Pontes, Louz</td>
<td>2448123460</td>
<td>2448123460</td>
</tr>
<tr>
<td>A. LOGOS - Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e</td>
<td>Aveiro</td>
<td>Ana Marques</td>
<td>Tages Valley - Tecnopolis do</td>
<td>241327355</td>
<td>241327355</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de</td>
<td>Centro</td>
<td>Ana Pires</td>
<td>Parque da</td>
<td>241500000</td>
<td>241500000</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de</td>
<td>Centro</td>
<td>Rui Soares</td>
<td>Zona industrial de</td>
<td>241500900</td>
<td>241500900</td>
</tr>
<tr>
<td>SGS Portugal - Sociedade</td>
<td>Centro</td>
<td>Ana Sá</td>
<td>Moita, 2º piso</td>
<td>217140200</td>
<td>217140200</td>
</tr>
<tr>
<td>UKC - Centro de</td>
<td>Centro</td>
<td>António Tavares</td>
<td>UKCANT PARK - Parque</td>
<td>21119999</td>
<td>21119999</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de</td>
<td>Aveiro</td>
<td>Miguel Fontes</td>
<td>Estação de N.</td>
<td>282404600</td>
<td>282404600</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**LARCO DA ACADEMIA DAS BELAS ARTES, 2 - 125 - 101 LISBOA**
Anexo 3

Metodologia das Análises Laboratoriais

As amostras são enviadas aos laboratórios aprovados no prazo máximo de 24 horas após a colheita. No laboratório as amostras são conservadas refrigeradas até à sua análise, a qual será efectuada no prazo de 48 horas após a sua recepção e de 96 horas após a colheita.

Amostras de estregas em bolas e amostras de pó

- O par de bolas para estregas é desembalhado cuidadosamente de forma a evitar a retirada da matéria fecal aderente, a qual é combinada e colocada em 225ml de água peptonada tamponada, previamente aquecida à temperatura ambiente. As bolas/meias devem ficar completamente imersas na água peptonada tamponada, pelo que pode ser necessário adicionar uma quantidade suplementar.
- A amostra de pó será preferencialmente analisada em separado. No entanto a autoridade competente pode decidir reunir na amostra de bolas/meias para estregas.
- Agitar para saturar completamente a amostra e continuar a cultura através do método de deteção recomendado pelo Laboratório Comunitário de Referência.

Outras amostras

Devem ser preparadas em conformidade com o disposto no ponto 2.2.2 do anexo do Regulamento (CE) n° 1005/2005.

Método de deteção

O método de deteção a utilizar será o método recomendado pelo Laboratório de Comunitário de Referência (LCR) para os salmonelos, situado em Biithaven, Países Baixos. Este método encontra-se descrito no anexo D da norma ISO 6579 (2002): "Deteção de Salmonella spp. em matéria fecal de origem animal e em amostras da fase de produção primária". Será utilizada a versão mais recente do anexo D.

Neste método de deteção utiliza-se um meio semi-sólido (meio Rappaport-Vassiliadis semi-sólido modificado, MSRV) como único meio de enriquecimento selectivo.

Serotipagem

Para cada amostra positiva, deve fazer-se a serotipagem de pelo menos um isolado, segundo o sistema Kaufmann-White.

Armazenagem das estirpes

Serão armazenadas para futura reagentagem e teste de sensibilidade antimicrobiana, pelo menos, os estirpes isoladas a partir de amostras destinadas pela autoridade competente, com recurso aos métodos normais de colheita de culturas, que devem assegurar a integridade das estirpes durante um período mínimo de dois anos.
Ane. 4 - Fluxo de informação entre os diferentes intervenientes nos Programas Nacionais de Controlo de Salmonelas

**DGV**
- Elaboração Coordenação e aplicação do Plano
- Elaboração de manuais de procedimentos para colecta

**LNIV**
- Resultados da serotipificação

**DSVR**
- Controlo e execução das diferentes acções, incluindo a colecta de amostras oficiais
- Resultados + e -
- Envio das amostras colhidas

**Laboratórios reconhecidos**
- Resultados -
- Envio das amostras colhidas

**Produção**
- Execução da colecta de amostras da responsabilidade do operador

Dados sobre:
- Nº de exames laboratoriais efectuados
- Resultados oficiais
- Nº de amostras existentes na exploração
- Idade dos bueiros
- Nº de bueiros per bando
- Nº de bueiros vacinados contra Salmonelas
Anexo 5
Lista de Verificação de medidas de biossegurança e higiene nas explorações avícolas

Identificação do Proprietário:

Nome:

Morada:

Identificação da Exploração:

Designação:

Morada:

Contactos telefónicos:

Escalão de Produção:

Número de pavilhões:

Identificação e área (m²) de cada um dos pavilhões:

Observações:
# Medidas de Biossegurança

## 1 Proteção sanitária das explorações

a) Vedação de perímetro da exploração  
   - S  
   - N  
   - Def  

b) Portão fechado e que impeça a entrada de animais domésticos  
   - S  
   - N  
   - Def  

c) Radiatividade de desinfecção  
   - S  
   - N  
   - Def  

d) Áreas exteriores envolventes dos pavilhões  
   - Desembaradadas  
   - Limpa de materiais desnecessários (entulho, equipamentos velhos, etc.)  
   - S  
   - N  
   - Def  

## 2 Condições estruturais dos pavilhões

a) Parede e pavimentos reúntos e de material adequado (que permita limpeza, lavagem e desinfecção eficazes)  
   - S  
   - N  
   - Def  

b) Janelas ou outras aberturas de arrejamento que recebam com rede (para impedir a entrada de pássaros e insetos)  
   - S  
   - N  
   - Def  

c) Grilhas nos ventiladores (ou outra forma de impedir a entrada de animais indesejáveis)  
   - S  
   - N  
   - Def  

d) Artecâmara à entrada do pavilhão  
   - Em local de passagem obrigatório  
   - Providência de pédilúvio ou tapete sanitário  
   - Providência de meias adequadas para a mudança de vestuário e calçado  
   - S  
   - N  
   - Def  

e) Porta de acesso fechada  
   - S  
   - N  
   - Def  

f) Outros acessos  

## 3 Outras estruturas

a) Armazenagem de alimentos em espaço isolado fechado (proteção contra aves e roedores)  
   - S  
   - N  
   - Def  

b) Armazenagem de material para a coroa dos aves  
   - Local próprio, fechado e protegido contra aves e roedores  
   - S  
   - N  
   - Def  

c) Vestuários e instalações sanitárias em número suficiente  
   - S  
   - N  
   - Def  

## 4 Outros procedimentos

a) Controle de vistas  
   - Livro de visitas cuidadosamente preenchido  
   - S  
   - N  
   - Def  

   - Roupa e calçado próprio para visitantes, limpo e desinfectado  
   - S  
   - N  
   - Def  

**Medidas de Higiene**

### 1. Limpeza e Desinfeção

- a) Existência de um programa de limpeza e desinfeção dos estabelecimentos, equipamentos e materiais
  - b) Respetos de execução e controle

- c) Procedimento de limpeza e desinfeção das pavilhões
  - Lavagem com detergente
  - Desinfeção com desinfetante de uso veterinário autorizado
  - Segundo desinfeção com desinfetante de uso veterinário autorizado, diferente do anterior
  - Fumigação dos pavilhões

### 2. Manejo de aves mortas e doentes

- a) Eliminação de aves doentes
- b) Recolha diária de aves mortas
- c) Local e recipiente adequado (impermeável e vedado) para colocação das aves mortas
- d) Destino autorizado para eliminação/destruição de cadáveres e detritos

### 3. Funcionários

- a) Roupa e calçado próprios, para uso exclusivo nas instalações
- c) Formação

### 4. Outros procedimentos

- a) Aplicação do procedimento "lado dentro/lado fora"
- b) Existência de um período de vazio sanitário entre a desinfeção e a entrada de aves para novo reproduzimento

**Assinaturas**

O Responsável pela Exploração

O Técnico

Data: __/__/___
Declaração

Para efeitos de aprovação do Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandas de perus para o ano de 2010, a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional compromete-se a dar cumprimento ao disposto nos n.os 1, 2 e 4 do Anexo ao Regulamento Comunitário n.º 584/2008 de 20 de Junho de 2008 e ao Anexo ao Regulamento Comunitário (CE) n.º 213/2009 de 18 de Março.

/ O Director-Geral de Veterinária

Carlos Agrela Pinheiro

Fernando Bernardes

FERNANDO BERNARDES
Subdirector-Geral
Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de Galinhas Poedeiras (Gallus gallus)

2010

Direcção Geral de Veterinárias
Direcção de Serviços de Saúde e Protecção Animal
PORTUGAL
Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de galinhas poedeiras (Gallus gallus)

Decisão da Comissão n° 2008/425/CE de 25 de Abril de 2008

Anexo II - Parte A

Requisitos gerais aplicáveis aos programas nacionais de controlo de salmonelas

a) Objectivo do programa
O objectivo comunitário previsto para a redução de Salmonella Typhimurium, e Salmonella Enteritidis em galinhas poedeiras adultas de Gallus gallus, é uma percentagem anual mínima de redução de bandos positivos de salmonelas em galinhas poedeiras adultas igual a pelo menos:

- 40 %, caso a prevalência verificada no ano anterior tenha sido de 40 % ou superior;
- 30 %, caso a prevalência verificada no ano anterior se tenha situado entre 20 % e 39 %;
- 20 %, caso a prevalência verificada no ano anterior se tenha situado entre 10 % e 19 %;
- 10 %, caso a prevalência verificada no ano anterior tenha sido inferior a 10 %.

O objectivo do presente programa para o ano de 2010 é a redução da prevalência de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis nas explorações nacionais de galinhas poedeiras para 8,8 %.

b) Apresentação de provas - serão disponibilizadas evidências documentais de que foram cumpridos os requisitos mínimos da amostragem estabelecidos na parte B de Anexo II do Regulamento (CE) n° 2160/2003 do Parlamento Europeu e do conselho que indica a população animal em questão e os fases da produção que a amostragem deve cobrir, bem como dos resultados das pesquisas laboratoriais.

A base de amostragem abrange todos os bandos de galinhas poedeiras adultas da espécie Gallus gallus, tal como definido no artigo 1º do Regulamento (CE) n° 2160/2003. Os bandos de galinhas poedeiras são amostrados por iniciativa do operador da empresa do sector alimentar (operador) e pelo autoridade oficial competente.

Amostragens efectuadas pelo operador
A amostragem será efectuada em todos os bandos de cada exploração durante a fase de cría e também durante a fase de pastura.

a) Período de cría/recría
A amostragem durante esta fase deverá ser efectuada em duas ocasiões:

- No dia de chegada e até às 72 horas de idade. Deverão ainda ser testados todos os animais mortos à chegada.
- Duas semanas antes da entrada na fase de pastura.
b) Período de postura

Nesta fase a amostragem por iniciativa do operador efectua-se de 15 em 15 semanas em todos os bandos de galinhas poedeiras adultas, sendo que, a primeira amostragem se realiza quando o bando atingir os 24 (± 2) semanas.

Amostragem de controlo oficial

A amostragem realiza-se:

a) No mínimo num bando por ano e por exploração com pelo menos 1000 aves.
b) Em qualquer caso de suspeita de infecção por Salmonella Enteritidis ou Salmonella Typhimurium, em resultado de uma investigação epidemiológica de surtos de origem alimentar, de acordo com o artigo 8º da Directiva 2003/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho
c) Em caso de positividade:
   i. Em todos os restantes bandos de galinhas poedeiras presentes na exploração,
   ii. Às 24 (± 2) semanas em todos os bandos mantidos em edifícios onde tenham sido detectadas salmonelas no bando anterior
da) Nos casos em que a autoridade competente considere adequado.

Uma amostragem realizada pela autoridade competente pode substituir uma amostragem realizada por iniciativa do operador.


1. Aspectos Gerais

1.1. Ocorrência de Salmonelose em Portugal

No relatório anual sobre os agentes zoonóticos publicado pela EFSA/ECDC estão referidos os dados disponíveis relativos à ocorrência de salmonelas nos animais e nos humanos bem como nos alimentos para animais.

Em Portugal, a semelhança do que ocorre em outros Estados-Membros os sorovares mais frequentemente associados à doença em humanos são o Salmonella Enteritidis e o Salmonella Typhimurium. O gráfico seguinte encontra-se a evolução do nº de casos de Salmonelose em humanos em Portugal notificados desde o ano de 1998 e até ao ano de 2007.

Gráfico A - Nº de casos de Salmonelose Humana - Portugal (1998 - 2007) (notificados)
Como se pode constatar no Relatório da EFSA/ECDC o número de casos humanos de Salmonelose em Portugal tem uma incidência muito inferior à media europeia (3,4 casos/100.000 habitantes).

De acordo com os dados obtidos resultantes da implementação do Programa Nacional de Controlo em 2008, a taxa de infeção por Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis existente nos bancos de galinhas pondeiras nacionais foi de 10,57%.

1.2. Estrutura e organização das autoridades competentes - Fluxograma de informação entre as entidades envolvidas na execução do programa

A Direção Geral de Veterinária (DGV) é a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional responsável pela elaboração, coordenação e aplicação do Plano.

As Direcções de Serviços Veterinários Regionais (DSVR) têm a seu cargo o controlo e execução das diferentes acções nas suas áreas de influência, incluindo a coletagem de amostras oficiais.

São cinco as Direcções de Serviços Veterinários nas regiões do Continente. Nas Regiões Autónomas da Madeira (RAM) e Açores (RAA) as entidades oficiais responsáveis são a Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, respectivamente.

As cinco Direcções de Serviços Veterinários nas regiões no Continente designam-se pelas seguintes siglas:

1. N (Norte)
2. C (Centro)
3. LVT (Lisboa e Vale do Tejo)
4. ALT (Alentejo)
5. ALG (Algarve)

As amostras cuja coletagem é realizada pelo operador serão efectuadas sob responsabilidade do médico veterinário assistente das explorações ou “Veterinário responsável”.

O circuito de informação estabelecido para o controlo do programa encontra-se discriminado no Anexo 4.

1.3. Laboratórios aprovados nos quais são analisadas as amostras coletadas no âmbito do programa

A lista de laboratórios autorizados pela DGV a participar nos PNCS encontra-se no Anexo 2.

1.4. Métodos utilizados no exame das amostras no âmbito do programa

A metodologia utilizada no exame das amostras no âmbito do programa encontra-se descrita no Anexo 3 e está de acordo com a metodologia descrita no Regulamento (CE) n.°1168/2006 de 31 de Julho.

1.5. Controlos oficiais a nível dos alimentos para animais dos bandos e ou dos efectivos

No momento da coletagem de amostras oficiais numa exploração ou em caso de suspeita podem ser efectuadas coletagens dos alimentos, compostos utilizados na produção das aves, ao abrigo do referido no Capítulo II do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Sempre que surgir um resultado positivo a Salmonella será conduzida uma investigação epidemiológica como previsto no Artigo 8º do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.
Encontra-se em execução um Plano Nacional para o controlo Oficial da alimentação animal (CAA), que está atualizado ao abrigo do Reg. (CE) nº 832/2004, que inclui controlo físico e documental nos operadores do sector dos alimentos para animais. Nesse plano, e na sequência da recolha de amostras para análises laboratoriais, prevê-se a pesquisa de Salmonella em 10% das amostras a colher em todo o universo dos fabricantes nacionais de alimentos compostos (sejam industriais ou auto-produtores). As amostras prevêm alimentos compostos para todas as espécies/categorias de animais de exploração.

A colheita de amostras de alimentos para animais segue o procedimento estabelecido na NP 3256, a qual homologa a 1ª Directiva da Comissão 76/371/CEE de 1 de Março, que estabelece os métodos de amostragem comunitários para o controlo oficial da alimentação animal, tendo ainda em consideração a EN/ISO 6579. A pesquisa de Salmonella nos alimentos para animais é efectuada de acordo com o procedimento descrito na EN/ISO 6579.

1.6. Medidas aplicadas aos animais ou produtos nos quais foi detectada a presença de Salmonella spp, designadamente para proteger a saúde pública e outras medidas

São tomadas as medidas descritas no ponto 3.6.1. da parte B do presente Programa. Complementarmente serão adoptadas medidas de destruição dos alimentos compostos que se revelem positivos. Os chorume são encaminhados de acordo com o previsto no Regulamento (CE) nº 174/2002 de 3 de Outubro e classificados como produtos de categoria II.

A água de bebida é monitorizada e sujeita a procedimentos de sanificação de modo a satisfazer os requisitos específicos constantes da Lei nº 58/2005 de 29 de Dezembro.

1.7. Legislação nacional pertinente para a execução dos programas, incluindo disposições nacionais relativas às actividades previstas no programa

A Legislação Nacional aplicável ao Programa Nacional de Controlo de Salmonelas encontram-se descrita no Anexo 1.

1.8. Eventual auxílio financeiro concedido às empresas do sector da alimentação humana e animal no contexto do programa

No caso específico do Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de galinhas poedeiras não estão previstas ajudas financeiras às empresas.

2. Empresas do sector da alimentação humana e animal abrangidas pelo programa

2.1. Estrutura da produção da espécie em questão e dos produtos derivados.

O sector caracteriza-se pela existência de um número elevado de empresas de pequena dimensão, prevendo-se que estejam em actividade cerca de 200 aviários de produção de ovos. No entanto, a produção está quase na sua totalidade ligada aos centros de classificação e embalagem de ovos, o que facilita a organização sectorial da cadeia.

Actualmente, existem no país 2 aviários de multiplicação, que têm capacidade suficiente para abastecer as produtoras nacionais com os ovos de diária necessárias para a produção dos ovos consumidos no país, e permite a exportação.

Em 2008, nascem 8,2 milhões de pintas de vocação ovopoiética (praticamente numas só empresa), das quais 5,7 milhões saíram para Espanha. No entanto, neste sector, alguns produtores de ovos também recorrem frequentemente ao mercado intracommunitário para adquirir as pintas (estimase que entrem no país 1 milhão de pintas/jano), pelo que calcularmos terem sido alojados na país, para reprodutir-se dos efectivos, cerca de 3,2 milhões de pintas poedeiras.
As pintas estão na fase de leche até às 22 semanas, sendo depois alojadas em baterias para postura. O período normal de postura é de 52 semanas, sem considerar a "muda". Quando por vezes se pratica a "muda", o tempo de postura pode mesmo ultrapassar as 70 semanas.

O modo de criação de galinhas em bateria é o mais comum em Portugal, da qual provêm mais de 95% da produção total de ovos.

O efeito nacional máximo de galinhas pueireiras atingiu cerca de 6 milhões de ovos, das quais cerca de 5 milhões estavam em postura. Segundo dados do sector, produzem-se, em média, 308 ovos por galinha alojada até às 52 semanas, com um peso médio de 63,5 gr/ova.

2.2. A estrutura da produção dos alimentos para animais.

A alimentação de frangos de engorda, perus, galinhas poveiras e aves de reprodução passa pelo recuo a alimentos compostos especificamente formulados com vista a assegurar os necessitados das diversas espécies animais. A nível nacional a produção de alimentos compostos para animais é da responsabilidade dos fabricantes do sector, sejam eles indústrias ou auto-produtores. Os que carecem de registro e aprovação perante a DGV encontram Autoridade Competente Nacional, ao abrigo do artº 10º do Regulamento (CE) nº 183/2005, de Portimão Europeu e do Conselho, de 12 de Janeiro, relativo a requisitos de higiene dos alimentos para animais.

Para o efeito, todos os estabelecimentos necessitam de visita técnica prévia por parte dos técnicos da Divisão de Alimentação Animal (DAA) da Direcção-Geral de Veterinária (DGV), antes de dar início à elaboração, para verificação e constatação do cumprimento das condições estabelecidas no Anexo II daquela regulação comunitária. Entre estas salienta-se a avaliação das estruturas físicas sob o ponto de vista de adequabilidade e segurança, a caracterização técnica da linha de produção em função das subespécies/categorias animais de destino dos alimentos fabricados, a natureza e origem das matérias-primas, aditivos e pré-misturas utilizadas com apreciação da rastreabilidade e respectivas condições de armazenamento, são ainda avaliadas as medidas de carácter organizacional que garantiem evitar contaminações cruzadas, avarias, avaria e outros, bem como a implementação de um sistema eficaz de análise de perigos e pontos críticos de controlo (APCC) devidamente complementado através de um plano de controlo de qualidade adequado. Na sequência da visita técnica é emitiu relatório de aprovação de acordo com o Mod. 602/DGV.

Os alimentos compostos para as diversas espécies avícolas podem igualmente ser provenientes de trocas inter-comunitárias, pelo que os agentes económicos deverão estar devidamente registados como intermediários do sector dos alimentos para animais ao abrigo do artº 9º do Reg.(CE) nº 183/2005 e cumprir os requisitos relevantes previstos igualmente no Anexo II daquela diploma legal.

A comparação da manutenção dos requisitos especificados em ambos os tipos de actividade referenciada, é efetuado a juntar mediante acções de inspecção periódicas no âmbito do controlo oficial da alimentação animal, com elaboração de relatório de verificação segundo Mod. 721/DGV.

Pese embora a importação de países terceiros de alimentos compostos para animais produzidos de gêneros alimentícios seja legalmente admissível, está uma realidade que não se verifica a nível nacional.

Em termos de estrutura de produção, os alimentos para aves lideram o mercado nacional com cerca de 36-37% da produção anual.

Em termos de estrutura de produção, os alimentos para aves lideram o mercado nacional com cerca de 36-37% da produção anual. Os dados relativos ao fabrico de alimentos compostos para aves nos últimos cinco anos pode ser descrita segundo a tabela que se segue.
2.3. Guia de boas práticas de criação animal e outras directizes:

Existem manuais de boas práticas para a produção animal em Portugal elaborado de acordo com a parte B do Anexo I do Regulamento (CE) n° 852/2004 de 29 de Abril transpose para a ordem jurídica Nacional pelo Decreto-Lei n° 113/2006 de 12 de Junho.

2.4. Supervisão veterinária de rotina nas explorações

O manejo alimentar, sanitário e clínico das explorações e galiñas paodeiras é da competência do responsável sanitário das explorações que tem a seu cargo, nomeadamente, o controlo dos Planos e Programas de Profilaxia e Sanitários das Explorações bem como de controlar directamente a execução do Plano Higiene-sanitário dos estabelecimentos, de orientar e vigiar a administração de produtos biológicos de acordo com o legalmente previsto e controlar as condições de biossegurança da exploração.

A autoridade sanitária veterinária nacional - Direcção Geral de Veterinária - possui o sistema de atribuição de uma marca específica para cada exploração e interveio directamente nas explorações sempre que exista motivo de natureza sanitária que justifique essa intervenção. A DGAV atua directamente sobre as explorações no contexto dos diferentes Planos de Controlo Oficiais, nomeadamente, no âmbito da vigilância da Gripe aviar, da Doença de Newcastle, do Salmonela, do Plano Nacional de Pesquisa de Rstúricas, Bem-Estar Animal, verifica o Livro de Registo de Medicamentos e sempre que o cenário de "emergência" sanitária assim o justifique.

2.5. Registo das explorações

Todos as explorações de galiñas paodeiras do território nacional abrangidos por este Programa, de acordo com o Decreto-Lei n° 214/2008 de 10 de Novembro, devem estar registados numa base de dados nacional.

2.6. Manutenção de registo nas explorações

Os Proprietários e Responsáveis dos Aviários de galiñas paodeiras devem zelar para que as explorações disporão de registos próprios, actualizados, nos quais se encontre informação relativamente a:

- Recepção de mercadorias: ovos do dia, alimentos compostos, medicamentos e bióxicas (origem, datas e quantidades)
- Parâmetros sanitários: mortalidade, triagem, vacinações, mastigação e análises (fichas de produção)
- Parâmetros zootechnicos: taxas de crescimento, consumos de água e de alimentos
2.7. Documentos que acompanham os animais quando da sua expedição.
Cada um dos bandos de gaiolas poedeiras enviado para abate é acompanhado por uma mensagem IRCA da qual consta todo o historial sanitário do bando, nos termos do Regulamento nº 2074/2005 de 5 de Dezembro.
A destinação de aves para produção, reprodutiva ou para abate inmediato é feita a coberto de uma guia de circulação, de acordo com o Decreto-Lei nº 142/2006 de 21 de Agoslo com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-lei nº 214/2008 de 10 de Novembro.

2.8. Outras medidas destinadas a assegurar a rastreabilidade dos animais.
As explorações industriais possuem uma identificação inequívoca (Nº de Registo de Exploração) que é inscrita em todos os documentos de circulação que acompanham qualquer destinação da totalidade ou parte dos animais dessa exploração, de acordo com o Decreto-Lei nº 214/2008 de 10 de Novembro.
Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de galinhas poedeiras (Gallus gallus)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Estado Membro: Portugal
Doença: Salmonelose e respectivos agentes (Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis)
População animal alvo do programa: Bandos de galinhas poedeiras de Gallus gallus
Ano de Execução: 2010
Pedido de co-financiamento comunitário para: 2010
Referência do presente documento: Sal/Poedeiras/PT/2010
Contacto (Nome, Tel., Fax, E-mail): Contacto (Nome, Tel., Fax, E-mail): Ana Filipa Lourenço tel: 213239651, fax: 213239644, glourenco@dgv.min-agricultura.pt
Data de envio à Comissão: 30 de Abril de 2009

2. DADOS HISTÓRICOS SOBRE A EVOLUÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA DOENÇA


De acordo com o estudo base efectuado ao abrigo do n.º 1 do artigo 1.º da Decisão 2004/665/CE foi observado que o nível de prevalência de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis existente nas explorações nacionais de galinhas poedeiras foi de 47,7% (2004/2005)

Os resultados obtidos no ano de 2008 estão resumidos nas tabelas seguintes.

<table>
<thead>
<tr>
<th>DSVR</th>
<th>Nº de Estabelecimentos da produção</th>
<th>Nº de Bandas pesquisadas</th>
<th>Nº de estabelecimentos amostrados</th>
<th>% execução (estabelecimentos)</th>
<th>Nº de bandas distintas amostradas</th>
<th>% execução (bandas)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>2</td>
<td>26</td>
<td>7</td>
<td>58,13%</td>
<td>72</td>
<td>45,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>58</td>
<td>56</td>
<td>81</td>
<td>100,00%</td>
<td>57</td>
<td>90,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>L.F</td>
<td>22</td>
<td>27</td>
<td>36</td>
<td>90,91%</td>
<td>91</td>
<td>91,16%</td>
</tr>
<tr>
<td>ALI</td>
<td>3</td>
<td>3</td>
<td>3</td>
<td>100,00%</td>
<td>4</td>
<td>66,67%</td>
</tr>
<tr>
<td>RAP</td>
<td>5</td>
<td>5</td>
<td>6</td>
<td>0,00%</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>RAS</td>
<td>6</td>
<td>4</td>
<td>6</td>
<td>61,90%</td>
<td>6</td>
<td>100,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>147</td>
<td>210</td>
<td>134</td>
<td>91,16%</td>
<td>222</td>
<td>81,67%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
De acordo com os dados obtidos resultantes da implementação do Programa Nacional de Controlo em 2008, a percentagem de positividade de bandos (SE/ST) foi de 10.57%.

### 3. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA APRESENTADO

O Programa teve início em 2008 e foi elaborado para um período de 3 anos consecutivos estando contemplados neste documento os procedimentos para sua execução em 2010 a nível Nacional (Continente, Açores e Madeira).

O presente documento segue a metodologia descrita no Regulamento (CE) n° 1168/2006 da Comissão de 31 de Julho de 2006, quanto à consecução do objectivo comunitário de redução da prevalência de salmonelas e define a metodologia a ser utilizada, pelos proprietários ou responsáveis pelos avíários de galinhas pondeiras, definindo também as metodologias a executar nas colheitas oficiais.

Este Programa foi elaborado com base na seguinte legislação comunitária:

- Regulamento (CE) n° 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003
- Regulamento (CE) n° 1168/2006 da Comissão de 31 de Julho de 2006
- Regulamento (CE) n° 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto de 2006
- Regulamento (CE) n° 1237/2007 da Comissão de 23 de Outubro de 2007

---

#### Quadro II

<table>
<thead>
<tr>
<th>DIVR</th>
<th>Nº de bandos distintos amostrados</th>
<th>Nº bandos positivos salmonellas spp</th>
<th>Nº de bandos positivos SE/ST</th>
<th>Nº de bandos positivos SE</th>
<th>Nº de bandos positivos ST</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Noite</td>
<td>21</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>26</td>
<td>36</td>
<td>10</td>
<td>10</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>LVI</td>
<td>70</td>
<td>25</td>
<td>11</td>
<td>11</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>ALT</td>
<td>4</td>
<td>2</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>RAA</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>187</td>
<td>72</td>
<td>24</td>
<td>24</td>
<td>24</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Quadro III

<table>
<thead>
<tr>
<th>DIVR</th>
<th>Nº de aviares positivos</th>
<th>Nº de aviares escolhidos</th>
<th>Nº total aviares positivos SE/ST</th>
<th>Nº total aviares positivos SE</th>
<th>Nº total aviares positivos ST</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Noite</td>
<td>740</td>
<td>25</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>768</td>
<td>45</td>
<td>35</td>
<td>35</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>LVI</td>
<td>467</td>
<td>25</td>
<td>75</td>
<td>75</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>ALT</td>
<td>33</td>
<td>10</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>RAA</td>
<td>40</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1361</td>
<td>623</td>
<td>742</td>
<td>742</td>
<td>18</td>
</tr>
</tbody>
</table>
3.1. Objectivo do programa
O objectivo comunitário previsto para a redução de Salmonella Typhimurium, e Salmonella Enteritidis em galinhas poedeiras adultas de Gallus gallus, é uma percentagem anual mínima de redução de bandos positivos de galinhas poedeiras adultas igual a pelo menos:
- 40 %, caso a prevalência verificada no ano anterior tenha sido de 40 % ou superior;
- 30 %, caso a prevalência verificada no ano anterior se tenha situado entre 20 % e 39 %;
- 20 %, caso a prevalência verificada no ano anterior se tenha situado entre 10 % e 19 %;
- 10 %, caso a prevalência verificada no ano anterior tenha sido inferior a 10 %.

O objectivo do presente programa para o ano de 2010 é a redução da prevalência de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis existente nas explorações nacionais de galinhas poedeiras para 8.8 %.

3.2 Metodologia de Execução e Controlo do Plano
3.2.1 Base de Amostragem
A base de amostragem abrange todos os bandos de galinhas poedeiras adultas da espécie Gallus gallus, tal como definido no artigo 1º do Regulamento (CE) nº 2160/2003. Os bandos de galinhas poedeiras são amostrados por iniciativa do operador da empresa do sector alimentar (operador) e pela autoridade oficial competente.

A - UNIVERSO DE APLICAÇÃO DO PLANO

<table>
<thead>
<tr>
<th>DSVR</th>
<th>Nº total de explorações</th>
<th>Nº de explorações de produção</th>
<th>Nº de explorações de produção + 1000 aves/bando/ano</th>
<th>Nº total de bandos</th>
<th>Nº total previsto de bandos em produção</th>
<th>Nº total de animais (estimativa)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>19</td>
<td>10</td>
<td>10</td>
<td>28</td>
<td>28</td>
<td>273.539.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>113</td>
<td>97</td>
<td>76</td>
<td>150</td>
<td>126</td>
<td>2.480.235.00</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>45</td>
<td>36</td>
<td>36</td>
<td>115</td>
<td>95</td>
<td>2.241.603.00</td>
</tr>
<tr>
<td>ALG</td>
<td>3</td>
<td>3</td>
<td>3</td>
<td>9</td>
<td>9</td>
<td>35.247.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira</td>
<td>6</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>6</td>
<td>6</td>
<td>6</td>
<td>13</td>
<td>11</td>
<td>127.375.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>184</td>
<td>157</td>
<td>137</td>
<td>129</td>
<td>283</td>
<td>5.316.803.00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

3.2.1.1 Amostragens efectuados pelo operador
A amostragem será efectuada em todos os bandos de cada exploração durante a fase de cria e também durante o período de postura.

a) Período de cria/recría
A amostragem durante esta fase deverá ser efectuada em duas ocasiões:
- No dia de chegada e até às 72 horas de idade. Deverão ainda ser testados todos os animais mortos a chegada.
- Duas semanas antes da entrada na fase de postura

b) Período de postura
Nesta fase a amostragem por iniciativa do operador efectua-se de 15 em 15 semanas em todos os bandos de galinhas poedeiras adultos, sendo que a primeira amostragem se realiza quando o bando atingir as 24 (± 2) semanas.
De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 6 da Directiva 2003/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003, a detecção de Salmonella Typhimurium ou Salmonella Enteritidis durante a amostragem por iniciativa do operador será notificada, sem demora, à autoridade competente pelo laboratório que realiza os análises de detecção.

Todas as laboratórios a que o operador recorre para a detecção de Salmonelas no âmbito do presente programa têm de ser reconhecidos pela INRB-LNIV.

3.2.1.1 Protocolo de amostragem efectuada pelo operador

a) Bondos criados em galinhas
São colhidas 2 x 150 gramas de excrementos naturalmente combinados de todos os tapetes de evacuação ou raspadeiras no edifício, após se colocar em funcionamento o sistema de remoção de estufes.

b) Galinhas mantidas em escada sem raspadeiras ou tapetes de evacuação
São colhidos 2 x 150 gramas de excrementos frescos de 60 locais diferentes nas fossas situadas debaixo das galinhas.

c) Instalações de criação no solo ou ao ar livre
São colhidos dois pares de botas para estregaço, sem mudança de cobre-botas entre estregaços.

Por forma a esclarecer e facilitar a execução destas colheitas foram elaborados e disponibilizados à produção manuais de procedimentos.

3.2.1.2 Amostragem de controlo oficial

A amostragem realiza-se:

a) No mínimo num banda por ano e por exploração com pelo menos 1000 aves.

b) Em qualquer caso de suspeita de infecção por Salmonella Enteritidis ou Salmonella Typhimurium, em resultado de uma investigação epidemiológica de surtos de origem alimentar, de acordo com o artigo 8º da Directiva 2003/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

c) Em caso de positividade:

III. Em todos os restantes bondos de galinhas paedeiras presentes na exploração.
IV. As 24 (± 2) semanas em todos os bondos mantidos em edifícios onde tenham sido detectadas salmonelas no banda anterior.

d) No caso em que a autoridade competente considere adequado.

Uma amostragem realizada pela autoridade competente pode substituir uma amostragem realizada por iniciativa do operador.

3.2.1.2.1 Protocolo de amostragem oficial

No sentido de maximizar a sensibilidade de amostragem, são colhidas amostras de matéria fecal e de ambiente.

a) Bondos criados em galinhas
São colhidas 2 x 150 gramas de excrementos naturalmente combinados de todos os tapetes de evacuação ou raspadeiras no edifício, após se colocar em funcionamento o sistema de remoção de estufes.
b) Gaiolas montadas em escada sem raspadeiras ou tapetes de evacuação
São colhidos 2 x 150 gramas de excrementos frescos de 60 locais diferentes nas fossas situadas debaixo das gaiolas.

c) Instalações de criação no solo ou ao ar livre
São colhidos dois pares de botas para estreagação, sem mudança de cobre-botas entre estreagações.

São colhidos de fontes próximas de pó por todo o edifício 250 ml contendo, pelo menos 100 gramas de pó. Se não existir pó em quantidade suficiente, será colhida uma amostra adicional de 150 gramas de excrementos naturalmente combinados ou um par de botas para estreagação suplementar.

No caso da amostragem referida nas alíneas b) e c) do ponto 3.2.1.2, a autoridade competente certificar-se-á, através da realização de testes de pesquisa de agentes antimicrobianos ou de efeito inibidor de crescimento bacteriano nas amostras, de que os resultados das análises para detecção de salmonelas em aves não são afectados pela utilização de antimicrobianos nos bandidos. Nas situações em apreço serão também aves de pesquisa a água de aboebamento, o alimento, poeiras ambientais e cadavére.

Sempre que formalmente solicitado pelo avicultor no prazo de 72 horas após a notificação oficial e das expensas próprias, no caso de resultados iniciais positivos num bando de galinhas poedeiras sujeito ao programa nacional de controlo e, quando este não estiver na origem de interações para as seres humanos através do consumo de ovos ou ovoprodutos com base numa investigação epidemiológica de surtos de origem alimentar, poderão ser efectuadas pela autoridade competente, 1 das três análises de confirmação referidas na alínea b) do ponto 4. do Anexo I do Regulamento (CE) n° 1237/2007 da Comissão de 23 de Julho, a saber:

• Colheita de acordo com as especificações técnicas referidas no artigo 5º da Decision 2004/665/CE da Comissão (7 amostras: 5 de fezes e 2 de pô); todavia deve ser colhida para análise uma subamostra de 25 gramas de cada amostra de matéria ferial e de pô ou;
• Uma investigação bacteriológica dos cecos e dos ovidutos de 300 aves ou;
• Uma investigação bacteriológica da casca e do conteúdo de 4 000 ovos de cada bando, agrupados em conjuntos de no máximo 40 ovos.

Estas análises serão efectuadas de acordo com a opção do operador num laboratório autorizado pela DGVR para o efeito. Os laboratórios são reconhecidos pelo INRE-LNIV, posteriormente autorizados pela DGVR e comprometem-se a respeitar o circuito de informação definido (Anexo 4).

Todo o procedimento é controlado presencialmente pelos Serviços Oficiais.

O laboratório de detecção efectua simultaneamente a pesquisa preliminar de substâncias antimicrobianas.

No caso de resultados positivos à detecção as espécies são enviadas ao Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

3.3 Métodos de amostragem e de análise laboratorial

3.3.1. Laboratórios

Instituto Nacional de Saúde – Dr. Ricardo Jorge – é o Laboratório Nacional de Referência para a Salmonela.

O Instituto Nacional de Recursos Biológicos Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (INRB-LNIV) é o laboratório nacional de referência para as Salmoneloses animais, a quem compete coordenar e aprovar os laboratórios de rastreio oficiais e privados (Anexo 2).
Laboratório de Referência Nacional:  
Instituto Nacional de Laboratório Nacional de Investigação Veterinária – Lisboa  
Estrada de Benfica nº 701  
1500 Lisboa  
Telefone: 217 11 5200  
Fax: 217 16 0039  

Todos os laboratórios onde são analisadas as amostras oficiais ou do operador efectuadas ao abrigo do presente plano são reconhecidos pelo INRB-LNV, posteriormente autorizados pela DGV (Anexo 2) e comprometem-se, através da celebração de um protocolo, a respeitar o circuito de informação definido pela autoridade competente (Anexo 4).

3.3.2. Metodologia de análise das amostras

A metodologia de análise das amostras a realizar no laboratório está descrita no Anexo 3.

3.4 – Declaração de um caso suspeito ou de confirmação da doença

Um bando de galinhas poedeiras é considerado positivo, para efeitos de verificação do cumprimento do objectivo comunitário, sempre que tenha sido detectada numa ou mais amostras do bando de galinhas poedeiras a presença de Salmonella Enteritidis e Salmonella Typhimurium (com exceção das estíples vacinais). Os bandos de galinhas poedeiras são contabilizados apenas uma vez, independentemente do número de operações de colheita de amostras e análises efectuadas e, apenas sendo notificados no primeiro ano de detecção.

3.4.1 Detecção de Positividade Nos Alimentos Compostos

No momento da colheita de amostras oficiais numa exploração ou em caso de suspeita podem ser efectuadas coletas nos alimentos compostos utilizados para a alimentação das aves de capoeira, ao abrigo do referido no Capítulo II do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Sempre que se verificar que uma amostra é positiva no que se refere à Salmonella, será conduzida uma investigação epidemiológica como previsto no Artigo 8º do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Está igualmente implementado um Plano Nacional para o controlo Oficial da alimentação animal (CAA), o qual é planificado ao abrigo do Reg. (CE) nº 882/2004, que inclui controlo físico e documental nos operadores do sector dos alimentos para animais. Neste plano, e na sequência da recolha de amostras para ensaio laboratorial, prevê-se a pesquisa de salmonela em 10% das amostras a coletar em todo o universo dos fabricantes nacionais de alimentos compostos (sejam industriais ou auto-produtores). As amostras prevêem alimentos compostos para todas as espécies/categorias de animais de exploração, estando incluídos os alimentos compostos para aves.

O CAA prevê o controlo em todos os operadores do sector da alimentação animal considerados ao abrigo do Reg (CE) 183/2005, nomeadamente:
A- Explorações pecuárias,
B- Fabricantes de aditivos, fabricantes de pré-misturas e fabricantes de alimentos compostos (industriais e auto-produtores),
C- Intermediários (distribuidores, operadores/receptores UE e importadores de países terceiros)
D- Transportadores
E- Venda a retalho
Diagrama relativo ao Controle Oficial da Alimentação Animal

Legenda:
- DGV: Direção-Geral de Veterinária;
- DAA: Divisão de Alimentação Animal;
- DR: Direções Regionais da ASAE;
- INRB: Instituto Nacional de Recursos Biológicos;
- DGAIEC: Direção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo;
- BIP: Postos de Inspeção Fronteiriços (“Border Inspection Points”);
- ASAE: Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica;
- DSVR: Direções de Serviços Veterinários Regionais.

O controlo pode ser simplesmente documental (auditoria de verificação) como em D e E, ou documental e físico com coleta de amostras nos restantes casos. A pesquisa de Salmonella é feita ao abrigo do CAA nos fabricantes de alimentos compostos (industrias - feed mills e auto-produçores - on-farm mixers) em 10% das amostras coletadas, de forma a garantir a inocuidade dos produtos fabricados a nível nacional. Também durante as visitas para controlo documental é avaliado o sistema de HACCP implementado pelos estabelecimentos do sector, bem como os resultados dos respectivos auto-controlos, em que se constata a decisão de presença de Salmonella como FCC e respectivos resultados obtidos com acções preventivas e correctivas aguardando de não conformidades.
Esta situação também é válida acorrendo das visitas técnicas para aprovação dos estabelecimentos ao abrigo do artº 10º do Reg. (CE) 183/2005 relativo aos requisitos de higiene dos alimentos para animais. A nível das importações de países terceiros a pesquisa de Salmonella é obrigatória em todas as remessas de torinha de peixe ou outras proteínas animais transformadas importadas ao abrigo da legislação comunitária em vigor – Reg. 1774/2002 não sendo possível a concessão de livre prática sem se comprovar a respectiva negatividade nas amostras. Nos restantes produtos a importar de países terceiros está igualmente prevista no CAA a amostragem com carácter electoral de cereais e de alimentos compostos (animais de exploração e de companhia) para pesquisa de Salmonella.

As amostras de alimentos para animais são colhidas pelos serviços veterinários regionais (DSV/R) da DVG a nível dos operadores do sector da alimentação animal bem como pelos PI/PN a nível das importações de países terceiros e são enviadas para pesquisa de Salmonella e outras determinações para o INRB, IP/LNIV que é o Laboratório de Referência Nacional para alimentação animal ao abrigo do artº 21º da Dr. 95/53/CE, bem como o Laboratório de Referência Nacional para a Salmonella.


A colecta de amostras de alimentos para animais segue o procedimento estabelecido na INº 3265, o qual homologa a 1ª Directiva da Comissão 76/371/CEE de 1 de Março, que estabelece os métodos de amostragem comunitários para o controlo oficial da alimentação animal, tendo ainda em consideração o EN/ISO 5577. A pesquisa de Salmonella nos alimentos para animais é efectuada de acordo com o procedimento descrito na EN/ISO 5577.

3.4.2. Detecção de positividade em alimentos

No âmbito do plano oficial de controlo dos estabelecimentos (PACE - Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos) os serviços oficiais verificam o cumprimento, por parte dos operadores, dos critérios de segurança e higiene estipulados pelo Regulamento n.º 2073/2005, no qual está incluído o controlo da Salmonella (critério de segurança - pontos 1.4, 1.5, 1.7, 1.8, 1.9; critério de higiene – 2.1.3).

- Sempre que os controlos efectuados pelos operadores ocorrerem resultados positivos existe a obrigatoriedade de comunicação dos mesmos à autoridade competente, disposição prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 193/2004 de 17 de Agosto, que transpõe para ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/99 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro.

É implementado anualmente um Plano Nacional Oficial para a Vigilância das Zoonoses e Pesquisa de Agentes Zoonóticos, que contempla coletiva de amostras ao longo da cadeia alimentar, em diversas matrizes em função do agente zoonótico em causa.
3.5 - Medidas adoptadas pelas Autoridades Competentes

3.5.1. Medidas a implementar nos bando com isolamento de Salmonella sp enquanto se aguarda pelo resultado da serotipificação

- Colocação do bando em vigilância sanitária
- Reforço nas medidas de biossegurança
- Efectuar a vigilância activa do bando avaliando os registos de produção,
- Obrigatoriedade de manutenção de registos actualizados de produção de ovos,
- Os ovos provenientes do bando positivo na deteção não serão colocados no mercado para consumo devendo ser mantidos na exploração, ou por opção do detentor, ser enviados directamente para ovoprodutos. No caso de os ovos ficarem na exploração, de acordo com o Anexo III da secção X do Regulamento (CE) n.º 853/2004 de 29 de Abril, devem ser mantidos limpos, secos, isentos de odores estranhos, protegidos dos choques e ao ar livre, e devem ser entregues ao consumidor num prazo máximo de 21 dias após a postura.

3.5.2. Actuação em casos de resultados positivos a Salmonella

3.5.2.1. Positivo para qualquer serótipo diferente de Salmonella Enteritidis e/ou Salmonella Typhimurium.

Implementar medidas adicionais de biossegurança.
- Livre prática das aves e ovos.

3.5.2.2. Positivo para Salmonella Enteritidis e/ou Salmonella Typhimurium

Medidas adicionais a implementar

Sesqueiro sanitário do bando e vigilância da exploração.
Nenhuma ave deve ser retirada da exploração, excepto se houver autorização da Direcção de Serviços de Veterinária da Região.

Semanas que se esteja na presença de sinais clínicos, devidamente confirmados pela DSVR, deve o operador, no prazo de 30 dias, proceder ao abate do bando, em estábelecimento de abate de aves aprovado, mediante autorização da DSVR, por forma a permitir que, atempadamente, sejam tomadas todas as medidas necessárias à realização do mesmo e à eliminação de todas as aves para subprodutos, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002.

Todos os ovos do bando positivo, incluindo os referidos no ponto 3.5.1, devem ser encaminhados sob controlo oficial, para um estábelecimento aprovado para a tratamento de ovoprodutos, a fim de serem tratados pelo calor, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 853/2004 de 29 de Abril ou, em alternativa serem destruidos ou tratados como material de categoria 2 em conformidade com o Regulamento CE n.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 3 de Outubro.
Caso não haja evidência de sinais clínicos, será o abate realizado em estabelecimento de abate de aves aprovado, indicado pelo aviculor e autorizado pela DSVR.

Conforme critérios da Inspeção Sanitária, podem as aves ter como destino:

- Aprovação para consumo de acordo com a legislação comunitária em matéria de higiene dos géneros alimentícios. Os produtos aprovados derivados das referidas aves poderão ser colocados no mercado, para consumo humano, em conformidade com a legislação comunitária em matéria de higiene alimentar.

- Reprovação e eliminação como subprodutos em conformidade com o Regulamento (CE) nº 1224/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002, que estabelece as regras sanitárias relativas a subprodutos animais não destinados ao consumo humano.

Todos os ovos do bando positivo, incluindo os referidos no ponto 3.5.1, devem ser encaminhados sob controlo oficial, directamente para um estabelecimento aprovado para o tratamento de ovoprodutos, a fim de serem tratados pelo calor, em conformidade com o Regulamento (CE) nº 853/2004 de 29 de Abril ou, em alternativa, serem destruídos ou tratados como material de categoria 2 em conformidade com o Regulamento CE nº 1274/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 3 de Outubro.

Repovoamento:

Após a limpeza, incluindo a eliminação higiénica dos defeitos e carmas, e desinfeção dos pavilhões anteriormente ocupados pelos efectivos positivos, deve o aviculor proceder à recolha de amostras ambientais. O repovoamento dos pavilhões só poderá efectuarse depois das coletas de amostras ambientais terem sido negativas e após autorização da DSVR. Para tal, tem o aviculor que apresentar a autoridade competente evidências dos resultados das referidas análises. Sempre que os serviços oficiais assim o determinem, poderá ser efectuada coleta oficial de amostras ambientais.

Deve o repovoamento ser assegurado com aves com a seguinte proveniência:

- a) explorações avícolas regularmente inspecionadas pelas autoridades veterinárias.
- b) explorações avícolas e Centros de Incubação que sejam submetidos a controlos regulares para pesquisa de Salmonella.
- c) explorações avícolas e Centros de Incubação onde não tenha sido isolado nem Salmonella Enteritidis ou Salmonella Typhimurium.
- d) explorações avícolas e Centros de Incubação que satisfaçam as regras de higiene e sanidade previstas no Decreto-Lei 141/98 de 16 de Maio.

3.5.5 Medidas de biossegurança

Para evitar a reintrodução de Salmonella num avíario de galinhas poedeiras serão retidas as seguintes medidas de biossegurança:

Protecção Sanitária das explorações:

Todas as explorações devem ter o seu perímetro vedado de forma a impedir a entrada de animais domésticos e selvagens, pessoas e veículos não essenciais. O acesso deve ser reservado apenas aos veículos estritamente indispensáveis (transporte de animais e alimentos); estes devem ser previamente desinfectados.

O acesso à exploração deve ser estritamente limitado ao pessoal indispensável propietários e tratadores devem evitar quaisquer contactos com aves de outras explorações ou de criação doméstica e outras aves. Deverá existir vestuário de protecção completo (tuta, botas e gorro) para uso exclusivo na exploração.

Verificar cuidadosamente a integridade dos dispositivos de protecção contra a entrada de animais silvestres (pontes dos janelas, grelhas dos ventiladores).

Interditar o uso de bebecedoras (excepto pipetas) nos parques exteriores a que têm acesso as aves criadas em regimes específicos (p.e. livre).

Interditar o fornecimento de alimento nos parques exteriores.
Garantir a integridade das embalagens e amazanagem em local fechado e com protecção integral contra aves e roedores. Qualquer derrame acidental deverá ser prontamente limpo, inclusive com o recurso ao água corrente.

Deve proceder-se à recolha de aves mortas duas vezes por dia efectuando a destruição dos cadáveres de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Medidas gerais de higiene

As coroas, as penas e os restos de cascos de aves devem ser encaminhados de forma controlada para sistemas de tratamento que garantam a respectiva descontaminação (compostagem, sistemas de biogás, deposição em aterro, incineração). Os estrume e as poças devem ser removidos do pavilhão logo que recolhidas as aves.

Deve proceder-se à desinfeção sistémática, entre ciclos de produção, de todos os locais, equipamentos e utensílios, recorrendo, de preferência, à utilização consecutiva de dois desinfetantes.

Deve promover-se uma desinfeção eficaz dos equipamentos, locais, materiais, veículos de transporte (reológicos), vestuário e calçado (pedilíviuros); interdição de entrada de pessoas estranhas à exploração e de todo o tipo de animais domésticos.

Cada exploração deverá dispor de um protocolo escrito de limpeza, desinfeção, e de aplicação de programas de controlo de pragas, com especial incidência nos roedores, com supervisão do Médico Veterinário responsável, que deverá ser rigorosamente aplicado após o ovo sanitário. Os vazios sanitários devem ser efectuado de forma correcta, utilizando desinfetantes de uso veterinário previstos na lista referida no Anexo 5.

Utilização de água potável/tratada na exploração e manutenção de registo de análises periódicas de água.

Condições de armazenagem

O eventual armazenamento de aporres de madeira ou quaisquer outros materiais a aplicar na camada das aves deve ser efectuado em espaço fechado devidamente protegido contra a intrusão de aves silvestres.

O abastecimento e armazenagem de rações ou matérias-primas e a distribuição da alimentação às aves de produção, devem ser efectuado de forma a não ater aves selvagens. Qualquer derrame de rações ou de matérias-primas deve ser objecto de limpeza imediata.

Evitar quaisquer derrames de ração efectuado a limpeza criteriosa, incluindo lavagem com água corrente, do espaço envolvente do sitio de armazenagem após as entregas de alimento compacto.

3.6 Medidas De Controlo No Que diz Respeito À Aplicação De Vacinas/ Tratamentos

A vacinação de poedeiras é considerada útil como medida para diminuir a disseminação e a contaminação das aves sempre que o objectivo seja reduzir prevalências elevadas.

De acordo com o previsto no artigo nº 3 do Regulamento (CE) nº 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto, serão aplicados durante, pelo menos, a fase de criação, a todos os galinhas poedeiras o mais tardar a partir de Janeiro de 2008. Programas de vacinação contra Salmonella Enteritidis.

Apenas serão utilizados vacinas vivas de salmonelas quando o fabricante fornecer um método adequado de distinção entre estípres de Salmonelas de tipo bacteriologicamente selvagem e estípres vacinais e quando a segurança da sua utilização tiver sido demonstrada sendo necessária uma autorização do abrigo da Directiva 2001/82/CE.

Os agentes antimicrobianos não serão utilizados como um método específico para controlar as salmonelas nas galinhas poedeiras, podendo apenas ser utilizados nas circunstâncias excepcionais previstos no artigo nº 2 do Regulamento (CE) nº 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto.
Registro de Efectivos de Poedeiras:
Todas as explorações de galinhas poedeiras abrangidas por este plano encontram-se registadas de acordo com a Directiva n.º 2002/4/CE da Comissão de 30 de Janeiro.

Os Proprietários e Responsáveis dos Aviários de Poedeiras devem zelar para que as explorações disponham de registos próprios, nos quais se encontre informação relativamente a:

- Proveniência das aves;
- Data de nascimento;
- Entradas e saídas de aves (incluindo o n.º de aves que entraram no pavilhão de postura e a sua data de entrada);
- Exames laboratoriais efectuados e resultados obtidos;
- Programas de vacinação, tratamentos efectuados e respectivos resultados;
- Mortalidade diária;
- Existências diárias;
- Produção diária;
- Destino dos ovos.

Estes registos devem ser mantidos durante pelo menos três anos.
4. MEDIDAS DO PROGRAMA APRESENTADO

4.1 Resumo das medidas ao abrigo do programa

Duração: 3 anos
Primeiro ano: 2008 - Ultimo ano: 2010
- X - Vigilância
- X - Controle
  - Testes
  - Eliminação dos Produtos
  - Vacinação

4.2 Designação da Autoridade Central encarregada do Controlo e da Coordenação dos Serviços competentes para a execução do plano

A Direcção Geral de Veterinária (DGV) é a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional responsável pela elaboração, coordenação e aplicação do Plano.

As Direcções de Serviços Veterinários Regionais (DSVR) têm o seu cargo o controlo e execução das diferentes acções nas suas áreas de influência, incluindo a colheita de amostras oficiais.

São cinco as Direcções de Serviços Veterinários Regionais no Continente. Nas Regiões Autónomas da Madeira (RAM) e Açores (RAA) as entidades oficiais responsáveis são a Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Direção Regional do Desenvolvimento Agrário, respectivamente.

As cinco Direcções de Serviços Veterinários Regionais no Continente designam-se pelas seguintes siglas:

6. N - Norte
7. C - Centro
8. LTV - Lisboa e Vale do Tejo
9. ALT - Alentejo
10. ALG - Algarve

As colheitas de amostras do operador serão efectuadas sob responsabilidade do médico veterinário assistente das explorações.
4.3 Descrição e delimitação das áreas geográficas e administrativas em que o Plano vai ser aplicado

O programa será aplicado em todo o território de Portugal Continental e nas Regiões Autónomas de Madeira e Açores (mapas que se seguem).
4.4 Medidas aplicadas ao abrigo do Plano

4.4.1. Medidas e legislação aplicável relativamente ao registo de explorações

Todos os avária de poeirões do território nacional abrangidos por este Programa, de acordo com o Decreto-lei n° 214/2003 de 10 de Novembro, devem estar registados numa base de dados nacional.

4.4.2. Medidas e legislação aplicável relativamente à identificação de animais

Não aplicáveis às aves de capoeira.

4.4.3. Medidas e legislação aplicável relativamente à notificação da doença

A salmonelose é uma doença de declaração obrigatória desde 1953, fazendo parte do quadro nosológico anexo ao Decreto-Lei n° 39209 de 1953.

4.4.4. Medidas e legislação aplicável relativamente às medidas em caso de resultado positivo

Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n° 193/2004 de 17 de Agosto que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Directiva n° 2003/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro, são confirmadas as suspeitas e definidas as medidas de controlo.

Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis, num avária de galinhas poedeiras, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.5.1.

4.4.5. Medidas e legislação aplicável relativamente às diferentes qualificações dos animais e dos efectivos

Não aplicáveis.

4.4.6. Procedimentos de controlo e, nomeadamente, as regras relativas à circulação dos animais susceptíveis de serem afectados ou contaminados por uma determinada doença e ao exame regular das explorações ou zonas em causa

Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis, num avário de galinhas poedeiras, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.5.1.

Os avária de galinches poedeiras são controlados sempre que são realizadas as coletivas oficiais de amostras e sempre que a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional assim o determine.

4.4.7. Medidas e legislação aplicável relativamente ao controlo da doença

A legislação de suporte é o Decreto-Lei n° 193/2004 de 17 de Agosto e os procedimentos estão descritos no ponto 3 do presente documento.

4.4.8. Medidas relativamente à compensação dos proprietários em caso de positividade

Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis num avário de galinhas poedeiras, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.5.

Não está prevista qualquer tipo de indemnização a pagar ao proprietário do avário de galinhas poedeiras.

4.4.9. Informações e avaliação sobre gestão e infra-estrutura de medidas de biossegurança em vigor nas/nas bondes/explorações abrangidos(a)s

As medidas de biossegurança implementadas nas explorações serão verificadas no âmbito dos Controles Oficiais efectuados, através do preenchimento de uma check-list criada para o efeito (Anexo 5).
5. CUSTOS E BENEFÍCIOS DO PLANO

O Plano irá ser aplicado nas Explorações de galinhas poedeiras de aves Gallus gallus.

Numa definição de custo/benefício há que ter em conta diversos factores entre os quais o custo da doença que corresponde às perdas directas (custo da mortilidade e custo da diminuição da produção) e às perdas indirectas (por exemplo os enteraves ao livre comércio).

A implementação do Programa permite avaliar a situação epidemiológica da doença nos aviários de galinhas poedeiras e consequentemente diminuir a sua prevalência através das medidas sanitárias que vierem a ser implementadas.

De referir ainda os benefícios resultantes da diminuição das taxas de infecção da população animal em causa, associados à diminuição da probabilidade de transmissão da doença à população humana, com os benefícios sócio-económicos do interesse.

Os custos do Plano são apresentados no ponto 8.
6. DADOS SOBRE A EVOLUÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA DOENÇA

6.1. Evolução da Salmonelose zoonótica

Ano: 2008
Espécie animal: bandos de galinhas padeiras de Galius gallus

| Região | Tipo de Bande | Número de Número de Número de Número de Número de Número de Número de Número de Número de |
|--------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Norte  | Serras da   | 28             | 279.652,00     | 21             | 1              | 3              | na             | 1              |
|       | gaiolas     |                |                |                |                |                |                |                |
| Centro| Minas       | 126            | 5.405.289,50   | 196            | 146           | 1              | 3              | 0              |
|       | gaiolas     |                |                |                |                |                |                |                |
| Sul   | Rio Grande  | 97             | 2.141.500,60   | 70             | 10            | 1              | 3              | 0              |
|       | gaiolas     |                |                |                |                |                |                |                |
| Alc   | São Paulo   | 6              | 33.217,00      | 6              | 0             | 0              | 3              | 0              |
|       | gaiolas     |                |                |                |                |                |                |                |
| Moda  | Gaiolas     | 1              | 9              | 9              | 0             | 0              | 3              | 0              |
|       | Gaiolas     |                |                |                |                |                |                |                |
| Acre  | Gaiolas     | 1              | 1.589.000,00   | 1              | 0             | 0              | 2              | 0              |
|       | Gaiolas     |                |                |                |                |                |                |                |
| Total |              | 286            | 5.316.922,60   | 290            | 227           | 2              | 45             | na             |

na = não aplicável

*Nem todos os locais apresentam todos os dados devido a variabilidade por diferentes condições.

- a1 = Salmonella Enteritidis
- a2 = Gallella Salmonelénsis
- a3 = Salmonella Typhimurium
- a4 = Salmonella Enteritidis e Salmonella Typhimurium
6.2. Dados estratificados sobre vigilância e testes laboratoriais

Espécie: Bandos de galinhas poedeiras de Gallus gallus

Doença: Salmonelose

Descrição dos testes microbiológicos utilizados: o método de detecção utilizado foi o método recomendado pelo Laboratório de Comunidade de Referência (LCR) para as salmonelas, situado em Bilthoven, Países Baixos, de acordo com o Regulamento (CE) 1168/2006 da Comissão de 31 de Julho de 2006, que prevê a utilização de um meio semi-sólido (meio Rapaport-Vassiliadis semi-sólido modificado, MSRY) como único meio de enriquecimento seletivo.

Para cada amostra positiva (deteção de Salmonella spp) faça-se a tipagem de um isolado pelo sistema Kaufmann-White.

Ano: 2008

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Tests serológicos</th>
<th>Testes microbiológicos</th>
<th>Outros exames</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº de amostras</td>
<td>Nº de amostras</td>
<td>Nº de amostras</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>testadas</td>
<td>positivas</td>
<td>testadas</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(semiflavidas)</td>
<td>positivas</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>n.a.</td>
<td>75</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>n.a.</td>
<td>455</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>n.a.</td>
<td>75</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>ALT</td>
<td>n.a.</td>
<td>216</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>ALG</td>
<td>n.a.</td>
<td>10</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira</td>
<td>n.a.</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>n.a.</td>
<td>18</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td></td>
<td>823</td>
<td>142</td>
</tr>
</tbody>
</table>

n.a. = Não aplicável

6.3. Dados sobre a Infeção

Espécie: Bandos de galinhas poedeiras de Gallus gallus

Doença: Salmonelose

Ano: 2008
6.4. Dados sobre programas de vacinação ou de tratamento

Espécie: Bandos de reprodução de Gollus gallus

Doença: Salmonelose

Ano: 2008

A vacinação dos bandos de galinhas poedeiras é da responsabilidade do operador comercial.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº de vacinados</th>
<th>Nº de animais</th>
<th>Nº de vacinados no programa de vacinação</th>
<th>Nº de animais</th>
<th>Nº de vacinados no programa de vacinação</th>
<th>Nº de animais</th>
<th>Nº de vacinados no programa de vacinação</th>
<th>Nº de animais</th>
<th>Nº de vacinados no programa de vacinação</th>
<th>Nº de animais</th>
<th>Nº de vacinados no programa de vacinação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>26</td>
<td>279.609</td>
<td>26</td>
<td>100</td>
<td>26</td>
<td>100</td>
<td>26</td>
<td>100</td>
<td>26</td>
<td>100</td>
<td>26</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>26</td>
<td>2.480.219</td>
<td>126</td>
<td>100</td>
<td>126</td>
<td>100</td>
<td>126</td>
<td>100</td>
<td>126</td>
<td>100</td>
<td>126</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>97</td>
<td>2.241.603</td>
<td>97</td>
<td>61</td>
<td>97</td>
<td>61</td>
<td>97</td>
<td>61</td>
<td>97</td>
<td>61</td>
<td>97</td>
</tr>
<tr>
<td>ALT</td>
<td>5</td>
<td>33.247</td>
<td>5</td>
<td>n.d.</td>
<td>5</td>
<td>n.d.</td>
<td>5</td>
<td>n.d.</td>
<td>5</td>
<td>n.d.</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>ALG</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>n.d.</td>
<td>0</td>
<td>n.d.</td>
<td>0</td>
<td>n.d.</td>
<td>0</td>
<td>n.d.</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira</td>
<td>11</td>
<td>127.375</td>
<td>11</td>
<td>0</td>
<td>11</td>
<td>0</td>
<td>11</td>
<td>0</td>
<td>11</td>
<td>0</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>14</td>
<td>154.700</td>
<td>14</td>
<td>12</td>
<td>14</td>
<td>12</td>
<td>14</td>
<td>12</td>
<td>14</td>
<td>12</td>
<td>14</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>200</td>
<td>3.336.603</td>
<td>200</td>
<td>291</td>
<td>200</td>
<td>291</td>
<td>200</td>
<td>291</td>
<td>200</td>
<td>291</td>
<td>200</td>
</tr>
</tbody>
</table>

n.d. = Não disponível

7. OBJECTIVOS

7.1 Objectivos relacionados com os testes

7.1.1. Objectivos em termos de testes de diagnóstico

Espécie animal: bandos de galinhas poedeiras de Gollus gallus

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipo de teste</th>
<th>População amparada</th>
<th>Tipo de amostra</th>
<th>Método de isolamento</th>
<th>Nº de testes previstos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Deteccão</td>
<td></td>
<td>Fezes</td>
<td></td>
<td>2.653</td>
</tr>
<tr>
<td>Serotipificação-Método de Kaufmann-White</td>
<td>Bandos de Frongos de Gollus gallus</td>
<td>Isolados dos amostras positivas</td>
<td>Serotipificação</td>
<td>233</td>
</tr>
<tr>
<td>TSA</td>
<td></td>
<td>Estirpe isolada</td>
<td></td>
<td>Teste suscetibilidade antimicrobiana</td>
</tr>
</tbody>
</table>
7.1.2. **Objectivo em termos de leste bandos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Tipo de bande</th>
<th>N	ext{º} total de bandos</th>
<th>N	ext{º} total de animais</th>
<th>N	ext{º} total de bandos no programa</th>
<th>N	ext{º} total de animais no programa</th>
<th>N	ext{º} de bandos que se prevê controlar</th>
<th>N	ext{º} de bandos que se prevê despovar</th>
<th>N	ext{º} total de animais que se prevê abate ou destinação</th>
<th>Quantidade prevista de ovos destituidos (nº ou Kg)</th>
<th>Quantidade prevista de ovos destituidos para ovo-deurta</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>Pondeiras</td>
<td>28</td>
<td>379.639</td>
<td>28</td>
<td>279.139</td>
<td>28</td>
<td>3</td>
<td>0</td>
<td>6</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>Pondeiras</td>
<td>150</td>
<td>2.480.239</td>
<td>150</td>
<td>2.480.239</td>
<td>150</td>
<td>12</td>
<td>1</td>
<td>32</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>LIV</td>
<td>Pondeiras</td>
<td>115</td>
<td>2.441.603</td>
<td>115</td>
<td>2.441.603</td>
<td>115</td>
<td>9</td>
<td>1</td>
<td>24</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>ALT</td>
<td>Pondeiras</td>
<td>9</td>
<td>33.247</td>
<td>9</td>
<td>33.247</td>
<td>9</td>
<td>1</td>
<td>0</td>
<td>9</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>ALCS</td>
<td>Pondeiras</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Munic.</td>
<td>Pondeiras</td>
<td>13</td>
<td>127.375</td>
<td>13</td>
<td>127.375</td>
<td>13</td>
<td>1</td>
<td>0</td>
<td>3</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Acores</td>
<td>Pondeiras</td>
<td>14</td>
<td>154.703</td>
<td>14</td>
<td>154.703</td>
<td>14</td>
<td>1</td>
<td>0</td>
<td>3</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td></td>
<td>319</td>
<td>5.351.603</td>
<td>319</td>
<td>5.316.603</td>
<td>319</td>
<td>27</td>
<td>7</td>
<td>10</td>
<td>0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

n.d. = não demonstrado

* Não estão previstos no programa abates fúnebres dos cães.
** Este valor depende da opção de que tipo de abate se adotar: para e carneamento dos ovos ou para ovodeurta ou para destruição.

a1 = Salmonella Enteritidis
a2 = Salmonella Typhymurium
a3 = Outros serótipos
a4 = Salmonella Enteritidis ou Salmonella Typhymurium
8 - ANÁLISE PORMENORIZADA DO CUSTO DO PROGRAMA

8.1 - Plano de Acção

a) COLHEITA DE AMOSTRAS (Responsabilidade do operador)

Bandos em fase de cria/seca:
O operador, nesta fase, amostrará cada bandos em duas ocasiões distintas.
Prevê-se então que serão efectuadas:

\[46 \times 2 \times 2 = 184\] análises de deteção

Período de postura:
Operador faz em média 3 colheitas por ano a cada bandos composto por duas amostras (2 x 150 gramas de excrementos naturalmente combinado), o que perfaz um total de \[1974\] análises de deteção.

\[3 \times 2 \times 329 = 1974\]

b) COLHEITA DE AMOSTRAS (Responsabilidade das autoridades oficiais)

É realizada uma colheita de rotina composta por três amostras numa base anual, e que perfazem um total de \[411\] análises de deteção.

\[3 \times 137 = 411\]

Em função das prevalências consideradas, prevê-se a ocorrência de cerca de \[226\] amostras positivas.

\[2569 \times 0.088 = 226\]

c) COLHEITA DE AMOSTRAS OFICIAIS EM SITUAÇÃO DE POSITIVIDADE

(Responsabilidade das autoridades oficiais)

São efectuadas colheitas em todos os restantes bandos de galinhas poedeiras presentes na exploração. (Considera-se que existe em média 2.1 bandos por exploração, mas que só os restantes bandos ainda não amostrados na exploração positiva, serão alvo de nova colheita). Realizar-se-ão colheitas adicionais a 28 bandos.

\[283 \times 0.088 = 25\] bandos positivos

\[25 \times (2.1 - 1) = 28\] bandos restantes

É realizada uma colheita composta por três amostras numa situação de positividade, aos restantes bandos de galinhas poedeiras presentes na exploração positiva, e que perfaz a realização adicional de 84 análises de detecção e 7 serotipicações adicionais.

\[28 \times 3 = 84\] análises de deteção

\[84 \times 0.088 = 7\] serotipicações

Em função das prevalências consideradas para o ano de 2010 está prevista a ocorrência de 233 serotipicações e pelo menos 27 Testes de Sensibilidade à resistência antimicrobiana (TSA).
8.2. Tabela de Preços de Análises

| Pesquisa bacteriológica de Salmonela | 20 €/pesquisa |
| TSA – Teste sensibilidade à resistência antimicrobiana | 9.5 €/pesquisa |
| Serotipificação | 36 €/pesquisa |

8.3. Previsões financeiras em função das ações a desenvolver:

a) Colheita de amostras (responsabilidade do operador)
   184 + 1974 = 2158 análises de detecção
   2158 x 20 = 43.160 €

b) Colheita de amostras (responsabilidade da Autoridade Veterinária)
   411 + 84 = 495 análises de detecção
   495 x 20 = 9.900 €

c) Situações de positividade
   226 + 7 = 233 serotipicações
   233 x 9.5 = 2.224.50 €

Vacinacões
   3.445.072 x 0.15 = 516.760.80 €

(De acordo com o previsto no artigo nº 3 do Regulamento (UE) n° 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto, serão aplicados durante, pelo menos, a fase de criação a todas as gaiolas povoadas o mais tardar a partir de Janeiro de 2008, programas de vacinação contra Salmonella Enteritidis).

RESUMO DAS PREVISÕES FINANCEIRAS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Valor total de análises (Responsabilidade do operador): 43.160 €

Valor total de análises (Responsabilidade da Autoridade Veterinária): 2.224.50 €
<table>
<thead>
<tr>
<th>Custos relacionados com</th>
<th>Discriminação</th>
<th>Número de unidades</th>
<th>Custo unitário em €</th>
<th>Montante total em €</th>
<th>Financiamento Comunidade solicitado (Sim/Não)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1. Testes</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.1 Custos da análise</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Análise: detecção samuera</td>
<td></td>
<td>418</td>
<td>26.00 €</td>
<td>9.988.20 €</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Análise: feculdicação</td>
<td></td>
<td>233</td>
<td>36.00 €</td>
<td>8.388.00 €</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Análise: 13A</td>
<td></td>
<td>75</td>
<td>9.50 €</td>
<td>712.50 €</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2. Custo da coleta de amostras</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.3. Outros Custos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2. Vacinação</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.1. Compra da vacina</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.2. Custos de distribuição</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.3. Custos relacionados com a administração da vacina/tratamento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.4. Custos relacionados com o controle</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3. Abatedes e destruição</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.1. Indemnização para animais</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Indemnização pelos aves</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.2. Custos de transporte</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.3. Custos de destruição</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.4. Perda em caso de abate</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.5. Custos dos tratamentos de produtos animais (leite, ovos, ovos de incubação, etc)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4. Limpeza e desinfeção</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5. Salários (pessoal contratado apenas para fins do programa)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>6. Consumíveis e equipamento específico</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>7. Outros Custos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>10.544.50 €</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Anexos
Anexo 1

A seguir se junta a legislação aplicável a este Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de poedeiras de Gallus gallus que fundamenta o Plano de Actividades:

1 - LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA


- Regulamento (CE) n.º 1774/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002, que estabelece as regras sanitárias relativas a subprodutos animais não destinados ao consumo humano.

- Directiva 2003/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003, relativa à vigilância das zoonoses e dos agentes zoonóticos que altera a Decisão 90/424/CEE do Conselho e revoga a Directiva 99/117/CEE do Conselho.

- Regulamento (CE) nº 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003, relativo ao controlo de Salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos de origem alimentar.


- Regulamento (CE) nº 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto de 2006 que aplica o Regulamento (CE) nº 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente à utilização de métodos específicos de controlo no âmbito dos programas nacionais de controlo de salmonelas nas aves de capoeira.

- Decisão (2006/985/CE) do Conselho de 19 de Dezembro de 2006 que altera a Decisão 90/424/CEE, relativa a determinadas despesas no domínio veterinário.

- Regulamento (CE) nº 1237/2007 da Comissão de 28 de Outubro de 2007 que altera o Regulamento (CE) nº 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Decisão 2006/696/CE no que respeita à colocação no mercado de ovos provenientes de bandos de galinhas poedeiras infectadas com Salmonela.
2. LEGISLAÇÃO NACIONAL

- Decreto-Lei nº 214/2008 de 10 de Novembro - Estabelece o Regime do Exercício da Actividade Pecuária (REAP).

- Decreto-Lei nº 742/2006 de 27 de Julho - Cria o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), que estabelece as regras para identificação, registo e circulação dos animais.

- Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto - transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Directiva n.º 2003/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro, relativa à vigilância das zoonoses e dos agentes zoonóticos, que altera a Decisão n.º 90/424/CEE, do Conselho, de 26 de Junho, relativa a determinadas despesas no domínio veterinário e revoga a Directiva n.º 92/117/CEE, do Conselho, de 17 de Dezembro.

- Decreto-Lei nº 141/98 de 16 de Maio: Transpõe para o direito interno o disposto na Directiva n.º 90/539/CEE, do Conselho, de 15 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Decisão n.º 92/369/CEE, de 24 de Junho e pela Directiva n.º 93/120/CEE, do Conselho de 22 de Dezembro, relativa às condições de polícia sanitária que regem o comércio intra-comunitário e as importações provenientes de países terceiros, ovos de incubação. Publica em anexo o "Regulamento do Comércio Intra-comunitário e das Importações de Países Terceiros de Aves de Capoeira e ovos para incubação".

- Decreto-Lei nº 372/97 de 14 de Maio de 1993
### Anexo 2

#### Lista de laboratórios autorizados pela DGCV para análises de *Salmonella* no âmbito dos PNCS 2009

<table>
<thead>
<tr>
<th>Laboratório</th>
<th>Região</th>
<th>Responsável</th>
<th>Morada</th>
<th>Código Postal</th>
<th>Telemó.</th>
<th>Fax</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>LINDV Lisboa</td>
<td>Lisboa e Vila do Tejo</td>
<td>Álvaro Amado</td>
<td>Rua das Beiras, 701</td>
<td>1145-135 Lisboa, 701</td>
<td>212111321</td>
<td>212211321</td>
</tr>
<tr>
<td>LINDV Vila Nova</td>
<td>Vila Nova</td>
<td>Ana Maria Moreira</td>
<td>Rua das Lagoas, Lugar da Matildeira</td>
<td>1145-351 Vila Nova, Vila Nova</td>
<td>2122466600</td>
<td>2122466600</td>
</tr>
<tr>
<td>SIGAA AP1-Laboratório de Canilidade Animal</td>
<td>Norte</td>
<td>João Nuno Saboe</td>
<td>Rua do Recolho, Condomíu</td>
<td>1145-724 Lisboa, Condomíu</td>
<td>2122477500</td>
<td>2122477500</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Vírgula - Venâncio de Vincum</td>
<td>Cinto</td>
<td>Mário Manuel Amaro</td>
<td>Quinta do Fontinho</td>
<td>1145-324 Vincum</td>
<td>2122439080</td>
<td>2122439080</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Microscopia do Freixo</td>
<td>Lisboa e Vila do Tejo</td>
<td>Ana Cunha</td>
<td>Lugar da Serra, Almada</td>
<td>1145-110 Almada</td>
<td>2124901977</td>
<td>2148901977</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório Regional de Venâncio de Amoa do Horizonte - Lisbon</td>
<td>Norte</td>
<td>Lídia Flavio</td>
<td>Vila Nova</td>
<td>1145-226 Amoa do Horizonte</td>
<td>2129205090</td>
<td>2129205090</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório Regional de Vírgula - Vila Nova</td>
<td>Lagoa</td>
<td>Maria José Costa</td>
<td>Rua de Marques, nº 19, Vila Nova</td>
<td>1145-701 Vila Nova</td>
<td>2122431699</td>
<td>212231699</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto de Investigação e Desenvolvimento - Laboratório de Microscopia do Freixo</td>
<td>Norte</td>
<td>Mário Marcelo</td>
<td>Estrada do S. Miguel</td>
<td>1145-310 Lisboa, 701</td>
<td>212601776</td>
<td>212601776</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Vírgula - Vila Nova</td>
<td>Cinto</td>
<td>Ana Amaro</td>
<td>Av. Marquês de Pombal, Lote 21, Edif.</td>
<td>1145-12210 Lisboa</td>
<td>212451460</td>
<td>212451460</td>
</tr>
<tr>
<td>A. v. DoS - Associação para o Desenvolvimento de Assinatura e Estados Veterinários</td>
<td>Lisboa e Vila do Tejo</td>
<td>Ana Maria Moreira</td>
<td>Taça do Valadão - Terreno de Valadão, Lote 10</td>
<td>1145-200 Lisboa</td>
<td>2131321527</td>
<td>2131321527</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundação - Instituto de Química e Microbiologia, S.A</td>
<td>Cinto</td>
<td>Ana Teresa</td>
<td>Rua das Escolas, Lote 50, N. 7, Ave. 21,</td>
<td>1145-248 Lisboa, 701</td>
<td>212457001</td>
<td>212457001</td>
</tr>
<tr>
<td>COSTOVEL - Segurança Ambiental S.A. - Laboratório de Análises Ambientais</td>
<td>Cinto</td>
<td>Ana Maria Moreira</td>
<td>Rua Industrial de Tondela, Lote 6, Edif.</td>
<td>1145-220 Tondela</td>
<td>212817813</td>
<td>212817813</td>
</tr>
<tr>
<td>SGS Portugal - Sociedade de Química e Microbiologia, S.A</td>
<td>Lisboa e Vila do Tejo</td>
<td>Ana Maria Moreira</td>
<td>Rua das Escolas, Lote 50, N. 7, Ave. 21,</td>
<td>1145-248 Lisboa, 701</td>
<td>212457001</td>
<td>212457001</td>
</tr>
<tr>
<td>BICOMATE - Centro de Inovação e Biociências e Microbiologia</td>
<td>Lisboa e Vila do Tejo</td>
<td>Miguel Fonseca</td>
<td>Rua das Beiras, 701</td>
<td>1145-724 Lisboa, 701</td>
<td>2122477500</td>
<td>2122477500</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Anexo 3

Metodologia das Análises Laboratoriais

As amostras são enviadas por correio expresso ou rápido aos laboratórios aprovados no dia da sua coleta. No laboratório as amostras são conservadas refrigeradas até à sua análise, a qual será efectuada no prazo de 48 horas após a sua recepção.

Amostras de estroçações e botes
a) Os dois pares de botes para estroçação são desembalhadas cuidadosamente de forma a evitar o retirão da matéria fecal aderente, a qual é combinada e colocada em 225ml de água peptonada tampona, previamente aquecida à temperatura ambiente.

b) Agitar para saturar completamente a amostra e continuar a cultura através do método de detecção recomendado pelo Laboratório Comunitário de Referência.

Outras amostras de escrementos e pê
a) As amostras de matérias fecais são combinadas e misturadas cuidadosamente, sendo coletada uma subamostra de 25 gramas para cultura;

b) A subamostra de 25 gramas adicionam-se 225 ml de água peptonada tampona, previamente aquecida à temperatura ambiente.

c) Continuar a cultura da amostra através do método de detecção recomendado pelo Laboratório Comunitário de Referência. É abaixo descrito.

Método de detecção

O método de detecção a utilizar será o método recomendado pelo Laboratório de Comunidade de Referência (LCR) para as salmonelas, situado em Bilihoven, Países Baixos, de acordo com o Regulamento (CE) 1168/2006 da Comissão de 31 de Julho de 2006, que prevê a utilização de um meio semi-sólido (meio Rappaport-Vassiliadis semi-sólido modificado, MSRV) como um meio de enriquecimento selectivo.

Serotipagem
Para cada amostra positiva, deve fazer-se a serotipagem de pelo menos um isolado, segundo o sistema Kaufmann-White.

Armazenamento das estíples
Serão armazenadas, para futura lagotipagem e teste de sensibilidade antimicrobiana, pelo menos, as estíples isolados a partir de amostras colhidas pela autoridade competente, com recurso aos métodos normais de coleta de culturas, que devem assegurar a integridade das estíples durante um período mínimo de dois anos.
Anexo 4 - Fluxo de informação entre os diferentes intervenientes nos Programas Nacionais de Controlo de Salmonelas

DGV

Elaboração Coordenação e aplicação do Plano Elaboração de manuais de procedimentos para colheita

LNIV

Resultados da serotipificação

Resultados

DSVR

Controlo e execução das diferentes acções, incluindo a colheita de amostras oficiais

Resultados + e -

Labaratórios reconhecidos

Resultado -

Envio de amostras colhidas

Produção

Envio de amostras colhidas

Execução da colheita de amostras da responsabilidade do operador

Dados sobre:
- N° de exames laboratoriais efectuados
- Resultados obtidos
- N° de bando existente na exploração
- N° de castrados
- N° de animais por bando
- N° de bando vacinados contra S. enterica

LARGO DA ACADEMIA DAS BELAS ARTES, 2 - 1249-903 LISBOA TEL. 213992861 FAX 213992864

Página 36 de 39

Selos: Procedem (PT/2011): Ver2
Anexo 5
Lista de Verificação de medidas de biossegurança e higiene nas explorações avícolas

Identificação do Proprietário:
Nome:

Morada:

Identificação da Exploração:
Designação:

Morada:

Contactos telefónicos:

Escada de Protecção:

Número de pavilhões:

Identificação e cód. (nº) do ou de um dos pavilhões:

Observações:
### Medidas de Biossegurança

#### 1 Protecção sanitária das explorações

- **a)** Vedação do perímetro da exploração
- **b)** Portão fechado e que impeca a entrada de animais domésticos
- **c)** Rodízio de desinfeção
- **d)** Asses exteriores envolventes dos pavilhões
  - Desmatadas
  - Limpos de materiais desnecessários (entulho, equipamentos velhos, etc.)

#### 2 Condições estruturais dos pavilhões

- **a)** Parede e pavimentos íntegros e de material adequado (que permita limpeza, lavagem e desinfeção eficazes)
- **b)** Janelas ou outras aberturas de arejamento guarnecidas com rede (para impedir a entrada de pássaros e insetos)
- **c)** Grilhões nas ventilações (ou outra forma de impedir a entrada de animais indesejáveis)
- **d)** Aneladora à anidada do pavilhão
  - Em local de passagem obrigatório
  - Provida de pedúnculo ou tapete sanitário
  - Provida de meios adequados para a mudança de vestuário e calçado
- **e)** Porta de acesso fechada
- **f)** Outros anexos

#### 3 Outras estruturas

- **a)** Amazanagem de alimento em espaço/área fechado (proteção contra aves e inódores)
- **b)** Amazanagem de material para a criação das aves
  - Local próprio, fechado e protegido contra aves e inódores
- **c)** Vestuário e instalações sanitárias em número suficiente

#### 4 Outros procedimentos

- **a)** Controle de visitas
  - Livre de visitas devidamente preenchido
  - Roupas e calçado próprio para visitantes, limpo e desinfestado
1 Limpeza e Desinfeção

a) Existência de um programa de limpeza e desinfeção das instalações, equipamentos e materiais
   b) Registros de execução e controle

c) Procedimento de limpeza e desinfeção dos pavilhões
   - Lavege com detergente
   - Desinfecção com desinfetante de uso veterinário autorizado
   - Segurança desinfecção com desinfetante de uso veterinário autorizado, diferente do anterior
   - Fumigação dos pavilhões

2 Manejo de aves mortas e doentes

a) Eliminação de aves doentes
b) Recolha diária de aves mortas
c) Locais de recipiente adequado (impermeável e vedado) para colocação das aves mortas
d) Destino autorizado para eliminação/destinação de cadáveres e ácaros

3 Funcionários

a) Roupa e calçado próprios para uso exclusivo nas instalações
d) Formação

4 Outros procedimentos

a) Aplicação do procedimento "todo dentro/tudo fora"
b) Existência de um período de vacina sanitário entre a desinfeção e a entrada de aves para novo reboqueamento

Assinaturas

O responsável pela exploração

O Técnico

Data: __/__/____
Declaração

Para efeitos de aprovação do Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de Galinhas Poeireiras (Gallus gallus) para o ano de 2010, a Autidade Sanitária Veterinária Nacional compromete-se a dar cumprimento ao disposto nos n.os 1, 2 e 4 do Anexo ao Regulamento Comunitário (CE) n.º 1168/2006 de 31 de Julho.

/ O Director-Geral de Veterinária

Carlos Agrela Pinheiro

[Assinatura]

HERNANDO BERNARDO
Subdirector-Geral
PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLO DE SALMONELAS EM BANDOS DE FRANGOS Gallus gallus 2010

Direcção Geral de Veterinária
Direcção de Serviços de Saúde e Protecção Animal
PORTUGAL
Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de frangos (Gallus gallus)


Anexo II - Parte A

Requisitos gerais aplicáveis aos programas nacionais de controlo de salmonelas

a) Objectivo do programa
O objectivo comunitário previsto para a redução de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis em bandos de frangos consiste numa redução até 31 de Dezembro de 2011, para 1% ou menos, da percentagem máxima de bandos de frangos que permanecem positivos.

O objectivo do presente programa para o ano de 2010 é a redução da prevalência de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis existente nas explorações de frangos para 25%.

b) Apresentação de provas - serão disponibilizadas evidências documentais de que foram cumpridos os requisitos mínimos de amostragem estabelecidos na parte B do Anexo II do Regulamento (CE) nº 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho que indica a população animal em questão e as fases da produção que a amostragem deve cobrir, bem como dos resultados das pesquisas laboratoriais.

A base de amostragem cobre todos os bandos de frangos existentes no território nacional, nas três semanas que antecedem o abate. Os bandos de frangos são amostrados por iniciativa do operador e como parte dos controlos oficiais nas três semanas anteriores ao transporte das aves para o matadouro.

A autoridade competente irá proceder à amostragem de pelo menos um bando de frangos, por ano, em 10% das explorações com mais de 5000 aves. Esta amostragem realizou-se com base nos riscos, de cada vez que a autoridade competente achar conveniente.

c) Apresentação de provas - serão apresentadas evidências documentais de que serão cumpridos os requisitos específicos estabelecidos na parte E do Anexo II do Regulamento (CE) nº 2160/2003.

1. Aspectos Gerais

1.1. Ocorrência de Salmonelose em Portugal
No relatório anual sobre os agentes zoonóticos publicado pela EFSA/ECDC estão referidos os dados disponíveis relativos à ocorrência de salmonelas nos animais e nas humanas bem como nos alimentos para animais.

Em Portugal, a semelhança do que ocorre em outros Estados-Membros os sorovars mais frequentemente associados à doença em humanas são a Salmonella Enteritidis e a Salmonella Typhimurium. No gráfico seguinte encontra-se a evolução do nº de casos de Salmonelose em humanos em Portugal notificados desde o ano de 1998 até ao ano de 2007.
Como se pode constatar no Relatório da EFSA/ECDC o número de casos humanos de Salmonelose em Portugal tem uma incidência muito inferior à media europeia (3,4 casos/100,000 habitantes).

Na sequência do estudo base efectuado ao abrigo do n.º 1 do artigo 1º da Decisão 2005/636/CE constatou-se que a taxa de infeção por Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis existente nas explorações nacionais de frangos foi de 39,3%.

Não existem outros dados disponíveis.

1.2. Estrutura a organização das autoridades competentes – Fluxograma de informação entre as entidades envolvidas na execução do programa

A Direcção Geral de Veterinária (DGV) é a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional responsável pela elaboração, coordenação e aplicação do Plano.

As Direcções de Serviços Veterinários Regionais (DSVR) têm o seu cargo a controlo e execução das diferentes acções nas suas áreas de influência, incluindo a colheita de amostras oficiais.

São cinco as Direcções de Serviços Veterinários nas regiões do Continente. Nas Regiões Autónomas da Madeira (RAM) e Açores (RAA) as entidades oficiais responsáveis são a Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, respectivamente.

As cinco Direcções de Serviços Veterinários nas regiões no Continente designam-se pelas seguintes siglas:

1. N (Norte)
2. C (Centro)
3. LVT (Lisboa e Vale do Tejo)
4. ALT (Alentejo)
5. ALG (Algarve)
As amostras cuja colheita é realizada pelo operador serão efectuadas sob responsabilidade do médico veterinário assistente das explorações ou "Veterinário responsável".

O circuito de informação estabelecido para o controlo do programa encontra-se discriminado no Anexo 4.

1.3. Laboratórios aprovados nos quais são analisadas as amostras colhidas na âmbito do programa

A lista de laboratórios autorizados pela DGV e participar nos PNCS encontra-se no Anexo 2.

1.4. Métodos utilizados no exame das amostras no âmbito do programa

A metodologia utilizada no exame das amostras no âmbito do programa encontra-se descrita no Anexo 3 e está de acordo com a metodologia descrita no Regulamento (CE) n°646/2007 de 12 de Junho.

1.5. Controles oficiais a nível dos alimentos para animais dos bandeir e de produção de alimentos para animais

Num momento de colecta de amostras oficiais numa exploração ou em caso de suspeita podem ser efectuadas colectas de alimentos comestíveis, no embalado e em produção de alimentos para animais, ao abrigo do referido no Capítulo II do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Sempre que surgir um resultado positivo a Salmonella, será conduzida uma investigação epidemiológica como previsto no Artigo 8º do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Encontra-se em execução um Plano Nacional para o controlo Oficial da alimentação animal (CAA), o qual é planificado ao abrigo do Reg. (CE) n°882/2004, que inclui controlo físico e documental dos operadores do sector dos alimentos para animais. Nesse plano, no âmbito da recolha de amostras para análises laboratoriais, prevê-se a pesquisa de Salmonella em 10% das amostras de carnes em todos os universos de fabricantes nacionais de alimentos comestíveis (sejam industriais ou auto-produtores). As amostras prevêem alimentos comestíveis para todas as espécies/categorias de animais de exploração.

A colecta de amostras de alimentos para animais segue o procedimento estabelecido na NPI 3256, a qual homologa a 1ª Directiva da Comissão 76/371/CEE de 1 de Março. O qual estabelece os métodos de amostragem comunitários para o controlo oficial da alimentação animal, tendo ainda em consideração a ENISO 6497. A pesquisa de Salmonella nos alimentos para animais é efectuada de acordo com o procedimento descrito na EN ISO 6579.

1.6. Medidas aplicadas aos animais ou produtos nos quais foi detectada a presença de Salmonella spp, designadamente para proteger a saúde pública e outras medidas

Serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.6.1. do presente Programa. Complementarmente serão adoptadas medidas de destruição dos alimentos comestíveis caso se verifiquem positivos. Os produtos são encaminhados de acordo com o previsto no Regulamento (CE) n°174/2002 de 3 de Outubro e classificados como produtos de categoria II.

A água de bebida é monitorizada e sujeita a procedimentos de sanificação de modo a satisfazer os requisitos específicos constantes da Lei nº 58/2005 de 29 de Dezembro.
1.7. Legislação nacional pertinente para a execução dos programas, incluindo disposições nacionais relativas às actividades previstas no programa

A Legislação Nacional aplicável ao Programa Nacional de Controlo de Salmonelas encontra-se descrita no Anexo 1.

1.8. Eventual auxílio financeiro concedido às empresas do sector da alimentação humana e animal no contexto do programa

No caso específico do Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de frangos não estão previstas ajudas financeiras às empresas.

2. Empresas do sector da alimentação humana e animal abrangidas pelo programa

2.1. Estrutura da produção da espécie em questão e dos produtos derivados.

A estrutura de produção de frango tem um cariz fortemente industrial, que reside num modelo de integração vertical. Haverá em Portugal mais de 2000 explorações de criação de frango e cerca de 35 estabelecimentos de abate de aves que, geralmente, são os detentores principais das integrações. Há uma forte concentração da produção de frango em pouco mais de uma dezena de operadores / integrações, que detêm a quase totalidade da produção (95%), cobrindo a três deles, na conjuntura, uma quota superior a 60% do mercado nacional.

Existe uma capacidade total de alojamento próxima de 22 milhões de aves. Os pinhais alojados para criação, são provenientes na sua quase totalidade de avilés de multiplicação nacionais, estimando-se um efectivo médio permanente de aves em produção, que variará ao longo do ano entre os 16 milhões e os 21,5 milhões de aves, em função da procura e das épocas do ano.

A grande maioria das explorações de frango, são intensivas, ocorrendo o abate, normalmente, às 5 e 6 semanas (cria, recría e engorda), com o frango a atingir entre 1,7 kg e 1,950 kg de peso vivo. Tendo Portugal a tradição de consumo do frango a churrasco, essa produção específica tem um ciclo de produção mais curto e sai mais cedo para o abate, a partir das 4 semanas.

Na produção extensiva de frango, que se estima poder atingir cerca de 5 a 6 milhões de aves/ano, uma parte dos pinhais alojados é adquirida no mercado intra-comunitário (30%). O ciclo de produção normal prolonga-se até aos 81 a 84 dias, idade em que os frangos de produção extensiva são abatidos.

2.2. A estrutura da produção dos alimentos para animais.

A alimentação de frangos de engorda, perus, galinhas poedeiras e aves de reprodução passa pelo recurso a alimentos compostos especificamente formulados com vista a assegurar os necessidades das diversas espécies animais/fases de desenvolvimento consideradas. A nível nacional a produção de alimentos compostos para animais é da responsabilidade dos fabricantes do sector, sendo eles indústrias ou auto-produtores, que carecem de registo e aprovação perante o DGV enquanto Autoridade Competente Nacional, ao abrigo do artº 10º do Regulamento CE nº 183/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Janeiro, relativo a requisitos de higiene dos alimentos para animais.
Para o efeito, todos os estabelecimentos necessitam de visita técnica prévia por parte dos técnicos da Divisão de Alimentação Animal (DAA) da Direcção-Geral de Veterinária (DGV), antes de dar início à laboração, para verificação e constatação do cumprimento das condições estabelecidas no Anexo II daquele regulamento comunitário. Entre estas salienta-se a avaliação das estruturas físicas sob o ponto de vista de adequabilidade e segurança, a caracterização técnica da linha de produção em função das espécies/categorias animais de destinação dos alimentos fabricados, a natureza e origem das matérias-primas, aditivos e pre-misturas utilizadas com apreciação da rastreabilidade e respectivas condições de armazenamento. Só são ainda avaliadas as medidas de carácter organizacional que garantam evitar contaminações cruzadas, arrastamentos e erros, bem como a implementação de um sistema eficaz de análise de perigos e pontos críticos de controlo (APPC) devidamente complementado através de um plano de controlo de qualidade adequado. No sequência da visita técnica é emitido relatório de aprovação de acordo com o Mod.602/DGV.

Os alimentos compostos para as diversas espécies avícolas podem igualmente ser provenientes de técnicas intra-comunitárias, pelo que os agentes econômicos deverão estar devidamente registados como intermediários do sector dos alimentos para animais ao abrigo do artº 9º do Reg.(CE) n.º 183/2005 e cumprir os requisitos relativos previstos igualmente no Anexo II daquele diploma legal.

A comprovação da manutenção dos requisitos especificados em ambos os tipos de actividade referenciada, é efetuada a jusante mediante acções de inspeção periódicas no âmbito do controlo oficial da alimentação animal, com elaboração de relatório de verificação segundo Mod. 721/DGV.

Pese embora a importação de países terceiros de alimentos compostos para animais produtores de géneros alimentícios seja legalmente admissível, esta é uma realidade que não se verifica a nível nacional.

Em termos de estrutura de produção, os alimentos para aves lideram o mercado nacional com cerca de 36-37% da produção anual.

Em termos de estrutura de produção, os alimentos para aves lideram o mercado nacional com cerca de 36-37% da produção anual. Os dados relativos ao fabrico de alimentos comppostos para aves nos últimos cinco anos pode ser descrita segundo a tabela que se segue.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Produção Nacional de alimentos para aves (TON)</th>
<th>2004</th>
<th>2005</th>
<th>2006</th>
<th>2007</th>
<th>2008</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Frangos</td>
<td>750 212</td>
<td>720 795</td>
<td>678 278</td>
<td>746 537</td>
<td>727 899</td>
</tr>
<tr>
<td>Amorim</td>
<td>190 069</td>
<td>179 332</td>
<td>159 563</td>
<td>191 616</td>
<td>227 769</td>
</tr>
<tr>
<td>Frangos crescimento</td>
<td>332 414</td>
<td>332 167</td>
<td>329 615</td>
<td>326 442</td>
<td>451 318</td>
</tr>
<tr>
<td>Frangos acabamento</td>
<td>227 739</td>
<td>209 296</td>
<td>189 100</td>
<td>226 879</td>
<td>193 812</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.3. Gubas de boa prática de criação animal ou outras directivas:


2.4. Supervisão veterinária de rotina nos explorações

O monitoramento e controlo de explorações de frangos é da competência do responsável veterinário de exploração. No entanto, o monitoramento dos PLANOS E PROGRAMAS DE PREVENTIVA E SANITÁRIA DA EXPLORAÇÃO é de responsabilidade do proprietário ou gerente, nomeadamente a controlo directamente a execução de PLANOS E PROGRAMAS.

Um plano serve para que a exploração seja frequentemente controlada, de modo a evitar problemas de biosegurança e de qualidade.
A autoridade sanitária veterinária Nacional - Direcção Geral de Veterinária - possui um sistema de atribuição de uma marca específica para cada exploração e intervêm directamente nas explorações sempre que exista motivo de natureza sanitária que justifique essa intervenção. A DGV atua directamente sobre as explorações no contexto dos diferentes Planos de Controlo Oficiais, nomeadamente, no âmbito da vigilância da Gripe aviária, da Doença de Newcastle, da Salmonelose, do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos, bem-estar Animal, verificação do Livro de Registo de Medicamentos e sempre que o cenário de "emergência" sanitária assim o justifique.

2.5. Registo das explorações

Todos os aviários de frangos do território nacional abrangidos por este Programa, de acordo com o Decreto-lei n.º 214/2008 de 10 de Novembro, devem estar registados numa base de dados nacional.

2.6. Manutenção de registos nas explorações

Os Proprietários e Responsáveis dos Aviários de frangos devem zelar para que as explorações disponham de registos próprios, actualizados, nos quais se encontre informação relativamente a:

- Recepção de mercadorias: aves da terra, alimentos compostos, medicamentos e biocidas (origem, datas e quantidades)
- Parâmetros sanitários: mortalidade, triagem, vacinações, medicações e análises (fichas de produção)
- Parâmetros zootécnicos: taxas de crescimento, consumos de água e de alimentos

2.7. Documentos que acompanham os animais durante sua exploração

Cada um dos bordos de frangos enviado para abate é acompanhado por uma mensagem IRCA do qual consta tudo o histórico sanitário do bordo, nos termos do Regulamento n.º 2074/2005 de 5 de Dezembro.

A desoeca de aves para produção, repovoamento ou para abate inmediato é feita a cabo de um guia de circulação, de acordo com o Decreto-lei n.º 142/2006 de 21 de Agosto com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-lei n.º 214/2008 de 10 de Novembro.

2.8. Outras medidas destinadas a assegurar a rastreabilidade dos animais

As explorações industriais possuem uma identificação inequívoca (nº de Registo de Exploração) que é inscrita em todos os documentos de circulação que acompanham qualquer desoeca da totalidade ou parte dos animais dessa exploração, de acordo com o Decreto-Lei n.º 214/2008 de 10 de Novembro.
Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de frangos (Gallus gallus)

Parte III

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Estado Membro: Portugal
Doença: Salmonelose e respectivos agentes (Salmonella Enteritidis e Salmonella Typhimurium)
População animal abrangida pelo programa: Bandos de frangos (Gallus gallus)
Ano de execução: 2010
Período de co-financiamento comunitário para: 2010
Referência do presente documento: Salm/Frangos/P1/2010
Contacto (Nome, Tel., Fax, E-mail): Ana Filoza Lourenço tel: 213239651, fax: 213239644, aloureno@dgv.mn.agricultura.pt
Data de envio à Comissão: 30 de Abril de 2009

2. DADOS HISTÓRICOS SOBRE A EVOLUÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA DOENÇA

De acordo com o estudo base efectuado ao abrigo do n.º 1 do artigo 1.º da Decisão 2005/636/CE foi observado que o nível de prevalência de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis existente nas explorações nacionais de frangos é de 39,3%.

Não existem outros dados disponíveis.

3. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA APRESENTADO

3.1. Introdução
O Programa teve início em 2009 e foi elaborado para um período de 3 anos consecutivos, tendo por base a seguinte legislação comunitária:

- Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003
- Regulamento (CE) n.º 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto de 2006
- Regulamento (CE) n.º 446/2007 da Comissão de 12 de Junho de 2007

Neste documento estão contemplados os procedimentos para a execução do Programa em 2010 a nível Nacional (Continente, Açores e Madeira).

O presente programa segue a metodologia dada pelo Regulamento (CE) n.º 446/2007 para verificar a consequência do objectivo comunitário de redução da prevalência de salmonelas, define a metodologia a ser utilizada pelos proprietários ou responsáveis pelas avíarias de frangos e define também a metodologia das coletas oficiais.

3.2. Objectivo do programa

O objectivo comunitário previsto para a redução de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis em bandos de frangos consiste numa redução até 31 de Dezembro de 2011, para 1% ou menos, da percentagem máxima de bandos de frangos que permanecem positivos.

O objectivo do presente programa para o ano de 2010 é a redução da prevalência de Salmonella Typhimurium e Salmonella Enteritidis existente nas explorações de frangos para 25%.
3.3. Metodologia de Execução e Controlo do Plano

3.3.1 Base de Amostragem

A base de amostragem abrange todos os bandos de frangos existentes no território nacional, nos três últimos anos que antecedem o abate.

Os bandos de frangos são amostrados por iniciativa do operador e como parte dos contratos oficiais.

### Universo de epicação do Programa

<table>
<thead>
<tr>
<th>CSVR</th>
<th>Nº total de explorações</th>
<th>Nº total de Explorações com mais de 5000 aves</th>
<th>Nº médio de bandos/ano</th>
<th>Nº médio de bandos com + 5000 aves/ano</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>101</td>
<td>71</td>
<td>764</td>
<td>530</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>1.766</td>
<td>809</td>
<td>10.142</td>
<td>5.344</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>332</td>
<td>289</td>
<td>1.621</td>
<td>1.432</td>
</tr>
<tr>
<td>ALT</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
<td>23</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>ALS</td>
<td>1</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira</td>
<td>14</td>
<td>12</td>
<td>68</td>
<td>60</td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>6</td>
<td>7</td>
<td>275</td>
<td>269</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>2.216</td>
<td>1.882</td>
<td>12.888</td>
<td>7.855</td>
</tr>
</tbody>
</table>

3.3.1.1 Amostragem efectuada pelo operador

A amostragem efectua-se nas três semanas anteriores ao transporte das aves para o matadouro.

A deteção de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis, durante a amostragem por iniciativa do operador será notificada, sem demora, à autoridade competente pelo laboratório que realiza as análises.

3.3.1.1.1 Protocolo de amostragem efectuada pelo operador

A amostragem consiste na recolha de amostras de matéria fecal.

Devem coletar-se pelo menos dois pares de esfregaços em botes/meias. Para os bandos de frangos de criação ou ao livre, as amostras devem apenas ser coletadas em zonas do interior da instalação.

Todos os esfregaços em botes/meias são reunidos numa única amostra.

Em bandos com menos de 100 frangos, em que não seja possível utilizar botes/meias para esfregaço por não ser possível entrar nas instalações, estas podem ser substituídas por esfregaço colhido pela passagem da mão, utilizando-se os botes/meias para esfregaço por cima da mão embebida que é esfregada nas superfícies contaminadas com excrementos recentes ou, se tal não for possível, por outras técnicas de amostragem adequadas para excrementos.

Antes de calcar as botes/meias para esfregaço, a sua superfície deve ser higienizada com derruirante adequado (como 0,8 % cloreto de sódio, 0,1 % peptona em água desinfectada estéril ou água estéril, água estéril ou qualquer outro solvente aprovado pelo laboratório nacional de referência). É proibida a utilização de água da exploração contendo agentes antimicrobianos ou outros desinfectantes.
A forma recomendada para humedecer as bolas para estreaga é verter o líquido no seu interior antes de as calçar. O solvente também pode ser aplicado após as bolas terem sido calçadas utilizando um spray ou uma garrafa de esguicho.

Deve garantir-se que todas as secções da instalação se encontrem representadas proporcionalmente na amostragem. Com cada par deve cobrir-se cerca de 50% da superfície de instalação.

Concluída a amostragem, devem retirar-se cuidadosamente as bolas ou meias para estreaga de modo a não remover o material aderente. As bolas para estreaga podem ser viradas ao contrário para reter o material e serão colocadas num saco ou recipiente, que será devidamente rotulado.

A autoridade competente irá supervisionar a formação dos operadores das empresas do sector alimentar a fim de assegurar a execução correcta do protocolo de amostragem.

3.3.1.2. Amostragem de controlo oficial

A autoridade competente irá proceder à amostragem de pelo menos um bando de frangos, por ano, em 10% das explorações com mais de 5000 aves. Esta amostragem realizada com base nos riscos, de cada vez que a autoridade competente achar conveniente.

3.3.1.2.1. Protocolo de Amostragem oficial

a) A amostragem de rotina é a descrita no ponto 3.2.1.1.1

b) Casos suspeitos

Se a autoridade competente efectuar a amostragem por suspeita de infecção por salmonelas ou por outro motivo válido, certificar-se-á, mediante a realização dos testes suplementares adequados, de que os resultados da pesquisa de salmonelas em bandos de frangos não são afectados pela utilização de antibióticos nesses bandos.

Sempre que não for detectada a presença de Salmonella Enteritidis e/ou Salmonella Typhimurium mas forem encontrados agentes antimicrobianos ou efeito iniciador do crescimento bacteriano, o bando de frangos deve ser considerado como um bando infectado para efeitos do objectivo comunitário referido no n.º 1 do artigo 2º do Regulamento (CE) n.º 846/2007 da Comissão de 12 de Junho.

3.4. Métodos de amostragem e de análise laboratorial

3.4.1. Laboratórios

O Instituto Nacional de Recurso Biológicos - Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (INRB-LNV) é o laboratório nacional de referência para as Salmoneloses Aviares a quem compete coordenar e aprovar os laboratórios de rastreio oficiais e privados (Anexo 2).

Laboratório de Referência Nacional:
Laboratório Nacional de Investigação Veterinária - Lisboa
Estrada de Benfica nº 701
1560 Lisboa
Telefone: 217115200
Fax: 217160039

Todos os laboratórios onde são analisadas as amostras oficiais ou do operador efectuadas ao abrigo do presente plano são reconhecidos pelo INRB-LNV, posteriormente autorizados pela DGV (Anexo 2) e comprometer-se-ão, através da celebração de um protocolo, a respeitar o circuito de informação definido pela autoridade competente (Anexo 4).
3.4.2. Metodologia de análise das amostras

A metodologia de análise das amostras a realizar no laboratório está descrita no Anexo 3.

3.5. – Declaração de um caso suspeito ou de confirmação da doença

Um bando de frangos é considerado positivo para efeitos de verificação da consecução do objetivo comunitário, sempre que for detectada no bando a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis. (excepto estíples de vacina).

Os bandos positivos serão contabilizados apenas uma vez, independentemente do número de operações de colheita de amostras e de análises efectuadas.

3.5.1 Detecção De Positividade Nos Alimentos Compostos

No momento da colheita de amostras oficiais numa exploração ou em caso de suspeita podem ser efectuadas colheitas nos alimentos compostos utilizados para a alimentação das aves de capoeira, ao abrigo do referido no Capítulo II do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Sempre que se verificar que uma amostra é positiva no que se refere à Salmonela, será conduzida uma investigação epidemiológica como previsto no Artigo 8º do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Está igualmente implementado um Plano Nacional para o controlo Oficial da alimentação animal (CAA), o qual é planeado ao abrigo do Reg. (CE) nº 852/2004, que inclui controlo físico e documental nos operadores do sector dos alimentos para animais. Neste plano, e na sequência da recolha de amostras para ensaio laboratorial, prevê-se a pesquisa de salmonela em 10% das amostras a colher em todo o universo dos fabricantes nacionais de alimentos compostos (sejam industriais ou auto-produtores). As amostras provêm alimentos compostos para todas as espécies/categorias de animais de exploração, estando incluídos os alimentos compostos para aves e nomeadamente para frangos de crescimento.

O CAA prevê o controlo em todos os operadores do sector da alimentação animal considerados ao abrigo do Reg (CE) 183/2005, nomeadamente:

A- Exporcações pecuárias,
B- Fabricantes de aditivos, fabricantes de pré-misturas e fabricantes de alimentos compostos (industriais e auto-produtores),
C- Intermediários (distribuidores, operadores/receptores EU e importadores de países terceiros),
D- Transportadores,
E- Venda ao retalho

O controlo pode ser simplesmente documental (auditoria de verificação) como em D e E, ou documental e físico com colheita de amostras nos restantes casos. A pesquisa de Salmonella é feita ao abrigo do CAA nos fabricantes de alimentos compostos (industriais - feed mills e auto-produtores - on-farm mixers) em 10% das amostras colhidas, de forma a garantir a inocuidade dos produtos fabricados a nível nacional. Também durante as visitas para controlo documental é avaliado o sistema de HACCP implementado pelos estabelecimentos do sector, bem como os resultados dos respetivos auto-controlos, em que se constata a decisão de presença de Salmonella como PCC e respetivos resultados obtidos com acções preventivas e correctivas acordadas de não conformidades.
Diagrama relativo ao Controlo Oficial da Alimentação Animal

Legenda:
DGV- Direção-Geral de Veterinária;
DAA- Divisão de Alimentação Animal;
INRE- Instituto Nacional de Recursos Biológicos;
DGAEVT- Direcção-Geral dos Alimentos e Importações Especiais sobre a Consumo;
AVH- Autoridade de Vigilância e Higiene;
BIP- Postos de Inspeção Fronteiras ("Border Inspection Posts");
ASAE- Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica;
BIV- Divisão de Serviços Veterinários Regionais;
DR- Direções Regionais da ASAE;
DSVR- Direcções de Serviços Veterinários Regionais;

Esta situação também é válida quando das visitas técnicas para aprovação dos estabelecimentos ao abrigo do artº 1º do Reg. (CE) 183/2003 relativo aos requisitos de higiene dos alimentos para animais. A nível das importações de países terceiros a pesquisa de Salmonella é obrigatória em todas as remessas de farinha de peixe ou outras proteínas animais transformadas importadas ao abrigo da legislação comunitária em vigor — Reg. 1774/2002 — não sendo possível a concessão de livre práticas sem se comprovar a respectiva negatividade nas amostras. Nos resistentes produtos a importar de países terceiros esta igualmente prevista no CAA a amostragem com carácter aleatório de cereais e de alimentos compostos (animais de exploração e de companhia) para pesquisa de Salmonella.

As amostras de alimentos para animais são colhidas pelos serviços veterinários regionais (DSVR) da DGV; a nível dos operadores do sector da alimentação animal bem como pelos PIF a nível das Importações de países terceiros e são enviadas para pesquisa de Salmonella e outras determinações para o INRE. IP/ENIV que é o Laboratório de Referência Nacional para alimentação animal ao abrigo do artº 21º da Dtr. 95/53/CE, bem como o Laboratório de Referência Nacional para a Salmonella.

A colheita de amostras de alimentos para animais segue o procedimento estabelecido na NF 3258, que homologa a 1º Directiva da Comissão 76/571/CEE de 1 de Março, que estabelece as medidas de amostragem comunitárias para o controlo oficial da alimentação animal, tendo ainda em consideração a EN/ISO 6497. A pesquisa de Salmonella nos alimentos para animais é efectuada de acordo com o procedimento descrito na EN/ISO 6579.

3.5.2. Detecção de positividade em alimentos

No âmbito do plano oficial de controlo dos estabelecimentos (PACE - Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos) os serviços oficiais verificam o cumprimento, por parte dos operadores, dos critérios de segurança e higiene estipulados pelo Regulamento n.º 2073/2005, no qual está incluído o controlo da Salmonella (critério de segurança - pontos 1.4. 1.5. 1.7. 1.8. 1.9; critério de higiene - 2.1.5).

- Sempre que os controlos efectuados pelos operadores ocorrerem resultados positivos existe a obrigatoriedade de comunicação dos mesmos à autoridade competente, disposição prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 193/2004 de 17 de Agosto, que transpõe para ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/99 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro.

É implementado anualmente um Plano Nacional Oficial para a Vigilância das Zoonoses e Pesquisa de Agentes Zoonóticos, que contempla colheita de amostras ao longo da cadeia alimentar, em diversas matrizes em função do agente zoonótico em causa.

3.6 - Medidas adoptadas pelas Autoridade Competentes

3.6.1. Medidas em caso de positividade

Se sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis, num avário de frangos, serão tomadas as seguintes medidas:

Sequestro sanitário do bando e vigilância da exploração. Nenhuma ave da bando deve ser retirada da exploração sem controlo da autoridade competente.

Se sempre que se esteja na presença de sinais clínicos, será efetuado o abate em Matadouro autorizado, com acompanhamento da autoridade competente, por forma a permitir que, atempadamente, sejam tomadas todas as medidas necessárias à realização do mesmo e à eliminação de todas as aves para subprodutos, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1774/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002.

Caso não haja evidência de sinais clínicos, será o abate realizado em estabelecimento de abate de aves aprovado, indicado pelo avicultor e sob controlo da DSVR.

Conforme critérios da Inspeção Sanitária, podem as aves ter como destino:
- Aprovação para consumo de acordo com a legislação comunitária em matéria de higiene dos géneros alimentícios. Os produtos aprovados derivados das referidas aves poderão ser colocados no mercado, para consumo humano, em conformidade com a legislação comunitária em matéria de higiene alimentar.
- Reprovação e eliminação como subprodutos em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1774/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002, que estabelece as regras sanitárias relativas a subprodutos animais não destinados ao consumo humano.

Uma vez as aves terem sido as esvaziadas os pavilhões ocupados pelos efectivos positivos, deve proceder-se a uma limpeza com desinfetante eficaz, incluindo a eliminação higiénica dos objetos e camas, segundo os processos fixados pela Autoridade competente em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1774/2002.
Reboqueamento

O reboqueamento dos pavilhões só poderá efetuar-se depois das coletas de amostras ambientais terem sido negativas e após autorização da respectiva DSVR. Para tal, tem o avicultor que apresentar à autoridade competente evidências dos resultados das referidas análises. Sempre que os serviços oficiais assim o determinarem, poderá ser efectuada coletiva oficial de amostras ambientais.

Deve o reboqueamento ser assegurado com aves do dia com a seguinte proveniência:

a) Explorações avícolas regularmente inspecionadas pelas autoridades veterinárias,

b) Explorações avícolas e Centros de incubação que sejam submetidos a controles regulares para pesquisa de Salmonella ao abrigo do Programa Nacional de Controlo

c) Explorações avícolas e Centros de incubação onde não tenha sido isolado nem Salmonella Enteritidis, Salmonella Typhimurium, Salmonella Hadar, Salmonella Infantis e/ou Salmonella Virchow,

d) Explorações avícolas e Centros de incubação que satisfaçam as regras de higiene e sonoridade previstas no Decreto-Lei 141/98 de 16 de Maio.

3.6.2. Medidas de Biossegurança

Para evitar a (re)introdução de Salmonella num aviário de frangos serão reforçadas as seguintes medidas de biossegurança:

Proteção Sanitária das explorações:
Todas as explorações devem ter um sistema de vedação de forma a impedir a entrada de animais domésticos e selvagens, pessoas e veículos não essenciais. O acesso deve ser reservado apenas aos veículos estritamente indispensáveis (transporte de animais e alimentos); estes devem ser previamente desinfectados.

O acesso à exploração deve ser estritamente limitado ao pessoal indispensável: proprietários e trabalhadores devem evitar quaisquer contactos com aves de outras explorações ou de criação doméstica e outras aves. Deverá existir vestuário de protecção completo (tato, botas e gorro) para uso exclusivo na exploração.

Verificar cuidadosamente a integridade dos dispositivos de protecção contra a entrada de animais silvestres (redes das janelas, grelhas dos ventiladores).

Interditar o uso de bebedoras (excepto pipetes) nos parques exteriores a que têm acesso as aves criadas em regimes especiais (cr livre).

Interditar o fornecimento de alimento nos parques exteriores.

Garantir a integridade das embalagens e armazenagem em local fechado e com protecção integral contra aves e roedores. Qualquer derrame acidental deverá ser prontamente limpo, inclusive com o recurso à água corrente.

Deve proceder-se à recolha de aves mortas duas vezes por dia efetuando a destruição dos cacáveres de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Medidas gerais de higiene
As cama, as penas e os restos de cascas de ovos devem ser encaminhados de forma controlada para sistemas de tratamento que garantam a respectiva descontaminação (compostagem, sistemas de biogás, depuração em aterro, incineração). Os estufes e os poióperas devem ser removidos do pavilhão logo que recolhidos os ovos.

Deve proceder-se à desinfeção sistemática, entre ciclos de produção, de todos os locais, equipamentos e utensílios, recorrendo, de preferência, à utilização consecutiva de dois desinfectantes.

Deve promover-se uma desinfeção eficaz dos equipamentos, locais, materiais, veículos de transporte (recolhidos), vestuário e calçado (recolhidos); interdição de entrada de pessoas estranhas à exploração e de todo o tipo de animais domésticos.
Cada exploração deverá dispõr de um protocolo escrito de limpeza, desinfecção, e de aplicação de programas de controlo de pragas, com especial incidência nos roedores, com supervisão do Médico Veterinário responsável, que deverá ser rigorosamente aplicado após o vazio sanitário. Os vazios sanitários devem ser efetuados de forma correta, utilizando desinfectantes de uso veterinário previstos na lista referida no Anexo 4.
Utilização de água potável/tratada na exploração e manutenção de registo de análises periódicas de água.

Condições de armazenagem:
O eventual armazenamento de aparas de madeira ou quaisquer outros materiais a aplicar nos cornos das aves deve ser efectuado em espaço fechado devidamente protegido contra a intrusão de aves silvestres.
O abastecimento e armazenagem de rações ou matérias-primas e a distribuição da alimentação às aves de produção, deve ser efectuado de forma a não atraír aves selvagens. Qualquer derrame de rações ou de matérias-primas deve ser objecto de limpeza imediata.

Evitar quaisquer derrames de roção efectuado a limpeza criteriosa, incluindo lavagem com água corrente, do espaço envolvente do sitio de armazenagem após as entregas de alimento composto.
Após a lavagem e a desinfecção, os jaulas vazias e outros utensílios associados à produção devem ser armazenadas em espaço fechado por forma a evitar o contacto com aves silvestres.

Registos nas Explorações:
Os Proprietários e Responsáveis dos Aviários de frangos devem zelar para que as explorações disponham de registos próprios, actualizados, nos quais se encontra informação relativamente a:
- Receção de mercadorias; aves do dia, alimentos compostos, medicamentos e biocidas (origem, datas e quantidades)
- Parâmetros sanitários; mortalidade, tirolema, vacinações, medições e análises (lichas de produção)
- Parâmetros zootécnicos; taxas de crescimento, consumos de água e alimentação

Os aviários de frangos devem ter assegurada a assistência de um Médico Veterinário que tem como responsabilidade, nomeadamente, o envio à Autoridade Competente dos Planos e Programas de Prevenção e Sanitários das Explorações bem como de controlar directamente a execução do Plano Higio-sanitário dos Estabelecimentos e de orientar e vigiar o administração de produtos biológicos de acordo com o legalmente previsto.

3.7. Medidas De Controlo No Que Diz Respeito À Aplicação De Vacinas/ Tratamentos

Legislação Comunitária de suporte: Regulamento (CE) nº 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto.

Os agentes antimicrobianos não serão utilizados como um método específico para controlar as salmonelas nas aves de capoeira, podendo apenas ser utilizados nas circunstâncias excepcionais previstas no artigo nº 2 do Regulamento (CE) nº 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto.
4. MEDIDAS DO PROGRAMA APRESENTADO

4.1 Resumo das medidas ao abrigo do programa

Duração: 3 anos
- X. Vigilância
- X. Controlo
- Testes
- Eliminação dos Produtos

4.2 Designação da Autoridade Central encarregada do controlo e da Coordenação dos Serviços competentes para a execução do programa

A Direcção Geral de Veterinária (DGV) é a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional responsável pela elaboração, coordenação e aplicação do Programa.

As Direções de Serviços Veterinários Regionais (DSVR) têm a sua carga o controlo e execução das diferentes acções nas suas áreas de influência, incluindo a coleta de amostras oficiais.

São cinco as Direcções de Serviços Veterinários Regionais no Continente. Nas Regiões Autónomas da Madeira (RAM) e Açores (RAA) as entidades oficiais responsáveis são a Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, respectivamente.

As cinco Direcções de Serviços Veterinários Regionais no Continente designam-se pelas seguintes siglas:

- N. - Norte
- C. - Centro
- LVT. - Lisboa e Vale do Tejo
- ALT. - Alentejo
- ALG. - Algarve

As coletas de amostras do operador serão efectuadas sob responsabilidade do médico veterinário assistente das explorações.
4.3 Descrição e delimitação dos áreas geográficas e administrativas em que o Programa vai ser aplicado

A aplicação será em todo o território de Portugal Continental e nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores (mapas que se seguem).

UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS
Despacho nº 27-G/2008
4.4 Medidas aplicadas ao abrigo do Programa

4.4.1. Medidas e legislação aplicável relativamente ao registo de explorações

Todos os aviários de frangos do território nacional abrangidos por este Programa, de acordo com o Decreto-Lei nº 214/2008 de 10 de Novembro, devem estar registados numa base de dados nacional.

4.4.2. Medidas e legislação aplicável relativamente à identificação de animais

Não aplicável às aves de capoeiro.

4.4.3. Medidas e legislação aplicável relativamente à notificação da doença

A salmonelose é uma doença de declaração obrigatória desde 1953, fazendo parte do quadro zootécnico anexo ao Decreto-Lei nº 392/2008 de 1 de Agosto.

4.4.4. Medidas e legislação aplicáveis relativamente às medidas em caso de resultado positivo

Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Directiva n.º 2003/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro são confirmadas as suspeitas e definidas as medidas de controlo.

Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis, num bando de frangos, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.6.1

4.4.5. Medidas e legislação aplicáveis relativamente às diferentes qualificações dos animais e dos efectivos

Não aplicável.

4.4.6. Procedimentos de controlo e, nomeadamente, as regras relativas aos movimentos dos animais susceptíveis de serem afectados ou contaminados por uma determinada doença e ao exame regular das explorações ou zonas em causa

Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis, num bando de frangos, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.6.1.

Os aviários de frangos são tratados sempre que são realizadas as coletas oficiais de amostras e sempre que a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional assim o determine.

4.4.7. Medidas e termos da legislação relativamente ao controlo da doença

A legislação de suporte é o Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto e os procedimentos estão descritos no ponto 3 do presente documento.

4.4.8. Medidas relativamente à compensação dos proprietários de animais abatidos e sujeitos a ocasião

Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis num bando de frangos, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.6.1

Não está prevista qualquer tipo de indemnização a pagar ao proprietário do avião de frangos.

4.4.9. Informações e avaliação sobre gestão e infra-estrutura de medidas de biossegurança em vigor nos/nas bandos/explorações abrangidas:

As medidas de biossegurança implementadas nas explorações serão verificadas no âmbito dos controlos oficiais, através do preenchimento de uma checklist criada para o efeito (Anexo 5).
5. DESCRIÇÃO GERAL DOS CUSTOS E BENEFÍCIOS DO PLANO

O Plano irá ser aplicado nos Aviários de frangos (Gallus gallus).

Numa definição de custo/benefício há que ter em conta diversos factores entre os quais o custo da doença que corresponde às perdas directas (custo da morbidade e custo da diminuição da produção) e às perdas indirectas (por exemplo os entraves ao livre comércio).

A implementação do Programa permite avaliar a situação epidemiológica da doença nos Aviários de frangos e consequentemente diminuir a sua prevalência através das medidas sanitárias que virem a ser implementadas.

De referir ainda os benefícios resultantes da diminuição das taxas de infeção da população animal em causa, associados à diminuição da probabilidade de transmissão da doença à população humana, com os benefícios sócio-económicos daí inerentes.

Os custos do Plano são apresentados no capítulo 8.

6. DADOS SOBRE A EVOLUÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA DOENÇA

Não disponíveis.
7. **OBJETIVOS**

7.1 **Objectivos relacionados com os testes**

7.1.1. **Objectivos para os testes de diagnóstico**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipo de teste</th>
<th>População abrangida</th>
<th>Tipo de amostra</th>
<th>Objectivo</th>
<th>Nº de testes previstos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Detecção</td>
<td>Fezes</td>
<td>Deteccão isolamento</td>
<td>12.000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serotipificação - Método de</td>
<td>Isolados das</td>
<td>Serotipificação</td>
<td>3.866</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Kaufmann-White</td>
<td>amostras positivas</td>
<td>Teste susceptibilidade</td>
<td>3.866</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TSA</td>
<td>Estirpe isolada</td>
<td>antimicrobiana</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 7.1.2 Objectivo para o teste de bandos

**Ano: 2010**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Tipo de banda</th>
<th>Nº total de bandos</th>
<th>Nº total de animais</th>
<th>Nº total de bandos na fatura do programa</th>
<th>Nº de bandos que se prevê concluir</th>
<th>Nº de bandos que se prevê cultivar</th>
<th>Nº de bandos que se prevê cultivar</th>
<th>Quantidade prevista de uvas destinadas</th>
<th>Quantidade prevista de uvas de espécies para enobrecimento</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>Alegre</td>
<td>724</td>
<td>14,672,000</td>
<td>13,000</td>
<td>754</td>
<td>162</td>
<td>87</td>
<td>311</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>Alegre</td>
<td>10,912</td>
<td>11,567,000</td>
<td>11,567</td>
<td>940</td>
<td>245</td>
<td>108</td>
<td>329</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Sul</td>
<td>Alegre</td>
<td>1,924</td>
<td>41,881,000</td>
<td>101,811</td>
<td>131</td>
<td>269</td>
<td>14</td>
<td>313</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Alto</td>
<td>Alegre</td>
<td>240</td>
<td>2,001,000</td>
<td>20</td>
<td>20</td>
<td>40</td>
<td>16</td>
<td>3</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Alto</td>
<td>Alegre</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Lago</td>
<td>Alegre</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Marinha</td>
<td>Alegre</td>
<td>56</td>
<td>1,261,820</td>
<td>46</td>
<td>66</td>
<td>16</td>
<td>3</td>
<td>17</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>Alegre</td>
<td>25</td>
<td>1,509,175</td>
<td>25</td>
<td>31</td>
<td>16</td>
<td>5</td>
<td>16</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td></td>
<td>12,264</td>
<td>17,050,000</td>
<td>17,000</td>
<td>12,800</td>
<td>3,093</td>
<td>126</td>
<td>616</td>
<td>0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Nota:** Não aplicável

1. Não existem provas no programa existem entidades a realizar os testes.
2. São bandos de uvas não destinados para o programa.
3. = S. o. = Outros
4. = S. o. = Outros

---

*Fontes:**

- 1. = S. o. = Outros
- 2. = S. o. = Outros
8 – ANÁLISE FORMENORIZADA DO CUSTO DO PROGRAMA

8.1 - Plano de Ação

a) COLHEITA DE AMOSTRAS (Responsabilidade do operador)

Operador colhe uma amostra em todos os bordos nas três semanas anteriores ao transporte das aves para o matadouro.

Nº de análises de detecção = 12.388 – 128 (SO) = 12.760

b) COLHEITA DE AMOSTRAS (Responsabilidade das autoridades oficiais)

É realizada uma amostragem de pelo menos 1 bordo de frangos por ano em 10% das explorações com mais de 5000 aves.

1.282 x 0.1 = 128

c) SITUAÇÃO DE POSITIVIDADE (Responsabilidade das autoridades oficiais)

Em função das prevalências consideradas prevê-se a ocorrência de 3.866 amostras positivas.

Em função do nº de amostras positivas serão realizadas:

3.866 análises de serotipificação

3.866 testes de sensibilidade à resistência antimicrobiana

8.2. - Tabela de Preços de Análises

<table>
<thead>
<tr>
<th>Pesquisa bacteriológica de Salmonela</th>
<th>20 €/pesquisa</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ISA - teste sensibilidade à resistência antimicrobiana</td>
<td>9.5 €/pesquisa</td>
</tr>
<tr>
<td>Serotipificação</td>
<td>36 €/pesquisa</td>
</tr>
</tbody>
</table>

8.3. Previsões financeiras em função das acções a desenvolver:

a) Colheita de amostras (responsabilidade do operador)

12.760 análises de detecção

12.760 x 20 = € 255.200,00

b) Colheita de amostras (responsabilidade da Autoridade Veterinária)

128 análises de detecção

128 x 20 = 2.560€

c) Situações de positividade

3.866 análises de serotipificação

3.866 x 36 = € 139.176,00

3.866 testes de sensibilidade à resistência antimicrobiana

3.866 x 9,5 = € 36.727,00

RESUMO DAS PREVISÕES FINANCEIRAS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Valor total de análises (Responsabilidade do operador): € 255.200

Valor total de análises (Responsabilidade da Autoridade Veterinária): € 179.463
<table>
<thead>
<tr>
<th>Custos relacionados com</th>
<th>Discriminação</th>
<th>Número de unidades</th>
<th>Custos unitários em $</th>
<th>Montante total em $</th>
<th>Financiamento Comunidade solicitado (Sim/Não)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1. Testes</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.1. Custos dos animais</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Análise</td>
<td>diagnostico Sangue</td>
<td>258</td>
<td>2000 $</td>
<td>530 000 $</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Análise</td>
<td>porcina</td>
<td>3866</td>
<td>3600 $</td>
<td>137 760 $</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>Análise</td>
<td>vacina</td>
<td>250</td>
<td>900 $</td>
<td>227 500 $</td>
<td>Sim</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2. Custo do colhete de ovas</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.3. Outros Custos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2. Vacinação</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.1. Compra da vacina</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.2. Custos de distribuição</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.3. Custos relacionados com a administração da vacina/tratamento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.4. Custos relacionados com o contrato</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3. Abates e destructor</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.1. Indenização para abate</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.2. Custos de transporte</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.3. Custos de destruição</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.4. Perdas em caso de abate</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.5. Custos dos tratamentos de produtos animais (leite, ovos, ovos de incubação, etc.)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4. Limpeza e desinfecção</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5. Sócios (pessoal contratada apenas para fins do programa)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>6. Consumíveis e equipamento específico</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>7. Outros Custos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Total                  |                                |                    |                       |                      |                                               |

176 455 000 $
ANEXOS
ANEXO 1

A seguir se junta a legislação aplicável a este Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandas de frangos de Gallus gallus que fundamenta o Plano de Actividades:

1. LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA


- **Directiva 2003/99/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003, relativa à vigilância das zoonoses e dos agentes zoonóticos que altera a Decisão 90/424/CEE do Conselho e revoga a Directiva 99/117/CE do Conselho.

- **Regulamento (CE) n.º 2160/2003** do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003, relativo ao controlo de Salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos de origem animal.

- **Regulamento (CE) n.º 1177/2006** da Comissão de 1 de Agosto de 2006 que aplica o Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente à utilização de métodos específicos de controlo no âmbito dos programas nacionais de controlo de salmonelas nas aves de capoeira.


- **Decisão 2006/965/CE** do Conselho de 19 de Dezembro de 2006 que altera a Decisão 90/424/CEE, relativa a determinadas despesas no domínio veterinário.
2. LEGISLAÇÃO NACIONAL

- **Decreto-Lei n.º 214/2008 de 10 de Novembro** - Estabelece o Regime do Exercício da Actividade Pecuária (REAP).

- **Portaria n.º 637/2009 de 9 de Junho** - Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de animais de espécies avícolas.

- **Decreto-Lei n.º 142/2006 de 27 de Julho** - Cria o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), que estabelece as regras para identificação, registo e circulação dos animais.

- **Decreto-Lei n.º 193/2004 de 17 de Agosto** - transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Directiva n.º 2003/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro, relativa à vigilância dos zoonoses e dos agentes zoonóticos, que altera a Decisão n.º 90/424/CEE, do Conselho, de 26 de Junho, relativa a determinadas despesas no domínio veterinário e revoga a Directiva n.º 92/117/CEE, do Conselho, de 17 de Dezembro.

- **Decreto-Lei n.º 141/98 de 16 de Maio** - Transpõe para o direito interno o disposto na Directiva n.º 90/539/CEE, do Conselho, de 15 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Decisão n.º 92/369/CEE, de 24 de Junho e pela Directiva n.º 93/120/CEE, do Conselho de 22 de Dezembro, relativa às condições de policia sanitária que regem o comércio intra-comunitário e as importações provenientes de países terceiros de aves de capoeira e ovos de incubação. Publica em anexo o "Regulamento do Comércio Intra-comunitário e das Importações de Países Terceiros de Aves de Capoeira e Ovos para Incubação".

- **Decreto-Lei n.º 39209 de 14 de Maio de 1953**
Anexo 2

Lista de laboratórios autorizados pela DGV para análises de Salmonella no âmbito dos PNCS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Laboratório</th>
<th>Região</th>
<th>Responsável</th>
<th>Morada</th>
<th>Código Postal</th>
<th>Endereço</th>
<th>FAX</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ENIV-Lisboa</td>
<td>Lisboa</td>
<td>Alice Aranda</td>
<td>Fortes da Benfica, 701</td>
<td>1449-011 Lisboa</td>
<td>217115388</td>
<td>217115380</td>
</tr>
<tr>
<td>ENIV-Vale</td>
<td>Vila Nova de Gaia</td>
<td>Ana Torreiro</td>
<td>Rua dos Lagos, Vila Nova de Gaia</td>
<td>4483-035 Vila Nova de Gaia</td>
<td>256660690</td>
<td>356606094</td>
</tr>
<tr>
<td>NO/CAM/Abell</td>
<td>Norte</td>
<td>João Nuno Reis</td>
<td>Rua de Beiras, 4</td>
<td>4463-714 Leça do Balio</td>
<td>229577540</td>
<td>229577599</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Higiene Vegetal de Vouga</td>
<td>Vouga</td>
<td>Mª Manuela Amaral</td>
<td>Quinta de Fonteco</td>
<td>3504-594 Vouga</td>
<td>229229230</td>
<td>232434085</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Medicina Veterinária de Santarém</td>
<td>Lisboa</td>
<td>Ana Cardoso</td>
<td>Lugar da Nave-Santa Maria</td>
<td>2605-110 Almada</td>
<td>243452377</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório Regional de Medicina Veterinária de Amares</td>
<td>Amares</td>
<td>Lídia Portugal</td>
<td>Vila de Amares</td>
<td>5300-235 Amares</td>
<td>289206711</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório Regional de Medicina Veterinária de Mafra</td>
<td>Mafra</td>
<td>Margarida Castro</td>
<td>Rua do Marquês, 130, 1º, Funchal</td>
<td>9500-095 Funchal</td>
<td>291231460</td>
<td>291231458</td>
</tr>
<tr>
<td>Universidade Católica Portuguesa - Escola Superior de Agricultura - Laboratórios</td>
<td>Vouga</td>
<td>Gisela Almeida</td>
<td>Rua do Jardim, 10, Funchal</td>
<td>9560-180 Funchal</td>
<td>291231460</td>
<td>291231458</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto de Inovação Tecnológica de Agricultura - Divisão Laboratorial</td>
<td>Amares</td>
<td>Manuela Cardoso</td>
<td>Estudis de S. Gabriel</td>
<td>3560-146 Vila Franca de Xira</td>
<td>246401737</td>
<td>396653224</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Tecnologia - Análises Clínicas, I. A.</td>
<td>Coimbra</td>
<td>Ana Ferreira</td>
<td>Ave da Portela, Lote 2º-Piso</td>
<td>3410-412 Oeiras</td>
<td>244320566</td>
<td>344834349</td>
</tr>
<tr>
<td>A LOGOS - Associação para o Desenvolvimento de Análises e Testes Técnicos</td>
<td>Lisboa</td>
<td>Ana Mendes</td>
<td>Tejo do Valdevez, Rua dos Dias Santos, Alternativa</td>
<td>2700-062 Alhambra</td>
<td>241372137</td>
<td>213371364</td>
</tr>
<tr>
<td>Globalnet - Estações Químicas de Analítica, SA</td>
<td>Coimbra</td>
<td>Ana Ferreira</td>
<td>Rua dos Penedos, 6, Lote 5, Apto 301</td>
<td>4400-435 Matosinhos</td>
<td>244193601</td>
<td>244193601</td>
</tr>
<tr>
<td>Caminhos - Segurança Alimentar S.A. - Laboratório de Análises Químicas</td>
<td>Coimbra</td>
<td>Ana Paula Martins</td>
<td>Zona Industrial de Tendeiro, Lote 2/tr, Lote 5</td>
<td>4460-107 Lousã</td>
<td>212811717</td>
<td>212811717</td>
</tr>
<tr>
<td>SEN Portugal - Sociedade de Serviços e Informação, SA - Laboratório de Análises Alimentar</td>
<td>Lisboa</td>
<td>Ana Silva</td>
<td>Polo tecnológico de Lisboa, 6, 2º-Piso</td>
<td>1608-546 Lisboa</td>
<td>217105003</td>
<td>217042435</td>
</tr>
<tr>
<td>BEICAR/PCI - Centro de Inovação em Bioquímica</td>
<td>Coimbra</td>
<td>António Teles Grelha</td>
<td>UNICEF/PAUS - Fórum Tecnológico de Camurâz, Santos, 60, Lote 3</td>
<td>3600-199 Camurâz</td>
<td>211142043</td>
<td>211219019</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Salmonela da Quarta Feira</td>
<td>Lisboa</td>
<td>Miguel Fonseca</td>
<td>Ribeira</td>
<td>1540-471 Humoral</td>
<td>262909000</td>
<td>262906143</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Anexo 3

Metodologia das Análises Laboratoriais

As amostras são enviadas aos laboratórios aprovados no prazo máximo de 25 horas após a colheita. No laboratório as amostras são conservadas refrigeradas até a sua análise, a qual será efectuada no prazo de 48 horas após a sua recepção.

a. O pão de bolos para estiragem é desassemblado cuidadosamente de forma a evitar a retirada da matéria fecal adherente, a qual é combinada e colocada em 225ml de água peptonada tampouada, previamente aquecida à temperatura ambiente.

b. Agitar para saturar completamente a amostra e continuar a cultura através de método de detecção recomendado pelo Laboratório Comunitário de Referência.

Método de deteção

O método de detecção a utilizar será o método recomendado pelo Laboratório de Comunitário de Referência (LCR) para as salmonelas, situado em Bilthoven, Países Baixos, de acordo com o Regulamento (CE) 1168/2006 da Comissão de 31 de Julho de 2006, que prevê a utilização de um meio semi-sólido (meio Rapaport-Vassiliadis semi-sólido modificado, MSRV) como único meio de enriquecimento selectivo.

Serotipagem

Para cada amostra positiva, deve fazer-se a serotipagem do pelo menos um isolado, segundo o sistema Kaufmann-White.

Armazenagem das estíringes

Serão armazenadas, para futura serotipagem e teste de sensibilidade antimicrobiana, pelo menos, as estíringes isolados a partir de amostras coletadas pela autoridade competente, com recurso aos métodos normais de colheita de culturas, que devem assegurar a integridade das estíringes durante um período mínimo de dois anos.
Anexo 4 - Fluxo de informação entre os diferentes intervenientes nos Programas Nacionais de Controlo de Salmonelas

DGIV
Elaboração Coordenação e aplicação do Plano
Elaboração de manuais de procedimentos para colheita

LNIV
Resultados

DSVR
Resultados + e -
Controle e execução das diferentes acções, incluindo a colheita de amostras oficiais

Laboratórios reconhecidos
Resultado + e -
Envio das amostras colhidas

Produção
Resultado +
Envio das amostras colhidas

Resultados + à deteção

Dados sobre:
% de inócuos laboratoriais efectuados
Resultados cobertos
% de animais testados na exploração
% de misturas testadas
% de animais por banca
% de bando vacinados contra salmonelas

Largo da Academia das Belas Artes, 2 - 1949 - 105; 11580A
Tel. 211289349 / 211289444
Fax 211228961

País 28 de 31
Selos/Anexos nº1/2016
Anexo 5
Lista de Verificação de medidas de biossegurança e higiene nas explorações avícolas

Identificação do Proprietário:

Nome:

Morada:

Identificação da Exploração:

Designação:

Morada:

Contatos telefónicos:

Especiação de Produção:

Número de porlíneas:

Identificação da área (m²) de cada um dos porlíneas:

Observações:
Medidas de Biossegurança

1 Protecção sanitária das explorações
   a) Vedação do perímetro da exploração
   b) Portão fechado e que impeça a entrada de animais domésticos
   c) Desinfeção e desinsetização
   d) Áreas exteriores envolventes dos pavilhões
      • Desmatadas
      • Limpas de materiais desnecessários (antulho, equipamentos usados, etc.)

2 Condições estruturais dos pavilhões
   a) Paredes e pavimentos integrados a de material adequado
   b) Janelas em cubas para evitar a entrada de pássaros
   c) Requisitos de ventiladores ou outra forma de impedir a entrada de animais indesejáveis
   d) Antecâmara à entrada do pavilhão
      • Em local de passagem obrigatório
      • Provida de pedúnculo ou tapelete sanitário
      • Provida de meios de execução para a mudança de vestuário e calçado
   e) Porta de acesso fechada
   f) Outros acessos

3 Outras estruturas
   a) Armazenagem de alimento em espaço fechado, protegido contra aves e roedores
   b) Armazenagem de material para a gama das aves
      • Local próprio, fechado e protegido contra aves e roedores
   c) Vestuários e instalações sanitárias em número suficiente

4 Outros procedimentos
   c) Controlo de vilaça
      • Livro de visitas devidamente preenchido
      • Roupa e calçado próprio para visitantes, limpo e desinfestado
### Medidas de Higiene

#### 1 Limpeza e Desinfeção

- **Existência de um programa de limpeza e desinfeção das instalações, equipamentos e materiais**
- **Registro de execução e controle**
- **Padrões e procedimentos de limpeza e desinfeção dos pavilhões**
  - Lavagem com detergente
  - Desinfeção com desinfetante de uso veterinário autorizado
  - Segunda desinfecção com desinfetante de uso veterinário autorizado, diferente do anterior
  - Fumigação dos pavilhões

#### 2 Manuseio de aves mortas e doentes

- **Eliminação de aves doentes**
- **Recolha diária de aves mortas**
- **Local e recipiente adequado (impermeável e vedado) para colocação das aves mortas**
- **Destino autorizado para eliminação/destruuição da cadáveres e detritos**

#### 3 Funcionários

- **Roupas e calçados próprios, para uso exclusivo nas instalações**
- **Formação**

#### 4 Outros procedimentos

- **Aplicação do procedimento "tudo dentro/tudo fora"**
- **Existência de um período de vazio sanitário entre a desinfeção e a entrada de aves para novo reagendamento**

### Assinaturas

**O Responsável pela Exploração**

**O Técnico**

---

**Data:** ___/___/____
Declaração


O Director-Geral de Veterinária

Carlos Agrela Pinheiro

FERNANDO BERNARDO
Subdirector-Geral
PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLO DE SALMONELAS EM BANDOS DE Gallus gallus DE REPRODUÇÃO 2010
Programa Nacional de Controlo de Salmonelas em bandos de reprodução (Gallus gallus)

Decisão da Comissão n° 2008/425/CE de 25 de Abril de 2008

Anexo II - Parte A

Requisitos gerais aplicáveis aos programas nacionais de controlo de salmonelas

a) Objectivo do programa

O objectivo comunitário para a redução de Salmonella Typhimurium, Salmonella Enteritidis, Salmonella Hadar, Salmonella Virchow e Salmonella Infantis em bandos de reprodução de Gallus gallus, e a redução, até ao dia 31 de Dezembro de 2009, para 1%, ou menos, da percentagem máxima de bandos de aves adultas de reprodução, com 250 aves no mínimo, que permanecem positivas.

De acordo com os resultados obtidos em 2008 (percentagem de positividade de 5,74%) e tendo em consideração as rigorosas medidas que irão ser aplicadas durante o ano de 2009 pretende-se que a percentagem máxima de bandos de aves adultas de reprodução, com 250 aves no mínimo, que permanecem positivas, seja 1% ou menos.

b) Apresentação de provas – serão disponibilizadas evidências documentais de que foram cumpridos os requisitos mínimos de amostragem estabelecidos na parte 3 do Anexo II do Regulamento (CE) n° 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho que indica a população animal em questão e as fases da produção que a amostragem deve cobrir, bem como dos resultados das pesquisas laboratoriais.

A base de amostragem abrange todos os bandos de aves adultas da espécie Gallus gallus com, pelo menos, 250 aves (bandas de reprodução). Os bandos de reprodução são amostrados por iniciativa do operador e como parte dos controlos oficiais.

Amostragens efectuadas pelo operador
A amostragem será efectuada em todos os bandos de uma exploração, com pelo menos 250 aves, durante a fase de cria e também durante o período de postura de ovos para incubação.

a) Período de cria/recría
A amostragem durante esta fase deverá ser efectuada em três ocasiões:
- No dia de chegada e até às 72 horas de idade. Deverão ainda ser testados todos os animais mortos à chegada.
- Às 4 semanas de idade
- Duas semanas antes de entrarem na fase de postura

b) Período de postura
Durante o período de postura a amostragem abrangendo todos os bandos de aves adultas da exploração efectua-se de duas em duas semanas.
Amostragem de Controlo Oficial
A amostragem deva efectuar-se a na exploração, por três vezes no decurso do ciclo de produção:

a) No prazo de quatro semanas a seguir à passagem para o período ou fase de postura (aproximadamente 24ª semana de vida);

b) No decurso da produção, (aproximadamente a 44ª semana de vida)

c) No final da fase de postura, no máximo oito semanas antes do final do ciclo de produção (aproximadamente a 54ª semana de vida);

Em casos excepcionais, em que a autoridade competente tenha motivo para suspender da ocorrência de resultados falsos negativos, na primeira amostragem oficial na exploração, pode efectuar-se uma segunda amostragem de confirmação oficial, composta de excrentes ou de aves (para deteção dos salmonelas nos órgãos).

Em casos excepcionais, em que a autoridade competente tenha motivo para suspender da ocorrência de resultados falsos positivos na amostragem realizada por iniciativa do operador na exploração, pode efectuar-se uma outra amostragem oficial.

c) Apresentação de provas – serão apresentadas evidências documentais de que serão cumpridos os requisitos específicos estabelecidos na parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n° 2160/2003

1. Aspectos Gerais

1.1. Ocorrência de Salmonelose em Portugal
No relatório anual sobre os agentes zoonóticos publicado pela EFSA/ECDC estão referidos os dados disponíveis relativos à ocorrência de salmonelas nos animais e nos humanos bem como nos alimentos para animais.

Em Portugal, à semelhança do que ocorre em outros Estados-Membro os sorovares mais frequentemente associados à doença em humanos são a Salmonella Enteritidis e a Salmonella Typhimurium. No gráfico seguinte encontra-se a evolução do nº de casos de Salmonelose em humanos em Portugal notificados desde o ano de 1998 e até ao ano de 2007.

**Gráfico A - Nº de casos de Salmonelose Humana - Portugal (1998 - 2007) (notificados)**
Como se pode constatar no Relatório da EFSA/ECDC o número de casos humanas de Salmonelose em Portugal tem uma incidência muito inferior à média europeia (3.5 casos/100.000 habitantes).

De acordo com os dados obtidos resultantes da implementação do Programa Nacional de Controlo em 2008, a taxa de infeção por Salmonella Typhimurium, Salmonella Enteritidis, Salmonella Virchow, Salmonella Infantis e Salmonella Hadar existente nos bandos de reprodução nacionais foi de 5.7%.

1.2. Estrutura e organização das autoridades competentes – Fluxograma de informação entre as entidades envolvidas na execução do programa

A Direcção Geral de Veterinária (DGV) é a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional responsável pela elaboração, coordenação e aplicação do Plano.

As Direcções de Serviços Veterinários Regionais (DSVR) têm a seu cargo o controlo e execução das diferentes acções nas suas áreas de influência, incluindo a colheita de amostras oficiais.

São cinco as Direcções de Serviços Veterinários nas regiões do Continente. Nas Regiões Autónomas da Madeira (RAM) e Açores (RAR) as entidades oficiais responsáveis são a Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário, respectivamente.

As cinco Direcções de Serviços Veterinários nas regiões no Continente designam-se pelos seguintes siglas:

1. N (Norte)
2. C (Centro)
3. LVT (Lisboa e Vale do Tejo)
4. ALT (Alentejo)
5. ALG (Algarve)

As amostras cuja colheita é realizada pelo operador serão efectuadas sob responsabilidade do médico veterinário assistente das explorações ou "Veterinário responsável".

O circuito de informação estabelecido para o controlo do programa encontra-se discriminado no Anexo 4.

1.3. Laboratórios aprovados nos quais são analisadas as amostras coletadas no âmbito do programa

A lista de laboratórios autorizados pela DGV a participar nas PNCS encontra-se no Anexo 2.

1.4. Métodos utilizados no exame das amostras no âmbito do programa

A metodologia utilizada no exame das amostras no âmbito do programa encontra-se descrita no Anexo 3 e está de acordo com a metodologia descrita no Regulamento (CE) nº 1003/2005 de 30 de Junho e no Regulamento (CE) nº 213/2009 de 18 de Março.

1.5. Contros oficiais a nível dos alimentos para animais de bandos e ou dos efectivos

No momento da colheita de amostras oficiais numa exploração ou em caso de suspeita podem ser efectuadas colheitas dos alimentos compostos utilizados na produção das aves, ao abrigo do referido no Capítulo II do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.
Sempre que surgir um resultado positivo a Salmoneíla, será conduzida uma investigação epidemiológica como previsto no Artigo 8º do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Encontra-se em execução um Plano Nacional para o controlo oficial da alimentação animal (CAA), o qual está praticado ao abrigo do Reg. (CE) nº 578/2004, que inclui controlo físico e documental nos operadores do sector dos alimentos para animais. Nesse plano, e na sequência do recheio de amostras para análises laboratoriais, prevê-se a pesquisa de Salmoneíla em 10% das amostras a coherir em todo o universo dos fabricantes nacionais de alimentos comestíveis (sejam industriais ou auto-produtores). As amostras prevêem alimentos compostos para todas as espécies/categorias de animais de exploração.

A colheita de amostras de alimentos para animais segue o procedimento estabelecido na NP 3356, a qual homologa a 1ª Directiva da Comissão 76/331/CEE de 1 de Março, que estabelece os métodos de amostragem comunitários para o controlo oficial da alimentação animal, tendo sido em consideração a EN/ISO 689. A pesquisa de Salmoneíla nos alimentos para animais é efetuada de acordo com o procedimento descrito na EN ISO 6579.

1.6. Medidas aplicadas aos animais ou produtos nos quais foi detectada a presença de Salmoneíla spp, designadamente para proteger a saúde pública e outras medidas

Sempre que se confirmar a presença de Salmoneíla Typhimurium e/ou Salmoneíla Enteritidis num avião de reprodução, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.5.2 da parte B do presente Programa.

Complementarmente serão adotadas medidas de destruição dos alimentos compostos caso se revelem positivas. Os chorumes são encaminhados de acordo com o previsto no Regulamento (CE) nº 1174/2002 de 3 de Outubro e classificados como produtos de categoria 1.

A água de bebida é monitorizada e sujeita a procedimentos de sanificação de modo a satisfazer os requisitos específicos constante da Lei nº 58/2005 de 29 de Dezembro.

1.7. Legislação nacional pertinente para a execução dos programas, incluindo disposições nacionais relativas às actividades previstas no programa

A Legislação Nacional aplicável ao Programa Nacional de Controlo encontra-se descrita no Anexo 1.

1.8. Eventual auxílio financeiro concedido às empresas do sector da alimentação humana e animal no contexto do programa

No caso específico do Programa Nacional de Controlo de Salmoneíla em bandos de galinhas reprodutroras de Gallus gallus, sempre que se confirmar a presença de Salmoneíla Typhimurium e/ou Salmoneíla Enteritidis serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.5.2 da parte B do presente programa.

As aves e ovos destruídos serão indemnizados de acordo com o disposto no Despacho Conjunto nº 539/2000 de 16 de Maio.
2. Empresas do sector da alimentação humana e animal abrangidas pelo programa

2.1. Estrutura da produção da espécie em questão e dos produtos derivados.

Em Portugal, não se desenvolve a selecção genética e não existem reprodutores - aves em actividade. Assim, as aves do dia de reprodução de vocação creuza-crepuscular são adquiridas no mercado externo, majoritariamente em Espanha e França, a empresas que comercializam as estirpes mais conhecidas (ROSS, COBB, HUBBARD). Haverá no país entre 15 a 20 avirios de multiplicaçao em actividade e centros de incubação de aves.

As reprodutoras são alojadas nos aviários de multiplicação nacionais e depois da fase de recio, entram em postura a partir das 24 a 25 semanas, que dura normalmente até às 64 semanas. Os ovos seguem directamente para os centros de incubação onde são incubados em máquinas apropriadas durante 21 dias, a partir dos quais nascem os pintos.

Atualmente, estimamos que nascem, em média, mais ao 29 milhões de pintos por mês. Deste total produzido, cerca de 2,2 milhões de pintos são vendidos mensalmente para Espanha, sendo o restante alojado em Portugal para a produção de frangos.

2.2. A estrutura da produção dos alimentos para animais.

A alimentação de frangos de engorda, perus, galinhas poedeiras e aves de reprodução passa pelo recurso a alimentos compostos especificamente formulados com vista a assegurar as necessidades das diversas espécies animais/sores de desenvolvimento consideradas. A nível nacional a produção de alimentos compostos para animais é da responsabilidade dos fabricantes do sector, seja as industriais ou auto-produtores, que carecem de registo e aprovação perante a DGV enquanto Ajustada Competente Nacional, ao abrigo do artº 1º do Regulamento (CE) nº 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Janeiro, relativo a requisitos de higiene dos alimentos para animais. Para o efeito, todos os estabelecimentos necessitam de visita técnica prévia por parte do técnico da Direção de Alimentação Animal (DAA) da Direção-Geral de Veterinário (DGVB), antes de dar início à laboração, para verificação e constatação do cumprimento das condições estabelecidas no Anexo II do referido regulamento comunitário. Entre estas salienta-se a avaliação das estruturas físicas sob o ponto de vista de adequada qualidade e segurança, a caracterização técnica do plano de produção em função das espécies/categorias animais de destino dos alimentos fabricados, a natureza e origem dos matérias-primas, aditivos e premíesterias utilizadas com apreciação da rastreabilidade e respectivas condições de armazenamento. São então avaliadas as medidas de carácter organizacional que garantam evitar contaminações cruzadas, atherosamentos e erros, bem como a implementação de um sistema eficaz de análises de perigos e pontos críticos de controlo (AFCPC) devidamente complementado através de um plano de controlo de qualidade adequado. Na sequência da visita técnica é emitido relatório de aprovação de acordo com o Mod.6/2/DGV.

Os alimentos compostos para as diversas espécies avícolas podem igualmente ser provenientes de trocas intra-comunitárias, pelo que os agentes económicos deverão estar devidamente registados como intermediários do sector dos alimentos para animais ao abrigo do artº 9º do Reg.(CE) nº 183/2005 e cumprir com os requisitos relevantes previstos igualmente no Anexo II do referido diploma legal.

A comprovação da manutenção dos requisitos especificados em ambos os tipos de actividade referenciada, é efectuada a jusante mediante acção de inspecção periódicas no âmbito do controlo oficial da alimentação animal, com colaboração de relatório de verificação segundo Mod. 721/DGV.

Pese embora a importação de países terceiros de alimentos compostos para animais produtores de géneros alimentícios seja legalmente admissível, esta é uma realidade que não se verifica a nível nacional.
Em termos de estrutura de produção, os alimentos para aves lideram o mercado nacional com cerca de 34-37% da produção anual.

Em termos de estrutura de produção, os alimentos para aves lideram o mercado nacional com cerca de 34-37% da produção anual. Os dados relativos ao teorico de alimentos compostos para galinhas reproduzidas nos últimos cinco anos pode ser escrito segundo a tabela que se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Produção Nacional de alimentos para aves (TON)</th>
<th>2004</th>
<th>2005</th>
<th>2006</th>
<th>2007</th>
<th>2008</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pastura e Reprodução</td>
<td>357 980</td>
<td>331 906</td>
<td>316 998</td>
<td>348 940</td>
<td>297 083</td>
</tr>
<tr>
<td>Ovinos</td>
<td>8 160</td>
<td>5 221</td>
<td>4 952</td>
<td>5 403</td>
<td>8 617</td>
</tr>
<tr>
<td>Frangos</td>
<td>51 785</td>
<td>29 256</td>
<td>34 962</td>
<td>32 933</td>
<td>35 631</td>
</tr>
<tr>
<td>Gallinas Poedeiros</td>
<td>206 153</td>
<td>212 859</td>
<td>192 336</td>
<td>220 775</td>
<td>188 558</td>
</tr>
<tr>
<td>Gallinas Reproductora</td>
<td>91 882</td>
<td>84 576</td>
<td>84 748</td>
<td>69 809</td>
<td>64 277</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.3. Guias de boas práticas de criação animal ou outras directizes:


2.4. Supervisão veterinária de rotina nas explorações

O manele alimentar, sanitário e clínico das explorações de bandos de reprodução é da competência do responsável sanitário das explorações que tem a seu cargo, nomeadamente, o controlo dos Planos e Programas de Prevenção e Sanitários das Explorações bem como de controlar directamente a execução do Plano Higio-sanitário dos estabelecimentos, de orientar e vigiar a administração de produtos biológicos de acordo com o rigorosamente previsto e controlar as condições de biossegurança da exploração.

A autoridade sanitária veterinária nacional – Direcção Geral de Veterinária – possui um sistema de atribuição de uma marca específica para cada exploração e intervém directamente nas explorações sempre que exista motivo de natureza sanitária que justifique essa intervenção. A DGV acata directamente sobre as explorações no contexto dos diferentes Planos de Controlo Oficiais, nomeadamente, no âmbito da vigilância da Gripe aviar, da Doença de Newcastle, da Salmonelose, do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos, Bem-Estar Animal, verificação do Livro do Registo de Medicamentos e sempre que o cenário de "emergência" sanitária assim o justifique.

2.5. Registro das explorações

Todos as explorações com bandos de reprodução de Gallus gallus do território nacional obrigadas por este Programa, de acordo com a Decreto-Lei nº 214/2008 de 10 de Novembro, devem estar registadas numa base de dados nacional.
2.4. Manutenção de registos nas explorações
Os Proprietários e Responsáveis dos Animais de reprodução devem zelar para que as explorações disponham de registos próprios actualizados, nos quais se encontrem informações relativamente a:
- Recetção de mercadorias: aves do dia, alimentos compostos, medicamentos e biocidas (origem, datas e quantidades)
- Parâmetros sanitários: mortalidade, traição, vacinações, mediocinhas e análises (fichas de produção)
- Parâmetros zootécnicos: taxas de crescimento, consumos de água e de alimentos

2.7. Documentos que acompanham os animais aquando da sua expedição.
Cada um dos bandos de galinhas reprodutoras enviado para abate é acompanhado por uma mensagem IRCA da qual consta todo o histórico sanitário do bando, nos termos do Regulamento nº 207/2006 do 3 de Dezembro.
A deslocação de aves para produção, repovoamento ou para abate imediato é feita a coberto de uma guia de circulação, de acordo com o Decreto-Lei nº 142/2006 de 21 de Agosto com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-lei nº 214/2008 de 10 de Novembro.

2.8. Outras medidas destinadas a assegurar a rastreabilidade dos animais.
As explorações industriais possuem uma identificação inequívoca ( Nº de Registo de Exploração) que é inscrita em todos os documentos de circulação que acompanham qualquer deslocação da totalidade ou parte dos animais dessa exploração, de acordo com o Decreto-Lei nº 214/2008 de 10 de Novembro.
Parte B

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Estado Membro: Portugal
Doença: Salmonelose e respectivos agentes (Salmonella Typhimurium, Salmonella Enteritidis, Salmonella Hadar, Salmonella Virchow e Salmonella Infantis)
Ano de execução: 2010
Pecado de co-financiamento comunitário para: 2010
População animal abrangida pelo programa: Bandos de reprodução de Gallus gallus
Referência do presente documento: Salm/Reprod/P1/2010
Contato (Nome, Tel., Fax, E-mail): Ana Filipa Lourenço tel: 213239651, fax: 213239644, a.lourenco@gav.mn-agriculture.pt
Data de envio à Comissão: 30 de Abril de 2009

2. DADOS HISTÓRICOS SOBRE A EVOLUÇÃO EPIDEMIOLOGICA DA DOENÇA


De acordo com os resultados apurados resultantes da implementação do Programa em 2007, a percentagem de positividade obtida foi de 13,67%.

Os resultados obtidos no ano de 2008 estão resumidos nas tabelas seguintes.

**Quadro 1**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>N° de bandos a amostrar</th>
<th>N° de bandos distintos amostrados</th>
<th>Percentagem execução (bandos controlados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>30</td>
<td>33</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>111</td>
<td>111</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>LVI</td>
<td>57</td>
<td>57</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Mad</td>
<td>5</td>
<td>5</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>3</td>
<td>3</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>709</td>
<td>209</td>
<td>100,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
De acordo com os dados obtidos resultantes da implementação do Programa Nacional de Controlo em 2008, a percentagem de positividade de bandos foi de 5.7%.

O objetivo comunitário para a redução de Salmonella Typhimurium, Salmonella Enteritidis, Salmonella Hadar, Salmonella Virchow e Salmonella Infantis em bandos de reprodução de Gallus gallus, é a redução, até ao dia 31 de Dezembro de 2009, para 1% ou menos, da percentagem máxima de bandos de aves adultas de reprodução, com 250 aves no mínimo, que permanecem positivos.

3. DESCRIPÇÃO DO PROGRAMA APRESENTADO


Este documento segue a metodologia dada pelo Regulamento (CE) n.º 1033/2005 para verificar o cumprimento do objectivo comunitário de redução da prevalência de salmonela, define a metodologia a ser utilizada, pelos proprietários ou responsáveis pelos Aviários de Reprodução e define também as metodologias a executar nas coletas oficiais.

Este Programa foi elaborado com base na seguinte legislação comunitária:
- Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003
- Regulamento (CE) n.º 1033/2005 da Comissão de 30 de Junho de 2005
- Regulamento (CE) n.º 213/2009 da Comissão de 18 de Março de 2009

A legislação nacional e comunitária aplicável ao Programa está listada no Anexo 1.

3.1. Objetivo do programa

De acordo com os resultados obtidos em 2008 (percentagem de positividade de 5.74%) e tendo em consideração as rigorosas medidas que lhes foram aplicadas durante o ano de 2008 pretende-se que o nível de infeção nos bandos de reprodução em 2009 seja cerca de 2.5% para a Salmonella Typhimurium, Salmonella Enteritidis, Salmonella Hadar, Salmonella Virchow e Salmonella Infantis.

3.2 Metodologia de Execução e Controlo do Plano

3.2.1 Base de Amostragem

A base de amostragem abrange todos os bandos de aves adultas da espécie Gallus gallus com, pelo menos, 250 aves (bandos de reprodução).
Os bondos de reprodução são amostrados por iniciativa do operador e como parte dos controles oficiais.

A - UNIVERSE DE APLICAÇÃO DO PLANO

Parque Nacional de Reprodutoras (Gallus gallus)

<table>
<thead>
<tr>
<th>DSVR</th>
<th>Nº total de explorações</th>
<th>Nº de explorações em produção</th>
<th>Nº total de explorações com mais 250 aves/bando</th>
<th>Nº total previsto de bandos em produção</th>
<th>Nº de aves (estimado)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>13</td>
<td>13</td>
<td>12</td>
<td>26</td>
<td>546.164</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>73</td>
<td>63</td>
<td>60</td>
<td>58</td>
<td>1.777.500</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>29</td>
<td>29</td>
<td>29</td>
<td>58</td>
<td>1.293.375</td>
</tr>
<tr>
<td>ALT</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>ALG</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>4</td>
<td>41.785</td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>4</td>
<td>16.450</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>117</td>
<td>107</td>
<td>103</td>
<td>190</td>
<td>3.675.274</td>
</tr>
</tbody>
</table>

3.2.1.1 Amostragens efetuadas pelo operador

A amostragem será efectuada em todos os bandos de uma exploração, com pelo menos 250 aves, durante a fase de cria e também durante o período de pastura de aves para incubação.

a) Período de cria/recría

A amostragem durante esta fase deverá ser efectuada em três ocasiões:
- Na dia de chegada e até às 72 horas de idade. Deverão ainda ser testados todos os animais mortos e chegados.
- Às 4 semanas de idade.
- Duas semanas antes de entrarem na fase de pastura.

b) Período de pastura

Durante o período de pastura a amostragem abrangendo todos os bandos de aves adultos da exploração efectua-se de duas em duas semanas.

A detecção dos serotipos de salmonelos (Salmonella Typhimurium, Salmonella Enteritidis, Salmonella Hadar, Salmonella Virchow e Salmonella Infantis) durante a amostragem por iniciativa do operador será notificada, sem demora, à autoridade competente pelo laboratório que realiza as análises.

3.2.1.1.1 Protocolo de amostragem efetuadas pelo operador

A amostragem consiste principalmente na recolha de amostras de matéria fecal e tem por objectivo detectar uma prevalência de 1% no bando, com um limite de confiança de 95%.

As amostras incluem um dos seguintes elementos:
- Amostras combinadas de excrementos, compostos de amostras separadas de excrementos frescos, pesando cada uma pelo menos 1 g, colhidas aleatoriamente em diversos pontos da instalação em que se encontra o bando ou, caso este tenha livre acesso a mais de uma instalação de uma determinada exploração, colhidas em cada grupo de instalações da exploração em que se encontra o bando. As fezes colhidas podem ser agrupadas para análise até um mínimo de dois grupos.
O nº de colheitas de fezes para constituir uma amostra composta deve ser efetuado em conformidade com a seguinte tabela:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nº de aves mantidas no bando</th>
<th>Nº de amostras de 1 grama de fezes a colher no pavilhão ou grupo de pavilhões da exploração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>250.349</td>
<td>200</td>
</tr>
<tr>
<td>350.449</td>
<td>220</td>
</tr>
<tr>
<td>450.799</td>
<td>250</td>
</tr>
<tr>
<td>500.999</td>
<td>260</td>
</tr>
<tr>
<td>1000 ou mais</td>
<td>300</td>
</tr>
</tbody>
</table>

b) Amostras de estregaçoes em botas e/ou amostras de pó:
As botas para estregaçao devem ser suficientemente absorventes de modo a absorver a humidade.

Humedecem-se a superfície das botas para estregaçao com diurante adequado (como 0,8 % cloreto de sódio, 0,1 % peptona em água desionizada estéril ou água estéril).

As amostras são colhidas enquanto se anda através da instalação. A detecção deve executar-se de tal forma que a amostra seja representativa de todas as zonas do sector, incluindo as zonas de cama e com chão de ripas, desde que seja seguro caminhar sobre essas ripas.
A amostragem deve incluir todos os diferentes compartimentos dentro de uma mesma instalação. Concluída a amostragem em determinado sector, devem retirarse cuidadosamente as botas para estregaçao de modo a não remover o material aderente.

As amostras devem consistir em:
1) cinco pares de botas para estregaçao, representando cada um cerca de 20 % da superfície da instalação. As amostras de estregaçoes podem ser agrupadas para análise num mínimo de duas grupos, ou
2) pelo menos um par de botas para estregaçao, representando a totalidade da superfície da instalação, e uma amostra de pó adicional colhida em diversos locais em toda a instalação em superfícies onde a presença de pó seja visível. Para colher esta amostra de pó, serão utilizados um ou vários tecidos para estregaçao húmedecidios com pelo menos, 900 cm² de área total.

c) Bandos criados em gaiolas
As amostras consistem em excrementos naturalmente misturados provenientes dos tapetes de evacuação do estero, das raspadeiras ou das fossas, dependendo do tipo de gaiola utilizada. Recolhem-se duais amostras de, pelo menos, 150 g, que serão analisadas individualmente:

- tapetes de evacuação do estero por baixo de cada piso de gaiolas que são regularmente accionados e descarregados para um sistema de parafuso sem fim ou um tapete rolante. Os tapetes são colocados
- sistema de fossa, em que existem deflectores por baixo das gaiolas que são raspados para uma fossa por baixo da instalação.
- sistema de fossa no caso de gaiolas montadas em escada, estando desalinhasadas, e os excrementos caem directamente para a fossa.
Numa instalação podem existir vários blocos de gaiolas. Na amostra global combinada deves encontrar-se representados os excrementos misturados de cada bloco. Para cada bando, deverá coletar-se duas amostras combinadas da seguinte forma:

- Sistemas em que existem tapetes ou raspadeiras: estes devem ser colocados em funcionamento no dia da amostragem antes da sua realização.
- Sistemas em que existem defletores por baixo das gaiolas e raspadeiras: recolhe-se os excrementos misturados que se depositaram na raspadeira após o seu funcionamento.
- Sistemas de gaiolas montadas em escada, sem sistema de tapete ou raspadeira: recolha dos excrementos misturados por todo o foso.
- Sistema de tapetes de evacuação do esterco: colhem-se os excrementos misturados nas extremidades de descarga dos tapetes.

Por forma a estabelecer e facilitar a execução destas colheitas foram elaborados e disponibilizados manuais de procedimentos para o operador comercial.

3.2.1.2 Amostragem de controlo oficial

A amostragem de rotina efectuar-se-á na exploração, por três vezes no decorrer do ciclo de produção:

a) No prazo de quatro semanas a seguir à passagem para o período ou fase de postura (aproximadamente a 20ª semana de vida);
b) No decorrer da produção, (aproximadamente a 44ª semana de vida);
c) No final do período de postura, no máximo oito semanas antes do final do ciclo de produção (aproximadamente a 54ª semana de vida);

3.2.1.2.1 Protocolo de Amostragem oficial

a) A amostragem de rotina é descrita no ponto 3.2.1.1.1

b) Casos suspeitos

Em casos excepcionais, em que a autoridade competente tenha motivo para suspeitar da ocorrência de resultados falsos negativos, na primeira amostragem oficial na exploração, pode efectuar-se uma segunda amostragem de confirmação oficial, composta de excrementos ou de ovos (para deteção das salmonelas nos órgãos).

Em casos excepcionais, em que a autoridade competente tenha motivo para suspeitar da ocorrência de resultados falsos positivos na amostragem realizada por iniciativa do operador na exploração, pode efectuar-se uma outra amostragem oficial.

Sempre que formalmente solicitado, no prazo de 72 horas após a notificação oficial, por parte de qualquer um dos intervenientes do PNCS (operador ou autoridade competente), podem ser contestados os resultados (positivos ou negativos) de um bando de reprodução, sendo efectuada pela ESVR nova amostragem, composta de excrementos e de ovos. A colheita de amostras de matéria fecal será realizada de acordo com o protocolo anteriormente descrito. Serão também colhidas, de forma aleatória, pelo menos 5 ovos de cada bando, por pavilhão, para detecção de salmonelas nos órgãos.

Concomitantemente com os testes de detecção de salmonelas, serão efectuados testes de pesquisa de agentes antimicrobianos ou de efeito inibidor do crescimento bacteriano, nos excrementos. Se não se detectar o presença de salmonelas pertinientes e si os de agentes antimicrobianos ou de efeito inibidor do crescimento bacteriano, o bando será controlado, para efeitos do objectivo comunitário, como infectado.
Estas análises serão efectuadas de acordo com a opção do operador num laboratório autorizado pela DGV para o efeito. Os laboratórios são reconhecidos pela INRB-LNIV, posteriormente autorizados pela DGV e comprometem-se a respeitar o circuito de informação definido (Anexo 4).

Todo o procedimento é controlado presencialmente pelos Serviços Oficiais. O laboratório de deteção efectua simultaneamente a pesquisa preliminar de substâncias antimicrobianas.

No caso de resultados positivos à deteção as estípres são enviadas ao Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

As despesas com as análises efectuadas são da responsabilidade de quem contesta os resultados iniciais.

3.3. Métodos de amostragem e de análise laboratorial

3.3.1 Laboratórios

O Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge é o Laboratório Nacional de Referência para a Salmonella.

O Instituto Nacional de Recursos Biológicos-Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (INRB-LNIV) é o laboratório nacional de referência para as Salmonelas animais, a quem compete coordenar e aprovar os laboratórios de rastreio oficiais e privados (Anexo 2).

Laboratório de Referência Nacional:
Laboratório Nacional de Investigação Veterinária - Lisboa
 Estrada de Benfica n.º 701
 1500 Lisboa
 Telefone: 217115200
 fax: 217160029

Todas os laboratórios onde são analisadas as amostras oficiais ou do operador efectuadas ao abrigo do presente plano são reconhecidos pelo INRB-LNIV, posteriormente autorizados pela DGV (Anexo 2) e comprometem-se, através da celebração de um protocolo, a respeitar o circuito de informação definido pela autoridade competente (Anexo 4).

3.3.2. Metodologia de análise das amostras

A metodologia de análise das amostras está descrita no Anexo 3.

3.4 - Declaração de um caso suspeito ou de confirmação da doença

Um bando de reprodução é considerado positivo para efeitos de verificação da consecução do objectivo comunitário, se for detectado a presença das salmonelas Salmonella Typhimurium, Salmonella Enteritidis, Salmonella Hadar, Salmonella Virchow e Salmonella Infantis (exceção estípres de vacina) numa ou mais de que uma amostra de excrementos (ou se houver confirmação oficial secundária, nas amostras relevantes tanto de excrementos como dos órgãos das aves), coletadas na exploração.

Tal não se aplica em casos excepcionais de bandos de reprodução suspeitos, em que a amostragem oficial, realizada por iniciativa do operador, não confirmou a existência de salmonelas na exploração.

Dever-se-á em conta os resultados cumulativos de colheita de amostras e análises nos bandos de reprodução, a nível de exploração, ou seja, cada bando de reprodução só é contabilizado uma vez, independentemente do número de operações de colheita de amostras e de análises efectuadas.
3.5.1 Detecção De Positividade Nos Alimentos Compostos

No momento da colheita de amostras oficiais numa exploração ou em caso de suspeita podem ser efectuadas colheitas nos alimentos compostos utilizados para a alimentação das aves de capoeira, ao abrigo do referido no Capítulo II do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Sempre que se verificar que uma amostra é positiva no que se refere à Salmonela, será conduzida uma investigação epidemiológica como previsdo no Artigo 8º do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto.

Está igualmente implementado um Plano Nacional para o controlo Oficial da alimentação animal (CAA), o qual é planificado ao abrigo do Reg. (CE) nº 882/2004, que inclui controlo físico e documental nos operadores do sector dos alimentos para animais.

Diagrama relativo ao Controlo Oficial da Alimentação Animal

---

Diagrama:

- **DGV**: Direcção-Geral de Veterinária
- **DAA**: Divisão de Alimentação Animal
- **ASAE**: Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica
- **DGSU**: Público
- **INRB**: Instituto Nacional de Recursos Biológicos
- **BIP**: Postas de Inspeção Fronteiras (Border Inspection Points)
- **DSV**: Direcções Regionais da ASAE
- **DSVR**: Direcções de Serviços Veterinários Regionais
- **DGAEIC**: Direcção-Geral das Almôndegas e Impostos Especiais sobre o Consumo

Legenda:

- **DGV**: Direcção-Geral de Veterinária
- **ASAE**: Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica
- **DSVR**: Direcções de Serviços Veterinários Regionais
- **DGAEIC**: Direcção-Geral das Almôndegas e Impostos Especiais sobre o Consumo

---

Fontes:

1. *DGV* - Direcção-Geral de Veterinária
2. *DAA* - Divisão de Alimentação Animal
3. *ASAE* - Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica
4. *DSVR* - Direcções Regionais da ASAE
5. *DGAEIC* - Direcção-Geral das Almôndegas e Impostos Especiais sobre o Consumo

---

FICHA DA ACADEMIA DAS HILIAN ARTES, 3-1149-115 LISBOA
TEL. 213215590
FAX 21462559/12332564
Página 14 de 42

Saim/Reprod/PTI2010
Neste plano, e na sequência da recolha de amostras para ensaio laboratorial, prevê-se a pesquisa de Salmonella em 10% das amostras a colher em todo o universo das fabricantes nacionais de alimentos compostos (sejam industriais ou auto-produtores). As amostras prevêem alimentos compostos para todos os espécies/categorias de animais de exploração, estando incluídos os alimentos compostos para aves.

O CAA prevê o controlo em todos os operadores do sector da alimentação animal considerados ao abrigo do Reg (CE) 183/2003, nomeadamente:
A. Explorações pecuárias,
B. Fabricantes de aditivos, fabricantes de pré-misturas e fabricantes de alimentos compostos (industriais e auto-produtores),
C. Intermediários (distribuidores, operadores/receptores EU e importadores de países terceiros)
D. Transportadores
E. Venda a retalho

O controlo pode ser simplesmente documental (audita de verificação) como em D e E, ou documental e físico com colheita de amostras nos restantes casos. A pesquisa de Salmonella é feita ao CAA nos fabricantes de alimentos compostos (industriais - feed mille e auto-produtores- on-farm mixers) em 10% das amostras colhidas, de forma a garantir a inocuidade dos produtos fabricados a nível nacional. Também durante as visitas para controlo documental é avaliado o sistema de HACCP implementado pelos estabelecimentos do sector, bem como os resultados dos respectivos auto-controlos, em que se constata a decisão de presença de Salmonella como PCC e respectivos resultados obtidos com ações preventivas e correctivas acurando de não conformidades.

Esta situação também é válida aquando das visitas técnicas para aprovação dos estabelecimentos ao abrigo do artº 19º do Reg. (CE) 183/2003 relativo aos requisitos de higiene dos alimentos para animais. A nível das importações de países terceiros a pesquisa de Salmonella é obrigatória em todas as remessas de farinha de peixe ou outras proteínas animais transformadas importadas ao abrigo da legislação comunitária em vigor - Reg. 1774/2002- não sendo possível a concessão de livre prática sem se comprovar a respectiva negatividade nas amostras. Nos restantes produtos a importar de países terceiros está igualmente prevista no CAA a amostragem com carácter eletróico de cereais e de alimentos compostos (animais de exploração e de companhia) para pesquisa de Salmonella.

As amostras de alimentos para animais são colhidas pelos serviços veterinários regionais (DSVR) do DGV a nível dos operadores do sector da alimentação animal bem como pelos PIF a nível das importações de países terceiros e são enviadas para pesquisa de Salmonella e outras determinações para o INRB, IP/LNV que é o Laboratório de Referência Nacional para alimentação animal ao abrigo do artº 21º da Dir. 95/55/CE, bem como o Laboratório de Referência Nacional para a Salmonella.

Tal como já referido o CAA é efectuado ao abrigo do Reg (CE) 882/2004, cujas normas nacionais de execução estão em elaboração).

A colheita de amostras de alimentos para animais seguido o procedimento estabelecido na NP 3256, a qual homologa a 1ª Directiva da Comissão 76/371/CEE de 1 de Março, que estabelece os métodos de amostragem comunitários para o controlo oficial da alimentação animal, tendo ainda em consideração a EN/ISO 6497. A pesquisa de Salmonella nos alimentos para animais é efectuada de acordo com o procedimento descrito na EN/ISO 6579.
3.5.2. Detecção de positividade em alimentos

No âmbito do plano oficial de controlo dos estabelecimentos (PACE – Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos) as serviços oficiais verificam o cumprimento, por parte dos operadores, dos critérios de segurança e higiene estipulados pelo Regulamento n.º 2073/2005, no qual está incluída a contagem da Salmonella (critério de segurança - pontos 1.4, 1.5, 1.7, 1.8, 1.9: critério de higiene - 2.1.5).

- Sempre que os controlos efectuados pelos operadores aconcharem resultados positivos existe a obrigatoriedade de comunicação dos mesmos à autoridade competente, disposição prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 193/2004 de 17 de Agosto, que transpõe para ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/99 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro.

É implementado anualmente um Plano Nacional Oficial para a Vigilância das Zoonoses e "esca de Agentes Zoonóticos, que contempla coletas de amostras ao longo da cadeia alimentar, em diversas matrizes em função do agente zoonótico em causa.

3.5 - Medidas adoptadas pelas Autoridades Competentes

3.5.1 Medidas a implementar nos bando com isolamento de Salmonella sp enquanto se aguarda pelo resultado da serolipificação

- Colocação do bando em vigilância sanitária.
- Reforço das medidas de biossegurança.
- Obrigatoriedade de manutenção de registos actualizados para que seja possível, em qualquer momento, efectuar a rastreabilidade do lote (e eventual descendência).
- Efectuar a vigilância activa do bando avaliando os registos de produção.
- Obrigatoriedade de incubação dos ovos do bando positivo separadamente, imediatamente após a notificação efectuada pelos serviços oficiais.

3.5.2. Actuação em casos de resultados positivos à serolipificação

3.5.2.1. Positivo para qualquer serótipo diferente de Salmonella Enteritidis. Salmonella Typhimurium, Salmonella Hadar, Salmonella Virschow e Salmonella Infantis

Implementar medidas adicionais de biossegurança.

Livre prática do bando.

3.5.2.2 Positivo para Salmonella Enteritidis e/ou Salmonella Typhimurium

Medidas adicionais a implementar

Sequestro sanitário do bando e vigilância da exploração.

Abate sanitário do bando: o abate será realizado em estabelecimento de abate de aves aprovado, mediante autorização do DSVR, no final do dia de abate ou em dia determinado exclusivamente para o efeito. A Inspeção Sanitária tomará as medidas necessárias para garantir a higiene do mesmo e a eliminação de todas as aves para subprodutos, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1774/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002.

Os ovos não incubados provenientes do bando positivo podem ser encaminhados para unidades de produção de ovoprodutos desde que se tenha procedido, 21 dias antes, ao abate dos machos do bando. Em alternativa devem desinfectar-se à eliminação como subprodutos e considerados como material de categoria 2 em
conformidade com o Regulamento CE n.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 3 de Outubro.

Os ovos já incubados provenientes do bando positivo devem destiná-lo à eliminação como subprodutos e considerados como material de categoria 2, em conformidade com o Regulamento CE n.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 3 de Outubro.

As aves e ovos destruídos serão indemnizadas de acordo com o disposto no Despacho Conjunto nº 530/2006 de 16 de Maio.

Todos os outros bandos existentes na exploração são sujeitos à amostragem pela Autoridade Competente.

3.5.2.2 Positiva para Salmonella Virchow, Salmonella Infantis e Salmonella Hadar

Reforço das medidas de biossegurança na exploração.

Vigilância daxy à bando e da exploração.

Verificação dos registos de produção do bando positivo.

3.5.2.3 Repovoamento

Após a limpeza, incluindo a eliminação higiénica dos dejectos e camas, e desinfeção dos pavilhões anteriormente ocupados pelos efectivos positivos, deve o avicultor proceder à recolha de amostras ambientais.

Os custos decorrentes desta amostragem serão sempre suportados pelo operador. Sempre que a DGVR assim o determinar, o repovoamento dos pavilhões só poderá efectuar-se depois das colheitas de amostras ambientais terem sido negativas.

Para tal, tem o avicultor que apresentar à autoridade competente evidências dos resultados das referidas análises. Sempre que os serviços oficiais assim o determinarem, poderá ser efectuado coletiva oficial de amostras ambientais.

Deve o repovoamento ser assegurado com ovos ou aves provenientes de:

a) Explorações avícolas e/ou centros de incubação regularmente inspecionadas pelas Autoridades Veterinárias.

b) Explorações avícolas e/ou centros de incubação submetidas a controlos regulares para a pesquisa de Salmonetos.

c) Explorações avícolas e/ou centros de incubação onde não tenha sido isolado nem Salmonella Typhimurium, Salmonella Enteritidis, Salmonella Hadar, Salmonella Infantis e Salmonella Virchow.

d) Explorações avícolas e centros de incubação que satisfaçam as regras de higiene e sanitidade previstas no Decreto-Lei 141/98 de 16 de Maio.

Após o repovoamento, obrigatoriamente todas as aves do novo bando serão sujeitas à aplicação de programa de vacinação contra Salmonella Enteritidis.

3.5.3. Medidas de Biossegurança

Para evitar a (re)introdução de Salmonella num aviário de reprodução serão tomadas as seguintes medidas de biossegurança:

Proteção Sanitária das explorações:

Todas as explorações devem ter o seu perímetro vedado de forma a impedir a entrada de animais domésticos e selvagens, pessoas e veículos não essenciais. O acesso deve ser reservado apenas aos veículos estitamente indispensáveis (transporte de animais e alimentos); estes devem ser previamente desinfetados.
O acesso à exploração deve ser estitutamente limitado ao pessoal indispensável; proprietários e tratadores devem evitar quaisquer contactos com aves de outras explorações ou de criação doméstica e outros animais. Deverá existir vestuário de protecção completa (fato, botas e gorro) para uso exclusivo na exploração.

Verificar cuidadosamente a integridade dos dispositivos de protecção contra a entrada de animais silvestres (redes das janelas, grelha dos ventiladores).

Interditar o uso de bebadeiros (exceção pipetas) nos parques exteriores a que têm acesso as aves criados em regimes especiais (or livre).

Interditar o fornecimento de alimentos nos parques exteriores.

Garantir a integridade das embalagens e armazenagem em local fechado e com protecção integral contra aves e roedores. Qualquer caixão ocidental deverá ser prontamente limpo, inclusive com o recurso a água corrente.

Deve proceder-se à recolha de aves mortas duas vezes por dia efectuando a destruição dos cadáveres de acordo com as disposições legais aplicáveis.

**Medidas gerais de higiene**

As camas, as penas e os restos de cascas de ovos devem ser encaminhados de forma controlada para sistemas de tratamento que garantam a respectiva descontaminação (compostagem, sistemas de biogás, deposição em ato, incineração). Os escombros e as poças devem ser removidos do pavilhão logo que recolhidas as aves.

Deve proceder-se a desinfeção sistemática, entre ciclos de produção, de todos os locais, equipamentos e utensílios, recorrendo, de preferência, à utilização consecutiva de dois desinfectantes.

Deve promover-se uma desinfeção eficaz dos equipamentos, locais, materiais, veículos de transporte (elevadores), vestuário e calçado (elevadores); interdição de entrada de pessoas estranhas à exploração e de todo o tipo de animais domésticos.

Cada exploração deverá dispor de um protocolo escrito de limpeza, desinfeção, e de aplicação de programas de controlo de pragas, com especial incidência nos roedores, com supervisão do Médico Veterinário responsável, que deverá ser rigorosamente aplicado após o vazio sanitário. Os vazios sanitários devem ser efectuados de forma correcta, utilizando desinfectantes de uso veterinário previstos na lista referida no Anexo 4.

Utilização de água potável/tratada na exploração e manutenção de registo de análises periódicas de água.

**Condições de armazenagem**

O eventual armazenamento de aparas de madeira ou quaisquer outros materiais a aplicar no corno das aves deve ser efectuado em espaço fechado devidamente protegido contra a intuição de aves silvestres.

O abastecimento e armazenagem de rações ou matérias primas e a distribuição da alimentação às aves de produção, devem ser efectuado de forma a não atrair aves selvagens.

Qualquer destaque de rações ou de matérias primas deve ser objecto de limpeza imediata. Evitar quaisquer derrames de ração efectuado a limpeza criteriosa, incluindo lavagem com água corrente, do espaço envolvente do sito de armazenagem após as entregas de alimentação compostos.

Após o lavagem e a desinfeção, as jaulas vazias e outros utensílios associados à produção devem ser armazenados em espaço fechado por forma a evitar o contacto com aves silvestres.
Registos nas explorações

Os proprietários e responsáveis dos Aviários de Reprodução devem zelar para que as explorações disponham de registos próprios por cada núcleo de produção ou por cada bando ou ciclo de produção, actualizados, nos quais se encontre informação relativamente a:

- Data de entrada e proveniência das aves
- Produção observada
- Mortalidade e mortalidade observadas e respectivas causas
- Exames laboratoriais efectuados e resultados obtidos
- Programas de vacinação, tratamentos efectuados e respectivos resultados
- Destino das aves de incubação ou das aves
- Data de saída

Estes registos devem ser mantidos por três anos.

Os aviários de reprodução devem ter assegurada a assistência de um Médico Veterinário que tem como responsabilidade, nomeadamente, o envio à Autoridade Competente dos Planos e Programas de Profilaxia e Sanitários das Explorações bem como de controlar directamente a execução do plano higio-sanitário do estabelecimento e de orientar e vigiar a administração de produtos biológicos de acordo com o legalmente previsto.

3.6 Medidas De Controlo No Que Diz Respeito À Aplicação De Vacinas/Tratamentos

Legislação Comunitária de suporte: Regulamento (CE) nº 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto.

Controlo da utilização de antibióticos

Os agentes antimicrobianos não serão utilizados como um método específico para controlar as salmonelas nas aves de capoeira, podendo apenas ser utilizados nas circunstâncias excepcionais previstas no artigo nº 2 do Regulamento (CE) nº 1177/2006 da Comissão de 1 de Agosto.

A utilização de antibióticos, que potencialmente poderão afectar o resultado da análise, será controlada nas visitas efectuadas pela autoridade competente mediante controlos documentais dos registos da exploração.

Vacinação

É permitida a vacinação, por opção do avicultor, com recurso a vacinas autorizadas, durante a fase de recría e antes do início da postura. Esta vacinação é obrigatória, nos bandos de reposição, após o abate de bandos positivos a qualquer um dos serótipos contemplados neste programa.
4. MEDIDAS DO PROGRAMA APRESENTADO

4.1 Resumo das medidas ao abrigo do programa

Duração: 1 ano
Primeiro ano: 2010 - Último Ano: 2011
- Vigilância
- Controle
  - Testes
  - Abate de Animais positivos
  - Eliminação dos Produtos

4.2 Designação da Autoridade Central encarregada do Controlo e da Coordenação dos Serviços competentes para a execução do plano

A Direção Geral de Veterinária (DGV) é a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional responsável pela elaboração, coordenação e aplicação do Plano.

As Direcções de Serviços Veterinários Regionais (DSVR) têm a seu cargo o controlo e execução das diferentes acções nas suas áreas de influência, incluindo a colheita de amostras oficiais.

São cinco as Direcções de Serviços Veterinários Regionais no Continente. Nas Regiões Autónomas da Madeira (RAM) e Açores (RAA) as entidades oficiais responsáveis são a Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Direção Regional do Desenvolvimento Agrário, respectivamente.

As cinco Direcções de Serviços Veterinários Regionais no Continente designam-se pelos seguintes siglas:

6. N - Norte
7. C - Centro
8. LVT - Lisboa e Vale do Tejo
9. ALT - Alentejo
10. ALG - Algarve

As colheitas de amostras do operador serão efectuadas sob responsabilidade do médico veterinário assistente das explorações.
4.3 Descrição e delimitação das áreas geográficas e administrativas em que o Programa vai ser executado

O programa será aplicado em todo o território de Portugal Continental e nas Regiões Autónomas de Madeira e Açores (mapas que se seguem).
4.4 Medidas aplicadas ao abrigo do Programa

4.4.1. Medidas e legislação aplicável relativamente ao registo de explorações

Todos os aviários de reprodução da território nacional abrangidos por este Programa, de acordo com o Decreto-lei nº 214/2008 de 10 de Novembro, devem estar registados numa base de dados nacional.

4.4.2. Medidas e legislação aplicável relativamente à identificação de animais

Não aplicável às aves de capaera.

4.4.3. Medidas e legislação aplicável relativamente à notificação da doença

A salmonelose é uma doença de declaração obrigatória desde 1953, fazendo parte do quadro nosológico anexo ao Decreto-Lei nº 39209 de 1953.

4.4.4. Medidas e legislação aplicável relativamente às medidas em caso de resultado positivo

Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Directiva n.º 2003/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro são confirmadas as suspeitas e definidas as medidas de controlo. Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium e/ou Salmonella Enteritidis num aviário de reprodução, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.6.1

4.4.5. Medidas e legislação aplicável relativamente às diferentes qualificações dos animais e dos efectivos

Não aplicável.

4.4.6. Procedimentos de controlo e, nomeadamente, as regras relativas à circulação dos animais susceptíveis de serem afectados ou contaminados por uma determinada doença e ao exame regular das explorações ou zonas em causa:

Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium, Salmonella Enteritidis, Salmonella Hadar, Salmonella Virchow e Salmonella Infantis num aviário de reprodução, serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.5.

Os aviários de reprodução são controlados sempre que são realizadas as coletas oficiais de amostras e sempre que a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional assim o determine.

4.4.7. Medidas e legislação aplicável relativamente ao controlo da doença

A legislação de suporte é o Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto e os procedimentos estão descritos no ponto 3 do presente documento.
4.4.8. Medidas e legislação aplicável relativamente à compensação dos proprietários de animais abalidos e sujeitos a ocasião:

Sempre que se confirmar a presença de Salmonella Typhimurium a/ou Salmonella Enteritidis num bando de galinhas reprodutoras serão tomadas as medidas descritas no ponto 3.5.2

As aves e ovos destruídos serão indemnizados de acordo com o disposto no Despacho Conjunto nº 530/2000 de 16 de Maio.

a) VALOR MÉDIO DAS AVES ............................................................... 8,41 €
b) VALOR DAS RAÇÕES DESTRUIDAS ........................................... 0,2493 €/Kg
c) REFORÇO DAS OPERAÇÕES DE BIOSEGURANÇA ..................... 0,4489 €/m²
d) OPERAÇÕES DE DESESTRUIÇÃO DE MATERIAL INFECTADO INCLUINDO AS AVES ............................................................... 0,0598 €/Ave
e) VALOR DOS OVOS DESTRUIDOS .......................................................... 0,0493 €/ovo

4.4.9. Informações e avaliação sobre gestão e infra-estrutura de medidas de biossegurança em vigor nos/naos bandos/explorações abrangendo(a)s:

As medidas de biossegurança implementadas nas explorações serão verificadas no âmbito dos Controles Oficiais efectuados, através do preenchimento de uma check-list criada para o efeito (Anexo 5)
5. DESCRIÇÃO GERAL DOS CUSTOS E BENEFÍCIOS DO PLANO

O Plano irá ser aplicado nos Aviários de Reprodução de aves Gallus gallus.

Numa definição de custo/benefício há que ter em conta diversos factores entre os quais o custo da doença que corresponde às perdas directas (custo da mortalidade e custo da diminuição da produção) e às perdas indirectas (por exemplo os entraves ao livre comércio).

A implementação do Programa permite avaliar a situação epidemiológica da doença nos Aviários de Reprodução e consequentemente diminuir a sua prevalência através dos medicações e medidas sanitárias que vierem a ser implementadas.

De referir ainda os benefícios resultantes da diminuição das taxas de infecção da população animal em causa, associados à diminuição da probabilidade de transmissão da doença à população humana, com os benefícios sócio-económicos daí inerentes.

Os custos do Plano são apresentados no ponto 8.
6. Dados sobre a evolução epidemiológica da doença

4.1.2. Dados sobre a evolução da doença

**Espécie:** Bovinos de reprodução de G. gallus

**Doença/Infecção:** Salmonelose

### Situação em Data: 31 de Dezembro de 2006

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Tipo de Bando</th>
<th>N° total de bandos</th>
<th>N° total de animais</th>
<th>N° total de bandos no âmbito do programa</th>
<th>N° de bandos positivos</th>
<th>N° de bandas despejadas</th>
<th>N° total de animais obduzidos ou destruídos</th>
<th>Quantidade de evacuadas</th>
<th>Quantidade de evacuadas para aves estériles</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ORA/DMA</td>
<td>Reprodução</td>
<td>16</td>
<td>428.640</td>
<td>16</td>
<td>14</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>ORAB</td>
<td>Reprodução</td>
<td>76</td>
<td>1.774.156</td>
<td>76</td>
<td>12</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>ORABO</td>
<td>Reprodução</td>
<td>24</td>
<td>1.540.639</td>
<td>24</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td></td>
<td>116</td>
<td>3.723.432</td>
<td>116</td>
<td>29</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Observações: dados em cor de vermelho indicam alterações significativas.

### Situação em Data: 31 de Dezembro de 2007

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Tipo de Bando</th>
<th>N° total de bandos</th>
<th>N° total de animais</th>
<th>N° total de bandos no âmbito do programa</th>
<th>N° de bandos positivos</th>
<th>N° de bandas despejadas</th>
<th>N° total de animais obduzidos ou destruídos</th>
<th>Quantidade de evacuadas</th>
<th>Quantidade de evacuadas para aves estériles</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>Reprodução</td>
<td>24</td>
<td>408.640</td>
<td>24</td>
<td>31</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>Reprodução</td>
<td>92</td>
<td>1.774.156</td>
<td>92</td>
<td>15</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>Reprodução</td>
<td>24</td>
<td>1.540.639</td>
<td>24</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Modena</td>
<td>Reprodução</td>
<td>2</td>
<td>7.490</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Acores</td>
<td>Reprodução</td>
<td>1</td>
<td>4.400</td>
<td>1</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td></td>
<td>140</td>
<td>3.723.432</td>
<td>140</td>
<td>57</td>
<td>2</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Situação em (data): 31 de Dezembro de 2008

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Tipo de Bando</th>
<th>N° total de bandos</th>
<th>N° total de animais</th>
<th>N° total de efetivos no âmbito do programa</th>
<th>N° de efetivos contados</th>
<th>N° de bandos positivos</th>
<th>N° de efetivos desposados</th>
<th>N° total de animais afetados ou destruídos</th>
<th>Quantidade de ovos canalizados para ovoprodutos (nº ou Kg)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>Bandos de reprodução de Gallus gallus</td>
<td>32</td>
<td>428.531,00</td>
<td>30</td>
<td>20</td>
<td>0</td>
<td>3</td>
<td>2</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>Bandos de reprodução de Gallus gallus</td>
<td>57</td>
<td>1.034.770,00</td>
<td>91</td>
<td>87</td>
<td>0</td>
<td>3</td>
<td>2</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>LYT</td>
<td>Bandos de reprodução de Gallus gallus</td>
<td>0</td>
<td>0,00</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>ALT</td>
<td>Bandos de reprodução de Gallus gallus</td>
<td>0</td>
<td>0,00</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>ALG</td>
<td>Bandos de reprodução de Gallus gallus</td>
<td>0</td>
<td>0,00</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira</td>
<td>Bandos de reprodução de Gallus gallus</td>
<td>5</td>
<td>33.428,00</td>
<td>5</td>
<td>5</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>1</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Aparelhos</td>
<td>Bandos de reprodução de Gallus gallus</td>
<td>3</td>
<td>13.100,00</td>
<td>3</td>
<td>3</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>Bandos de reprodução de Gallus gallus</td>
<td>206</td>
<td>2.940.219,00</td>
<td>209</td>
<td>209</td>
<td>11</td>
<td>0</td>
<td>9</td>
<td>7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* a1 = Salmonella Enteritidis
* a2 = Salmonella Typhimurium
* a3 = Salmonella Enteritidis ou Salmonella Typhimurium
* a4 = Outras serotipos

* Deus, um bando positivo a S. Enteritidis foi incluído nos outros serotipos, caso não forem ser aplicadas as medidas referidas no programa para 2008.
6.2. Dados estratificados sobre vigilância e testes laboratoriais

**Espécie:** Pombos de reprodução de Gallus gallus

**Doença:** Salmonelose

**Descrição dos testes microbiológicos utilizados:** O método de detecção utilizado foi o método recomendado pelo Laboratório de Comunidade de Referência (LCR) para as salmonelas, situado em Bilhoven, Póvoas de Areia, de acordo com o Regulamento (CE) 1168/2006 da Comissão de 31 de Julho de 2006, que prevê a utilização de um meio semi-sólido imunológico Rappaport-Vassiliadis semi-sólido modificado, MSRIV, como único meio de enriquecimento seletivo. Para cada amostra positiva (detecção de Salmonella spp) tez-se a tipagem de um isolado pelo sistema Kauffmann-White.

**Ano: 2006**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Testes serológicos</th>
<th>Testes microbiológicos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>nº de amostras testadas</td>
<td>nº de amostras positivas</td>
</tr>
<tr>
<td>DRAEMI</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>DRABC</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>DRARO</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>558</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

n.a. – não aplicável

**Ano: 2007**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Testes serológicos</th>
<th>Testes microbiológicos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>nº de amostras testadas</td>
<td>nº de amostras positivas</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>LTV</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>Madera</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>524</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

n.a. não aplicável

**Ano: 2008**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Testes serológicos</th>
<th>Testes microbiológicos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>nº de amostras testadas</td>
<td>nº de amostras positivas</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>LTV</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>ALT</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>ALG</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>n.a.</td>
<td>n.a.</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>2164</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

n.a. não aplicável
6.3. Dados sobre a Infeção

Espécie: Bandos de reprodução de Gallus gallus

Doença: Salmonelose

Ano: 2006

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº de bandos infectados</th>
<th>Nº de animais infectados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ORAO</td>
<td>0</td>
<td>n.d.</td>
</tr>
<tr>
<td>ORABIL</td>
<td>13</td>
<td>n.d.</td>
</tr>
<tr>
<td>ORARO</td>
<td>3</td>
<td>n.d.</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>16</td>
<td>n.d.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

n.d. = não determinado

Ano: 2007

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº de bandos infectados</th>
<th>Nº de animais infectados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1</td>
<td>13.4.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>15</td>
<td>81.777</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira</td>
<td>2</td>
<td>7.151</td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>18</td>
<td>134.342</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Ano: 2008

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº de bandos infectados</th>
<th>Nº de animais nos bandos infectados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>2</td>
<td>25.325</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>3</td>
<td>14.613</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>5</td>
<td>51.732</td>
</tr>
<tr>
<td>ALT</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>ALG</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira</td>
<td>1</td>
<td>6.400</td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>11</td>
<td>98.070</td>
</tr>
</tbody>
</table>
6.4. Dados sobre programas de vacinação ou de tratamento

Espécie: Bandos de reprodução de Gallus gallus

Doença: Salmonела

Estes dados não estão disponíveis, uma vez que a vacinação é efectuada voluntariamente pelo avicultor.

7. OBJECTIVOS

7.1 Objectivos relacionados com os testes
7.1.1. Objectivos em termos de testes de diagnóstico
7.1.1.1 Número e características dos testes

| Ano 2010 |
|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| **Tipo de teste** | **População abrangida** | **Tipo de amostra** | **Objetivo** | **No de testes previstos** |
| Deteção | Bandos de Reprodutores de Gallus gallus | Teste | Detecção isolamento | 10.640 |
| Serotipificação - Método de Kaufmann-White | Isolados das amostras positivas | Serotipificação | 266 |
| TSA | Estirpe isolada | Teste susceptibilidade antimicrobiana | 19 |
### 7.3 Objectivo em termos de teste bandos - Ano 2010

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>N° Total de Bandos</th>
<th>N° Total de Animais Testados</th>
<th>N° Total de Animais com Testes Positivos</th>
<th>N° de Bandos que se prevê dispensar</th>
<th>N° de Bandos que se prevê obter ou cancelar</th>
<th>Quantidade prevista de ovos destinados (N° ou KG)</th>
<th>Quantidade prevista de aves destinadas para aves depuradas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>25</td>
<td>145.064</td>
<td>26</td>
<td>26</td>
<td>2</td>
<td>97.504</td>
<td>261.304</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>91</td>
<td>1.071.380</td>
<td>76</td>
<td>76</td>
<td>6</td>
<td>32:528</td>
<td>552.234</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>33</td>
<td>1.097.956</td>
<td>76</td>
<td>76</td>
<td>6</td>
<td>37:334</td>
<td>402.502</td>
</tr>
<tr>
<td>ALG</td>
<td>2</td>
<td>3.700</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Vizinhos</td>
<td>4</td>
<td>41.785</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>97.425</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### 7.3 Objectivos em termos de vacinação - 2010

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>N° Total de Bandos</th>
<th>N° Total de Animais Abrangidos pelo Programa de Vacinação</th>
<th>Informação sobre o Programa de Vacinação</th>
<th>N° de Bandos que se prevê vacinar</th>
<th>N° de Animais que se prevê vacinar</th>
<th>N° de Doses de Vaca que se prevê administrar</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>26</td>
<td>544.164</td>
<td>1</td>
<td>21.006</td>
<td>63.019</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>78</td>
<td>1.777.500</td>
<td>2</td>
<td>44.438</td>
<td>133.313</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>58</td>
<td>1.293.375</td>
<td>1</td>
<td>32.334</td>
<td>57.003</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ALG</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira</td>
<td>4</td>
<td>41.785</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Açores</td>
<td>4</td>
<td>16.450</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>196</td>
<td>3.675.274</td>
<td>5</td>
<td>97.778</td>
<td>293.333</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Considerando que se vacinam os bandos de repovoamento, após o abate sanitário dos bandos positivos.
8. ANÁLISE DE POMENORIZADA DO CUSTO DO PROGRAMA

8.1. - Plano de Ação

a) **COLHEITA DE AMOSTRAS** (Responsabilidade do operador)

Em média, cada bando, desde a fase de cria e durante a fase de produção é amostrado pelo operador de duas em duas semanas, o que perfez um total de 9880 análises de detecção.

b) **COLHEITA DE AMOSTRAS OFICIAIS** (Responsabilidade das autoridades oficiais)

São 2 intervenções por bando/ano para colheita de amostras em média em 2 períodos distintos, o que perfez um total de 760 análises de detecção.

c) **COLHEITA DE AMOSTRAS OFICIAIS EM SITUAÇÃO DE POSITIVIDADE** (Responsabilidade das autoridades oficiais)

Em função das prevalências consideradas é prevendo-se cerca de 266 amostras positivas, outras testes levarão a ser levados ao efeito:

- 266 Análises de Serotipificação e Identificação do agente
- 19 Testes de sensibilidade à resistência antimicrobiana

8.2. - Tabela de Preços de Análises

<table>
<thead>
<tr>
<th>Serviço</th>
<th>Preço</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pesquisa bacteriológica de Salmonela</td>
<td>20 €/pesquisa</td>
</tr>
<tr>
<td>TSA - Teste sensibilidade à resistência antimicrobiana</td>
<td>9,50 €/pesquisa</td>
</tr>
<tr>
<td>Serotipificação</td>
<td>36 €/pesquisa</td>
</tr>
</tbody>
</table>

7.7. Previsões financeiras em função das acções a desenvolver:

a) **Colheita de amostras (responsabilidade do operador)**

9880 análises de detecção x €20 = €197.600

b) **Colheita de amostras oficiais (responsabilidade da Autoridade Veterinária)**

760 análises de detecção x €20 = €15.200

c) **Situacões de positividade**

266 serotipificações x €36 = €9.576

19 TSA x €9,50 = €180,50
d) Indemnizações – Abates Sanitários

- Valor das aves reprodutoras destruídas:
  97.778 x € 0,41 = € 40.623,48

- Valor dos avos destruídos:
  1.217.338 x € 0,0498 = € 60.623,48

- Operações de destruição de material infectado incluindo aves:
  97.778 x € 0,0598 = € 5.847,13

- Reforço das operações de biossegurança
  37.907 x € 0,0489 = € 17.016,54

e) Vacinações

  97.778 x € 0,15 = € 14.666,73 (vacinando o efectivo de repovoamento, após um resultado positivo, considerando 3 aplicações de vacina)

RESUMO DAS PREVISÕES FINANCEIRAS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>Valor</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Valor total de análises (Responsabilidade do operador)</td>
<td>€ 192.400,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Valor total de análises (Responsabilidade da Autoridade Veterinária)</td>
<td>€ 24.954,50</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas decorrentes dos Abates Sanitários:</td>
<td>€ 905.807,56</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Análise detalhada dos Custos do Programa

<table>
<thead>
<tr>
<th>Custos relacionados com</th>
<th>Disciplina</th>
<th>Número de unidades</th>
<th>Custos unitários em €</th>
<th>Montante total em €</th>
<th>Financiamento Comunitário solicitado (SIM/NA)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1. Testes</td>
<td>Análise</td>
<td>340</td>
<td>10,28</td>
<td>3,497</td>
<td>SIM</td>
</tr>
<tr>
<td>2.1. Custo de coleta de amostras</td>
<td>150</td>
<td>2,72</td>
<td></td>
<td></td>
<td>NAO</td>
</tr>
<tr>
<td>2.2. Outros Custos</td>
<td>Análise</td>
<td>2,72</td>
<td></td>
<td></td>
<td>NAO</td>
</tr>
<tr>
<td>2.3. Vacinação</td>
<td>Análise</td>
<td>57,728</td>
<td>0,16</td>
<td>9.282</td>
<td>NAO</td>
</tr>
<tr>
<td>3. Animais e desinfeção</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.1. Veterinárias</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.1.1. Influenza</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.2. Gastos de transportes</td>
<td></td>
<td>1,27</td>
<td>0,04</td>
<td>0,052</td>
<td>SIM</td>
</tr>
<tr>
<td>3.3. Gastos de desinfecção</td>
<td></td>
<td>97,78</td>
<td>0,29</td>
<td>28,47</td>
<td>SIM</td>
</tr>
<tr>
<td>4. Limpeza e desinfeção</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4.1. Operações de limpeza</td>
<td></td>
<td>37,85</td>
<td>0,44</td>
<td>1,676</td>
<td>SIM</td>
</tr>
<tr>
<td>5. Salários (pessoal contratado apenas para fins do programa)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>6. Consumíveis e equipamento específico</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>7. Outros Custos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Montante total: 945,424,78 €
ANEXOS
ANEXO 1

A seguir se junta a legislação aplicável a este Programa Nacional de Controlo da Salmonelas em bandos de reprodução de Gallus gallus que fundamenta o Plano de Actividades:

1. LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA


- **Regulamento (CE) n.º 1774/2002** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002, que estabelece as regras sanitárias relativas à subprodutos animais não destinados ao consumo humano.

- **Directiva 2003/99/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003, relativa à vigilância das zoonoses e dos agentes zoonóticos que altera a Decisão 90/424/CEE do Conselho e revoga a Directiva 99/117/CEE do Conselho.

- **Regulamento (CE) n.º 2160/2003** do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Novembro de 2003, relativo ao controlo de Salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos de origem alimentar.


- **Decisão (2006/965/CE)** da Comissão de 19 de Dezembro de 2006 que altera a Decisão 90/424/CEE, relativa a determinadas despesas no domínio veterinário.

- **Regulamento (CE) n.º 213/2009** da Comissão de 18 de Março de 2009 que altera o Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento e do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 1003/2005 no que diz respeito ao controlo e aos testes de deteção de salmonelas em bandos de reprodução de Gallus gallus e de perus.
2. LEGISLAÇÃO NACIONAL

- **Decreto-Lei nº 214/2008 de 10 de Novembro** - Estabelece o Regime de Exercício da Actividade Pecuária (REAP).

- **Decreto-Lei nº 142/2006 de 27 de Julho** - Cria o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), que estabelece as regras para identificação, registo e circulação dos animais.

- **Decreto-Lei nº 193/2004 de 17 de Agosto** - transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Directiva nº 2003/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro, relativa à vigilância das zoonoses e dos agentes zoonóticos, que altera a Decisão nº 90/424/CEE, do Conselho, de 26 de Junho, relativa a determinadas despesas no domínio veterinário e revoga a Directiva nº 92/117/CEE, do Conselho, de 17 de Dezembro.

- **Decreto-Lei nº 141/98 de 16 de Maio** - Transpõe para o direito interno e dispõe na Directiva nº 90/539/CEE, do Conselho, de 15 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Decisão nº 92/369/CEE, de 24 de Junho e pela Directiva nº 93/120/CEE, do Conselho de 22 de Dezembro, relativa às condições de polícia sanitária que regem o comércio intracommunidade e as importações provenientes de países terceiros de aves de capoeira e ovos de incubação. Publica em anexo o "Regulamento de Comércio Intracommunidade e das Importações de Países Terceiros de Aves de Capoeira e Ovos para Incubação".

- **Decreto-Lei nº 39209 de 14 de Maio de 1953**
Anexo 2

**Lista de laboratórios autorizados pela DGV para análises de *Salmonella* no âmbito dos PNCS**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Laboratório</th>
<th>Região</th>
<th>Responsável</th>
<th>Endereço</th>
<th>Código Postal</th>
<th>Telefone</th>
<th>Fax</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>UNIV Lisboa</td>
<td>Lisboa</td>
<td>Alice Amado</td>
<td>Estação de Bértica 791</td>
<td>1549-011</td>
<td>2713129568</td>
<td>237115530</td>
</tr>
<tr>
<td>INE Vila Nova</td>
<td>Vila Nova</td>
<td>Álvaro Teixeira</td>
<td>Rua 603, Lagoa, Lagoa da Malveira</td>
<td>4028-802</td>
<td>2520560610</td>
<td>2516260615</td>
</tr>
<tr>
<td>SMB-LAB/Instituído de Saúde Animal</td>
<td>Norte</td>
<td>João Nova Icióba</td>
<td>Rua de Restaur, Guimarães</td>
<td>4665-764</td>
<td>2293775160</td>
<td>2293775969</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Infectologia</td>
<td>Norte</td>
<td>M. Manuela Amaro</td>
<td>Quaresma e Pito</td>
<td>3284-999</td>
<td>2282992205</td>
<td>2282992225</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Medicina</td>
<td>Lisboa</td>
<td>Ana Cauda</td>
<td>Largo de Soares-Abaján</td>
<td>2003-10</td>
<td>2344012767</td>
<td>2344011277</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto Regional de</td>
<td>Norte</td>
<td>Mário da Silva</td>
<td>Vila Brava</td>
<td>2952010400</td>
<td>2952010450</td>
<td>2952010450</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório Regional de</td>
<td>Madrid</td>
<td>Margarida Costa</td>
<td>Rua do Município do 1º, Hospital</td>
<td>9926-010</td>
<td>2912011400</td>
<td>2912011400</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto de Avaliação da Análises</td>
<td>Lisboa</td>
<td>Coelho Amado</td>
<td>Rua Dr. António Marques de Almeida</td>
<td>1209-912</td>
<td>2255502095</td>
<td>2255502095</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto de Inovação Técnica</td>
<td>Aveiro</td>
<td>Manuel Azevedo</td>
<td>Escola do S. Coelho</td>
<td>9540-149</td>
<td>2620147700</td>
<td>2620147700</td>
</tr>
<tr>
<td>Liceo Real - Agrónomia</td>
<td>Coimbra</td>
<td>Ana Ferreira</td>
<td>Avenida da Pombal, Luxo 2, 1º, Leiria</td>
<td>2110-152</td>
<td>2484866534</td>
<td>2484865365</td>
</tr>
<tr>
<td>A LECMAC - Laboratório de</td>
<td>Lisboa</td>
<td>Ana Maria de</td>
<td>Rua do Tolo, Camenzela</td>
<td>2200-062</td>
<td>3411223487</td>
<td>3411223542</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Morfologia e</td>
<td>Coimbra</td>
<td>Ana Maria</td>
<td>Rua das Andores, Lote 8, Lote 6, Beco, Apartado 191</td>
<td>2443992</td>
<td>2416290310</td>
<td>2416290310</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Microbiologia</td>
<td>Coimbra</td>
<td>Ana Maria</td>
<td>Rua Industrial, Zona 3, Lote 6</td>
<td>2469-070</td>
<td>2422139110</td>
<td>2422139110</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Sanidade</td>
<td>Lisboa</td>
<td>Ana Sá</td>
<td>Rua 34, Lagoa da Malveira</td>
<td>1980-946</td>
<td>2171042000</td>
<td>2171042000</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Sanidade</td>
<td>Coimbra</td>
<td>Ana Maria</td>
<td>BIDCANT PARK - Faro</td>
<td>2311931</td>
<td>2314190040</td>
<td>2314190040</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório de Sanidade</td>
<td>Lisboa</td>
<td>Manuel Sáez</td>
<td>Rua de Bértica, Lisboa</td>
<td>2262093000</td>
<td>2262093000</td>
<td>2262093000</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**ANEXO 3**

**METODOLOGIA DAS ANÁLISES LABORATORIAIS**

Amostras de estreçagens em boas e amostras de pó:

a) Os pares de botas/melias para estreçago e as amostras de pó (tecido para estreçago) devem ser desembalados cuidadosamente, de forma a evitar a retirada da matéria fecal aderente ou o perda de partículas de pó, e colocados em 225 ml de água peptonada tamponada, previamente aquecido à temperatura ambiente. As botas/melias para estreçago e o tecido para estreçago devem ficar completamente imersas na água peptonada tamponada a fim de haver suficiente líquido livre à volta da amostra para permitir que as salmonelas migrem da amostra, podendo, por consequência, ser acrescentada mais água peptonada tamponada se necessário. As botas/melias e o tecido para estreçago devem ser preparadas separadamente.

b) Nos casos em que se tenham reunido cinco pares de botas para estreçago em duas amostras, colocar cada amostra já reunida em 225 ml de água peptonada tamponada, ou mais se necessário, para ineração total e de modo a que haja suficiente líquido livre em redor da amostra para permitir que as salmonelas migrem da amostra.

c) Agitar para saturar completamente a amostra e continuar a cultura através do método de detecção posteriormente descrito.

**Outras amostras de matéria fecal:**

a) As amostras de matéria fecal devem ser cominadas e misturadas cuidadosamente, devendo colher-se uma subamostra de 25 gramas para cultura;

b) À subamostra de 25 gramas devem adicionar-se 225 ml de água peptonada tamponada, previamente aquecida à temperatura ambiente;

c) Continuar a cultura da amostra através do método de detecção posteriormente descrito.

Caso sejam acordadas normas ISO sobre a preparação de amostras pertinentes para a detecção de salmonelárias, essas normas devem ser aplicadas, devendo substituir-se as disposições supra relativas à preparação das amostras.

**Método de detecção**

A detecção de Salmonella spp. é realizada de acordo com a alteração 1 da norma EN/ISO 6579-2002/Amend:2007 “Microbiologia de alimentos para consumo humano e para alimentação animal – Método horizontal para a detecção de Salmonella spp. – Alteração 1: Anexo D: Detecção de Salmonella spp. em matéria fecal de origem animal e em amostras ambientes da fase de produção primária”.

Na que se refere às amostras para estreçago, amostras de pó e outras amostras de matéria fecal acima referidas, é possível combinar caldo de enriquecimento de água peptonada tamponado incubado para cultura posterior. Para esse efeito, inclinar ambos as amostras em água peptonada tamponada, como habitualmente.

Retirar 1 ml de caldo incubado de cada amostra e misturar cuidadosamente; em seguida, retirar 0,1 ml da mistura e inocular as placas MSRV da forma habitual.

Não mexer nem agitar de qualquer outra maneira as amostras em água peptonada tamponada após a incubação, dado que isso libera partículas inibitórias e reduz o isolamento subsequente em MSRV.

**Serotipagem**

Para cada amostra positiva, deve fazer-se a tipagem de pelo menos um isolado, segundo o sistema Kauffmann-White.
Anexo 4 - Fluxo de informação entre os diferentes intervenientes nos Programas Nacionais de Controlo de Salmonelas

DG

Elaboração Coordenação e aplicação do Plano Elaboração de manuais de procedimentos para colheita

LNIV

Resultado da serotipificação

Resultado + a detecção

Resultado + e -

Enviar das amostras colhidas

Resultado -

Enviar das amostras colhidas

DSVR

Resultado +

Controlo e execução das diferentes acções, incluindo a colheita de amostras oficiais

Laboratórios reconhecidos

Execução da colheita de amostras da responsabilidade do operador

Produção

Dados sobre:
- N.º de exames laboratoriais efectuados
- Resultados obtidos
- N.º de bancos existentes na exploração
- Idade dos bancos
- N.º de animais por banca
- N.º de bancos racionados contra enteróitias
Anexo 5
Lista de Verificação de medidas de biossegurança e higiene nas explorações avícolas

### Identificação do Proprietário:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nome:</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Morada:</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Identificação da Exploração:

| Designação: |  |
| Morada: |  |
| Contactos telefónicos: |  |
| Recolha de Produção: |  |
| Número de pavilhões: |  |
| Identificação e área (s) de cada um dos pavilhões: |  |

### Observações:

|  |  |
### Medidas de Biossegurança

1 **Proteção sanitária das explorações**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>S</th>
<th>N</th>
<th>Def</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>a) Verificação do perímetro da exploração</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>b) Portão fechado e que impeça a entrada de animais domésticos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>c) Poderoso efeito de desinfecção</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>d) Áreas exteriores envolventes dos pavilhões</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Desmatadas</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Limpas de materiais desnecessários (entulho, equipamentos velhos, etc.)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

2 **Condições estruturais dos pavilhões**

<p>| | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>a) Paredes e pavimentos íntegros e de material adequado que permita limpeza (lavagem e desinfecção eficazes)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>b) Janelas ou outras aberturas de aeroajuste garantidas com rede para impedir a entrada de pássaros e insetos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>c) Grelhas nos ventiladores (ou outra forma de impedir a entrada de animais indesejáveis)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>d) Antecâmara à entrada do pavilhão</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Em local de passagem obrigatório</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Fraca de pedúnculo ou tapele sanitário</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Fraca de mata adequada para a mudança de vestuário e calçado</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>e) Porta de acesso fechada</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>f) Outros acessos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

3 **Outras estruturas**

<p>| | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>a) Armazenagem de alimento em espaço alojado fechado (protegido contra aves e roedores)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>b) Armazenagem de material para a camada das aves</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Local próprio, fechado e protegido contra aves e roedores</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>c) Vestuários e instalações sanitárias em número suficiente</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

4 **Outros procedimentos**

<p>| | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>a) Controle de vistas</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Livro de visitas devidamente preenchido</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Roupa e calçado próprio para visitas, limpo e desinfetado</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Controlo da água
- Captação própria
- Clarificação ou tratamento equivalente
- Rede Pública
- Obs: mantimento de ambas em caso de utilização mista

Medidas de Higienese

1 Limpeza e Desinfeção
   a) Existência de um programa de limpeza e desinfeção das instalações, equipamentos e materiais
      b) Registros da execução e controlo
   c) Procedimento de limpeza e desinfeção dos pavilhões
      - Lavagem com detergente
      - Desinfecção com desinfetante de uso veterinário autorizado
      - Segunda desinfecção com desinfetante de um veterinário autorizado, diferente do anterior
      - Fumigaçoe dos pavilhões

2 Manejo de aves mortas e doentes
   a) Eliminação de aves doentes
   b) Recolha diária de aves mortas
   c) Local e recipiente adequado (impregável e vedado) para colocação das aves mortas
   d) Desinfeção autorizada para eliminação/destrução de cadáveres e detritos

3 Funcionários
   a) Roupa e calçado práticos para uso exclusivo nas instalações
   b) Formação

4 Outros procedimentos
   a) Aplicação do procedimento "tudo dentro/tudo fora"
   b) Existência de um período de vacina sanitária entre a desinfeção e o retorno de aves para novo recolhimento

Assinaturas
O Responsável pela Exploração

O Técnico

Data: __/__/__
Declaração

Para efeitos de aprovação do Programa Nacional de Controlo de Saramonelas em bandos de reprodução (Gallus gallus) para o ano de 2010, a Autoridade Sanitária Veterinária Nacional compromete-se a cumprimento ao disposto nos n.os 1, 2 e 4 do Anexo ao Regulamento Comunitário (CE) nº 1003/2005 de 30 de Junho e do Anexo ao Regulamento Comunitário (CE) nº 213/2009 de 18 de Março.

/ O Director-Geral de Veterinária

Carlos Agrela Pinheiro

Fernando Bernardes

Subdirector-Geral